

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

PAULA GRAZIELA MENDES

**ANÁLISE DA (RE)FUNCIONALIZAÇÃO DE EDIFÍCIOS
PATRIMONIAIS HISTÓRICOS NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE
DE MONTES CLAROS - MG**

**MONTES CLAROS – MG
Maio/2021**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

PAULA GRAZIELA MENDES

**ANÁLISE DA (RE)FUNCIONALIZAÇÃO DE EDIFÍCIOS
PATRIMONIAIS HISTÓRICOS NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE
DE MONTES CLAROS - MG**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Montes Claros, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Dinâmica e Análise Espacial

Linha de Pesquisa: Produção dos Espaços Urbanos e Rurais

Orientador: Prof. Dr. Luiz Andrei Gonçalves Pereira

**MONTES CLAROS – MG
Maio/2021**

Mendes, Paula Graziela.

M538a Análise da (Re)funcionalização de edifícios patrimoniais históricos na área central da cidade de Montes Claros-MG [manuscrito] / Paula Graziela Mendes. – Montes Claros, 2021.
136 f. : il.

Bibliografia: f. 126-132.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGEO, 2021.
Defesa: 21/05/2021.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Andrei Gonçalves Pereira.

1. Patrimônio histórico cultural – Montes Claros (MG). 2. Centro histórico urbano. 3. Percepção. 4. (Re)funcionalização. I. Pereira, Luiz Andrei Gonçalves. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título.

PAULA GRAZIELA MENDES

A dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, com o título “**Análise da (Re)funcionalização de Edifícios Patrimoniais Históricos na Área Central da Cidade de Montes Claros-MG**” foi submetida, avaliada e aprovada pela banca composta pelos seguintes Professores:

Prof. Dr. Luiz Andrei Gonçalves Pereira - UNIMONTES

Prof. Dr. Cássio Alexandre da Silva - UNIMONTES

Profa. Dra. Maria Augusta Mundim Vargas - Universidade Federal de Sergipe (UFS)

AGRADECIMENTOS

Para que esta pesquisa fosse realizada, o apoio de algumas pessoas foi fundamental. Anjos de luz que mantiveram minha força e ânimo nesta caminhada.

À minha família, pelo suporte e incentivo em buscar o conhecimento sempre.

Ao UNIFIPMoc, minha casa de origem. Aos professores, coordenadores, diretores, demais funcionários e amigos de curso. Foram meu principal incentivo em buscar mais da vida acadêmica.

Aos amigos que estiveram nos momentos de angústia, mas também nos de alegria, me impulsionando sempre para a frente. Seja pessoalmente ou por meio virtual, não me deixaram desanimar e me fizeram acreditar que sou capaz. Em especial à Fa, pela boa companhia, pelo apoio e pela motivação. Ter você ao meu lado, mesmo que distante, foi muito importante durante esse período.

À Vitória, amiga que a arquitetura me deu e uma fonte de inspiração para eu buscar sempre me instruir. Amiga de todas as horas, nos anseios e nas vitórias, assim como o seu nome.

A Lucas, pela paciência em discutir os textos comigo, me auxiliando nas dúvidas e pelo suporte com os mapas, sempre me incentivando a ter novas perspectivas e não me deixar abater com as inquietações que surgiam.

Aos colegas do PPGE0, pelo companheirismo e apoio nessa caminhada.

Aos professores do PPGE0, por abraçarem esta pesquisa junto comigo.

Aos amigos do Fitas Grupo, não somente pelo apoio ao longo desse mestrado, mas durante uma boa parte da minha vida. A minha inspiração principal em estudar sobre a diversidade cultural e poder desenvolver essa pesquisa. Formaram um importante pilar na minha formação pessoal e de como vejo o mundo hoje.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo financiamento do projeto de pesquisa, tornando possível o desenvolvimento deste estudo.

"A cultura de um povo é sua raíz"
(Raízes da Identidade - Fitas
Grupo de Tradições Folclóricas)

RESUMO

O processo de urbanização no Brasil, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, trouxe inúmeras transformações urbanas, inclusive na morfologia das cidades. Podem-se observar o surgimento de descentralizações, criações de novos centros urbanos e o abandono de outros, os centros históricos. Nesse sentido, propõe-se o estudo desses centros históricos como lugares de valorização da memória, identidade, história e cultura da cidade e sua sociedade. O objetivo geral deste estudo é analisar as dinâmicas urbanas causadoras das (re)funcionalizações ocorridas no entorno do Corredor Cultural e Praça da Matriz na cidade de Montes Claros, em decorrência da (re)funcionalização dos edifícios históricos presentes no local. Para elaboração do estudo, a primeira etapa caracterizou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, fazendo uma abordagem sobre os conceitos de patrimônio histórico e cultural, a relação entre espaço público, lugar e cultura, qual o papel da cultura na sociedade e a caracterização do local de estudo, abordando o histórico da cidade de Montes Claros até os dias atuais para contextualizar a importância de seu patrimônio cultural no espaço urbano; seguindo, foi feita a pesquisa em campo com observações diretas do objeto de estudo e, por fim, a aplicação de questionários junto à população e à gestão municipal. Foi levantado o histórico da área de estudo para compreender como se chegou até sua configuração nos dias atuais. Foram identificados os edifícios históricos tombados presentes na área de estudo e que de alguma forma receberam nova função ou permanecem com a mesma desde sua construção. Os dados dos questionários foram analisados e elaborados mapas e tabelas com os resultados apresentados. A cidade passou por constantes transformações, que são visíveis a partir do patrimônio histórico e da (re)funcionalização do espaço urbano. Em Montes Claros, constatou-se a presença marcante de manifestações tradicionais, como as Festas de Agosto, e locais simbólicos, expressos nos seus casarões históricos, bens que representam a memória cultural e histórica da cidade e sua população, bem como o reconhecimento da importância deles para a identidade da sociedade. Apesar do reconhecimento da população quanto ao seu patrimônio e da existência de leis que visam garantir a salvaguarda deles, observa-se que os instrumentos urbanísticos de preservação ainda são insuficientes, visto a grande necessidade de proteção que envolve o patrimônio cultural da cidade. Embora o estudo não aborde todos os fatores possíveis que influenciam na configuração e (re)funcionalização do patrimônio arquitetônico urbano, os critérios abordados facilitam na compreensão de sua importância na sociedade. Desse modo, podem-se abordar as possibilidades de utilização das ferramentas de planejamento urbano voltadas para o contexto da educação e urbanismo cultural no município.

Palavras-chave: patrimônio histórico cultural, centro histórico urbano, percepção, (re)funcionalização.

ABSTRACT

The urbanization processes in Brazil, especially in the decades of 1960 and 1970, brought countless transformations, especially regarding the landscape of cities. It is possible to observe the emergence of decentralization, the creation of new urban centers and the abandonment of others, namely the historic centers. In that regard, this paper proposes a study of these historic centers as places where the memory, identity, history and culture of the city and its society are treasured. The general aim of this study is to analyze the dynamics that have occurred in the historic center of the Brazilian city of Montes Claros-MG, defined by the surroundings of historic areas *Praça da Matriz* and *Corredor Cultural*, through the perspective of their (re)functionalization from historic heritage buildings into places for cultural activities. In order to organize the research, we have first done bibliographic and document research, approaching the concepts of historical and cultural heritage, the relationship between public space, place and culture, the role of culture in society, and the characteristics of the area of study, addressing the history of the city of Montes Claros up to present day, in order to provide context on the importance of its cultural heritage in the urban space. Afterwards, we have conducted field research, through which it was possible to get a direct look of the object of study. Finally, we have carried out interviews with the population and the local government. The history of the city and of the area of study have been analyzed in order to understand how it has changed until it got to its recent structure. The aforementioned research has identified which historic buildings in the area of study have, in some way, gotten a new function or remained with the same purpose for which they had been built. We have also discussed the data acquired with the interviews and it was possible to elaborate maps and tables with them. The city has undergone constant transformation, which can be seen from the local historical heritage and from the (re)functionalization of the urban space. We have found a strong manifestation of traditional culture in the city, such as the *Festas de Agosto*, and symbolic places, like the historic buildings, legacies which represent the cultural and historical memory of the city and its population, as well as the acknowledgement of its importance for the identity of the community. Despite the population's awareness of this heritage and of laws aimed at protecting it, urban preservation instruments are still insufficient, given the great need for protection that involves the city's cultural heritage. Although this study does not address all possible factors that influence the organization and (re)functionalization of urban architectural heritage, the methods addressed here can help with the understanding of its importance in society. This way, it is possible to approach the possibilities of using urban planning tools aimed at the context of education and cultural urbanism in the municipality.

Keywords: cultural heritage, urban historic center, perception, (re)functionalization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Praça Doutor Chaves, a Praça da Matriz, antigamente.	68
Figura 2: A Praça da Matriz após reformas passadas ao longo dos anos.	68
Figura 3: A Feira Tradicional da Matriz, realizada aos domingos na Praça de mesmo nome.	55
Figura 4: Centro Cultural Hermes de Paula.	56
Figura 5: Feira Colaborativa realizada em dezembro de 2019 no Corredor Cultural. ...	57
Figura 6: O Solar dos Sertões durante a construção do largo.	59
Figura 7: Feira Agroecológica do Solar dos Sertões	60
Figura 8: Foto antiga mostrando o Sobrado dos Maurício-Versiani em primeiro plano e, ao fundo, o casarão da FAFIL. Foto sem data.	61
Figura 9: Corredor Cultural. Em primeiro plano, o Sobrado dos Maurício-Versiani; ao fundo, o casarão da antiga FAFIL.	61
Figura 10: Casarão da Antiga FAFIL, atual Museu Regional do Norte de Minas.	62
Figura 11: Festas de Agosto em Montes Claros: um dos grupos de Catopês da cidade	64
Figura 12: Os grupos de Caboclinhos, Catopês e Marujos, respectivamente.	65
Figura 13: Vista da rua lateral ao Solar dos Sertões enfeitada com fitas durante as Festas de Agosto.	65
Figura 14: Em destaque, antigo Armazém de Seu Manoel Caribé, que já foi demolido e hoje é estacionamento, sem data.	86
Figura 15: Vista do local onde hoje é estacionamento e já foi o Armazém de Seu Manoel Caribé.	87
Figura 16: Vista de uma das laterais da Praça da Matriz, fechada para obras de reforma com os tapumes decorados pelos artistas locais.	88
Figura 17: Divulgações de algumas das exposições, com programação e enquetes realizadas pelo MRNM em 2020.	90
Figura 18: Divulgações de algumas das exposições realizadas pelo MRNM em 2020.	90
Figura 19: Grupo de marujos nas lives do Festival Agosto Vivo, em 2020.	91
Figura 20: Programação musical e de mesas de debate realizadas durante o Festival Agosto Vivo em 2020.	92
Figura 21: Feira de Natal da Matriz. Durante o ano, a feira ocorre aos domingos; na semana de Natal, durante todos os dias.	97
Figura 22: Solar dos Oliveira nos anos de 1980.	97

Figura 23: Solar dos Oliveira, atual Solar dos Sertões, sede do CAA e local onde acontece a feira mensal agroecológica.	98
Figura 24: Concentração na Praça da Matriz de um dos grupos de Catopês que participam das Festas de Agosto.	100
Figura 25: O Casarão dos Teles de Menezes em segundo plano, em foto do ano de 1950.	112
Figura 26: O casarão dos Teles de Menezes antes do processo de restauração que foi iniciado em 2020.	112
Figura 27: Processo de restauração iniciado no casarão Teles de Menezes, atual Sede do PROCON.	113
Figura 28: O antigo Casarão da FAFIL, sem data.	113
Figura 29: O Casarão da FAFIL após restauração, atualmente sede do MRNM.	114
Figura 30: A Igreja da Matriz antes das reformas que a descaracterizaram, sem data.	115
Figura 31: Igreja da Matriz após últimas reformas.	115
Figura 32: Antiga Cachaçaria de Durães, sem data.	116
Figura 33: Antiga Cachaçaria de Durães, atual Casa do Mandato.	117
Figura 34: Foto antiga da Rua Justino Câmara, sem data, mostrando o Sobrado dos Gomes (ao meio) e o Sobrado do Teles de Menezes (ao fundo).	119
Figura 35: Sobrado dos Gomes, atual Encadernadora Montes Claros e futura sede do Museu da Imagem e do Som Pró-Memória de Montes Claros.	119
Figura 36: Antigo Sobrado de Dulce Sarmento, sem data.	120
Figura 37: Antigo Sobrado de Dulce Sarmento, atual prédio do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros.	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição percentual da população por situação de domicílio – Brasil – 1980 a 2010	24
Gráfico 2: Faixa etária da população participante da pesquisa.	94
Gráfico 3: Grau de escolaridade dos participantes da pesquisa.	94
Gráfico 4: Participação nos eventos/atividades culturais.	95
Gráfico 5: Eventos mais frequentados pelos respondentes.	96
Gráfico 6: Motivos de participação nos eventos/locais culturais.	99
Gráfico 7: Grau de satisfação quanto à infraestrutura dos espaços culturais.	101

Gráfico 8: O que pode ser melhorado em relação à arte e cultura da cidade.	102
Gráfico 9: Relação de identidade entre a população e a cultura da cidade.	103
Gráfico 10: O que os pesquisados acham da preservação do patrimônio arquitetônico da cidade.....	104
Gráfico 11: O que os pesquisados acham da preservação do patrimônio imaterial da cidade.....	105
Gráfico 12: Qual a opinião da população sobre os novos usos dados aos edifícios históricos.....	106
Gráfico 13: O quanto a população conhece a história do patrimônio arquitetônico da cidade.....	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da população de Montes Claros - 1960 a 2010	51
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Identificação dos edifícios listados, suas características e refunções.....	82
---	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização de Montes Claros.	47
Mapa 2: Crescimento urbano de Montes Claros entre 1970 e 2005.....	52
Mapa 3: Delimitação da área de estudo.....	70
Mapa 4: Zoneamento da área de estudo	71
Mapa 5: Classificação das vias do Centro de Montes Claros.....	75
Mapa 6: Edificações históricas catalogadas pelo IPAC/MOC – 1985 e tombadas Decreto 1.761 -1999.....	79
Mapa 7: Classificação dos usos das edificações listadas.....	80

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

- ACI/MOC - Associação Comercial, Industrial e de Servios de Montes Claros
- CAA/NM - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
- COMPHAC - Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Montes Claros
- FAFIL - Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras
- FCA - Ferrovia Centro Atlântica
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IEPHA-MG - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
- IHGMC - Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros
- IPAC/MOC - Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Montes Claros
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- L.U.O.S - Lei de Uso e Ocupação do Solo
- MRNM - Museu Regional do Norte de Minas
- PAC - Programa de Ação Cultural
- PCH - Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
- SPHAN - Servio do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
SEÇÃO I	21
1 – A CIDADE E AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO URBANO: patrimônio histórico, (re)funcionalização e atividades culturais.	21
Uma breve contextualização sobre o conceito de "cidade"	21
1.1 – O dinamismo dos centros históricos e a espetacularização da cidade	26
1.2 – A inter-relação entre espaço público, lugar e cultura	33
1.3 – O patrimônio histórico e as políticas de planejamento urbano	42
SEÇÃO II	46
2 – PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE MONTES CLAROS: aspectos históricos, urbanização, patrimônio cultural material e imaterial	46
2.1 – Montes Claros: características gerais, aspectos históricos e evolução urbana	46
2.2 – “Cidade da arte e da cultura”	54
2.3 – Descrição da área de estudo: o núcleo central de Montes Claros	67
2.3.1 – Zoneamento da área de estudo	69
2.3.2 – Usos e fluxos no Centro de Montes Claros	73
2.3.3 – Mobilidade e classificação das vias no Centro de Montes Claros ..	74
SEÇÃO III	77
3 – ANÁLISE DE PERCEPÇÃO: uma leitura da população sobre o patrimônio cultural de Montes Claros	77
3.1 - Patrimônio tombado e (re)funcionalizado em Montes Claros	77
3.2 – Espaços culturais em tempos de pandemia	87
3.3 – Uma leitura da percepção sobre o patrimônio cultural de Montes Claros	93
3.3.1 – A percepção da população acerca do patrimônio cultural da área central de Montes Claros	93
3.3.2 – Posição da gestão municipal frente ao patrimônio da cidade	109

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	126
APÊNDICE I.....	133
APÊNDICE II.....	135

INTRODUÇÃO

As cidades são reflexos de uma série de processos históricos e sociais, interferências dos agentes humanos na transformação do espaço geográfico diante de suas necessidades culturais, de moradia, interação social e deslocamento no espaço. O processo de formação das cidades brasileiras deu-se basicamente com a instalação de instituições públicas, religiosas e serviços principais aglomerados em um centro, com as residências se estabelecendo ao redor desses. Sobretudo, a partir das décadas de 1960 e 1970, os serviços industriais, principalmente, influenciam no dinamismo e o crescimento urbano.

Com a intensificação da expansão urbana, começam a surgir as descentralizações das atividades, resultando na criação de subcentros: novos centros localizados em espaços diversos da cidade, onde é possível encontrar uma variedade de serviços antes concentrados em apenas um centro urbano. Porém, mesmo diante dessas descentralizações geradas pela expansão territorial urbana, o núcleo inicial formador das cidades ainda se destaca nas dinâmicas urbanas encontradas na cidade.

Os principais serviços públicos, como sedes de governos, prisões, escolas e comércios básicos, encontravam-se nos prédios centrais datados da época de surgimento de cada cidade. Com o deslocamento desses serviços para novos lugares, em áreas e edifícios diferentes, as antigas sedes acabam tendo seu uso anulado ou ficam em situação de subutilização, muitas vezes sofrendo deteriorações pela falta de manutenção e uso.

Esses centros urbanos, onde as dinâmicas urbanas acontecem com maior intensidade, guardam uma diversidade de manifestações de pessoas e modos de vida, valores culturais e ideologias que constituem a sociedade urbana. Apesar das novas configurações pelas quais a cidade passa, ganhando novos centros dinâmicos em pontos diversos da cidade, o núcleo inicial muitas vezes ainda se mantém como o ponto de ação das principais atividades urbanas: políticas, culturais, comerciais, de encontro, históricas.

Esses centros carregam consigo uma relação de identidade simbólica e memória individual e coletiva, dando um caráter de valorização do passado para a formação do presente. As memórias individuais e coletivas estão muitas vezes ligadas aos elementos ou lugares de acontecimentos históricos – sejam eles construídos ou não – quando há uma relação de identificação e apropriação com o lugar.

Assim, entende-se que o espaço não é mais apenas um produto do meio natural, que surge de forma espontânea ou somente com as ações humanas. Compreende-se que está além disso, nas relações sociais, do indivíduo para com os grupos e desses para com o meio. Essa noção de pertencimento e de identidade incorporada pela população em relação a um lugar que denota importância é um aspecto fundamental para entendimento da transformação do espaço urbano, palco de vivências e experimentações sociais e culturais. As manifestações culturais populares, a memória histórica e o patrimônio caracterizam a identidade individual e coletiva da sociedade.

Os projetos de intervenção nos centros urbanos precisam considerar, portanto, não somente a história e o patrimônio; é preciso conhecer, principalmente, a necessidade de intervenção, sua funcionalidade, sua conexão com o entorno e a relação de apropriação e pertencimento da população com o local. Além de recuperar o espaço físico degradado, as ações de intervenção são oportunidade de dinamizar a vida urbana, dotando de novos usos e funções os espaços antes ociosos.

Falar em preservação do patrimônio cultural requer considerar os fatos do passado, para compreender sua função e importância no presente e fazer uma avaliação futura, de como esses equipamentos urbano-culturais ajudam no cumprimento da função social. Nesse sentido, será usada a definição de equipamentos urbano-culturais como sendo aqueles equipamentos urbanos que possuem valor histórico e são dotados de práticas culturais ou de consumo (VALIATI, 2009).

A revitalização dos antigos centros urbanos é defendida como forma de recuperação da imagem da cidade, trazendo novos usos e novas funções ao local, aumentando as dinâmicas econômica, social e humana. Jacobs (2009) é defensora da integração de centros urbanos antigos no plano de recuperação das cidades, propondo adaptações de espaços velhos com novos usos no cotidiano atual como um meio aprazível de revitalização do espaço urbano.

Explorar o potencial cultural oferecido pela cidade talvez seja a melhor forma de torná-la um espaço bem-sucedido; transformar espaços públicos antes sem uso definido em espaços culturais que permitam uma maior experimentação do espaço público pela sociedade assegura a identidade social formadora da cidade.

Neste estudo sobre (re)funcionalização de centros urbanos, é importante ressaltar o papel da população e do poder público para um resultado satisfatório nas intervenções urbanas. As pessoas legitimam o uso do espaço urbano ou de um bem patrimonial a partir

do momento em que usufruem dele. Assim, os estudos da sociedade urbana e sua relação com o território têm foco nas ações dos indivíduos.

A forma mais eficaz de preservação do patrimônio arquitetônico histórico é possibilitar que ele seja utilizado no contexto contemporâneo, garantir sua fruição pela população. Os estudos de intervenções devem considerar o envolvimento dos agentes com participação social que atuam no espaço para serem de fato efetivos.

Perante o exposto, propõe-se estudar as dinâmicas urbanas ocorridas nos espaços em uma área central na cidade de Montes Claros que abrange o Corredor Cultural Padre Dudu e o entorno da Praça Doutor Chaves – a Praça da Matriz.

O recorte selecionado encontra-se na região central da cidade, seu centro histórico, o primeiro espaço formador do núcleo urbano montes-clarense. Esses espaços apresentam uma carga histórica e patrimonial considerável, visto que é a base original de formação da cidade. Portam também uma maior dinâmica da relação da sociedade com seu espaço, sendo palco de manifestações culturais, políticas, econômicas, de interação social e de diversidade urbana.

É evidente a importância de equipamentos urbano-culturais, pois são peças fundamentais destinadas à criação, manifestação e transmissão de práticas socioculturais. Aproveitar os equipamentos urbanos disponíveis, recuperando-os e convertendo-os em equipamentos culturais é a chave da revitalização urbana de qualidade, considerando os edifícios históricos.

Diante das considerações expostas, a relevância do presente estudo está relacionada ao espaço da cidade (o seu centro urbano, neste caso) e as diferentes formas de manifestações sociais com esse, evidenciando as noções de preservação da memória, identidades individuais e coletivas, apropriação e a constante ressignificação do espaço pela sociedade.

Em face disso, fica evidente a importância da preservação do patrimônio arquitetônico, histórico e cultural para a memória da sociedade. Mas de que forma os edifícios patrimoniais históricos são reapropriados e quais suas novas funções? E ainda, como esses contribuem nas dinâmicas sociais na área do Centro Histórico de Montes Claros? Essas questões constituíram a problemática da pesquisa a ser desenvolvida.

Montes Claros é uma cidade polo regional que possui uma base cultural-tradicional significativa. Apresenta uma grande variedade de produções artísticas e riqueza cultural. Seu centro histórico apresenta edifícios de grande valor para a memória

arquitetônica e histórica da cidade, sendo de demasiada importância a recuperação, preservação e integração desses na vida urbana.

O objetivo geral deste estudo é analisar as dinâmicas urbanas causadoras das (re)funcionalizações ocorridas no entorno do Corredor Cultural e Praça da Matriz na cidade de Montes Claros, em decorrência da (re)funcionalização dos edifícios históricos presentes no local.

Partindo desse ponto, desdobram-se os seguintes objetivos específicos: a) contextualizar as transformações sócio espaciais ocorridas no centro histórico de Montes Claros; b) identificar as funções dos espaços históricos e as manifestações ocorrentes na área delimitada; c) verificar a percepção da população frente a (re) funcionalização dos espaços históricos, e d) avaliar a (re)funcionalização do Corredor Cultural e entorno da Praça da Matriz.

A metodologia empregada para a presente pesquisa se caracteriza como sendo de natureza qualitativa. Foram realizadas coletas de dados e observações *in loco*, nos seguintes locais definidos: entorno do Corredor Cultural e da Praça da Matriz.

Para desenvolvimento do trabalho, na primeira etapa foi feito um levantamento bibliográfico, buscando junto a literaturas semelhantes embasamento teórico a respeito do tema abordado: espaço urbano, centros históricos e a recuperação desses por meio de sua conversão em equipamentos urbano-culturais. Pesquisas em bases documentais, históricas e da legislação municipal, estadual ou federal pertinentes ao caso complementaram o estudo dos materiais teóricos.

A segunda parte do desenvolvimento do trabalho abarcou pesquisas de campo¹, constituídas por visitas aos pontos definidos na cidade, registrando por meio de fotografias e anotações sobre os locais estudados. Foram feitas observações e análises da área delimitada para compreender as dinâmicas ocorridas nessa.

Foram aplicados questionários junto ao gestor municipal responsável e aos proprietários ou fundações que cuidam dos imóveis listados. Os questionários também foram aplicados junto à população que faz uso de tais locais. Devido à crise sanitária enfrentada com a pandemia da COVID-19, em razão do distanciamento social defendido pelos órgãos de saúde, decidiu-se pelo método de aplicação *on-line* dos questionários. Em

¹ Devido a pandemia de Covid-19, os estudos em campo foram limitados a observações, anotações e fotografias dos locais identificados para estudo. Não houve contato direto com transeuntes ou frequentadores dos espaços, bem como para saída foram utilizados máscara e álcool em gel para higienização constante das mãos e objetos de anotações.

virtude da pandemia, o método de escolha do público pelas redes sociais foi a solução mais segura de abordagem e aplicação dos questionários, pois é um momento peculiar na história da humanidade.

Para os questionários, foram elaborados dois roteiros – um voltado para o público geral, outro para a gestão municipal – com perguntas estruturadas e semiestruturadas que abordam questões voltadas para as atividades culturais na cidade, sobre como as pessoas se identificam com esse aspecto cultural e a preservação do patrimônio a partir da (re)funcionalização. Os questionários foram submetidos ao Comitê de Ética da Universidade Estadual de Montes Claros e aprovado sob o Parecer de número 4.332.504, do dia 11 de outubro de 2020.

A amostragem para os questionários foi definida por meio das páginas de redes sociais dos eventos e de instituições culturais da cidade de Montes Claros, sendo selecionadas 100 pessoas² para responder às perguntas. Para se chegar a esses pesquisados, foram utilizados os perfis nas redes sociais (*Facebook, Instagram, WhatsApp*) dos objetos culturais da cidade. Por meio dos seguidores dos perfis do Centro de Agricultura Alternativa (CAA), Agosto Vivo; das *hashtags* e marcação de locais envolvendo os eventos definidos para estudo, conseguiu-se aplicar os questionários à população montes-clarense, uma vez que os participantes desta pesquisa são de diversos bairros. Foi realizada também uma entrevista junto à representante da Secretaria Municipal de Cultura de Montes Claros com a finalidade de verificar os planos e/ou projetos desenvolvidos pelo poder público direcionados à (re)funcionalização do patrimônio arquitetônico e cultural na cidade.

Como última etapa do estudo, foram analisados os dados coletados com os questionários e elaboração de gráficos e de quadros com os resultados. Foram feitos mapas identificando os locais de realização dos eventos e dos equipamentos (re)funcionalizados, classificando os tipos de usos aos quais foram destinados.

Para o mapeamento, foram feitas visitas ao local de estudo para identificação das edificações classificadas por meio da documentação da cidade, bem como visitas virtuais por meio das ferramentas *Google Earth* e *Google Maps*. Após identificadas as edificações

² Para definição da amostragem populacional da pesquisa, estabeleceu-se o critério de população considerando o número de seguidores nas páginas virtuais, que somaram 6.932 pessoas. Assim, a amostra foi de 100 pesquisados. Os questionários foram aplicados de forma *on-line* com os seguidores das páginas encontradas.

e suas classificações de uso por meio de tabelas e gráficos, foram construídos os mapas pertinentes com o *software* de geotecnologia QGis.

O trabalho foi estruturado em três seções, sendo a primeira voltada para uma análise de temas que sustentaram teoricamente o estudo, por meio de abordagem sobre o espaço urbano, patrimônio histórico-cultural e a função desse centro histórico nas dinâmicas socioeconômicas ocorridas na cidade.

A segunda seção abordou o contexto do recorte espacial definido para o estudo, apresentando a história que envolve a formação da cidade de Montes Claros, especialmente voltada para o seu centro histórico e as decorrentes transformações pela qual essa passou ao longo dos anos. Direciona-se à identificação das manifestações socioculturais que ocorrem no centro histórico e sua relação com o patrimônio arquitetônico-cultural. A seção aborda ainda sobre o patrimônio cultural material e imaterial da cidade e seu papel no contexto das dinâmicas urbanas.

A terceira seção tratou das formas com as quais a sociedade se apropria e faz uso desse patrimônio histórico, abordando as noções de identidade e memória trazidas por esse. Para tanto, foi feito um estudo no recorte definido para estudo com o objetivo de aprofundar os questionamentos levantados, aplicação de questionários para apreender a percepção da população e da gestão municipal em relação ao patrimônio da cidade. Os dados encontrados com a pesquisa foram transformados em mapas e tabelas, além de trazer a discussão acerca das respostas dos entrevistados para verificar a percepção deles sobre o patrimônio na área central montes-clarense.

Por fim, as considerações finais desta pesquisa demonstraram a relação de identidade, pertencimento e memória da população montes-clarense para com seu patrimônio cultural. Podem-se gerar estudos norteados à temática urbana e cultural, além de a pesquisa poder possibilitar a correlação entre fatores espaciais urbanos e culturais, contribuindo para a compreensão dos estudos de transformação urbana em razão da cultura.

SEÇÃO I

1 – A CIDADE E AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO URBANO: patrimônio histórico, (re)funcionalização e atividades culturais.

Neste capítulo, constrói-se um raciocínio teórico sobre os temas trabalhados no estudo, trazendo uma abordagem acerca da cidade, a construção dos centros históricos e sua importância no contexto urbano. Uma vez que esses são lugares que trazem as características de surgimento das cidades e se constituem pontos fundamentais das dinâmicas urbanas, considera-se a relevância desses centros históricos para a qualificação da cidade.

A fundamentação teórica buscou estabelecer os conceitos entre centro histórico, atividades culturais e a conexão entre esses para o desenvolvimento do estudo.

Uma breve contextualização sobre o conceito de "cidade"

O que é cidade? As respostas a esse questionamento podem levar a respostas como: cidade é o contrário de campo, ou ainda: cidade é um conjunto de indivíduos que compartilham características semelhantes agrupados em um lugar.

A compreensão da cidade deve ir além da perspectiva em sua dimensão espacial. A cidade deve ser analisada como um produto do espaço em sincronia com a história acumulada ao longo do tempo e as relações sociais que movimentam seu cotidiano.

Coelho (2008) comenta que uma cidade não deve ser vista apenas do ponto de vista como sendo uma ocupação de um espaço ou os edifícios existentes nela. A cidade é mais do que um mapa ou uma localização de coordenada geográfica. É, sobretudo, as cartografias mentais, emocionais e de vivências pessoais e sociais experimentadas nela.

A cidade é compreendida como o local de acúmulo de conhecimentos, produto da civilização e lugar de realização da vida humana. É fruto de um complexo sistema construído ao longo do tempo das relações entre o homem e a sociedade sobre o território, o cotidiano humano e suas próprias experiências que integram a história da cidade (CARLOS, 2007; GUILLEN; ROSALES, 2017).

A formação das cidades remonta da transição do caráter nômade do homem para estabelecer moradia fixa. Antes, ele tinha necessidade de transitar entre um lugar e outro em busca de suprimentos (SOUZA, 2013), mas, com o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, foi possível se fixar em um lugar, dando assim origem às primeiras formações que logo viriam a ser as cidades.

De acordo com as análises anteriores, entendemos que as cidades são reflexos de uma série de processos históricos e sociais, governo e gestão que determinam o tipo de desenvolvimento e transformação do espaço geográfico, em razão das políticas públicas que satisfaçam as necessidades da população, como moradia, segurança, cultura, geração de emprego e renda, deslocamento e interação com os demais.

Nesse contexto, são determinados os arranjos sócio produtivos em consequência do planejamento urbano desenvolvido pelas bases políticas que se articulam por meio das lógicas socioeconômica, cultural e territorial. Santos (1959, p. 07) define a cidade, do ponto de vista geográfico, como “uma forma particular de organização do espaço, uma paisagem e, por outro lado, preside às relações de um espaço maior, em seu derredor, que é a zona de influência”.

É consenso que, mesmo numa escala global, as cidades modernas são moldadas cada vez mais por transformações na sociedade (SORIANO, 2006), como busca por melhores condições de vida, economia, condições naturais e, sobretudo, pela mobilidade e evolução nos modais de viagem, possibilitando expansão ou mudanças de um lugar para outro.

Na atualidade, a cidade se caracteriza por ser um complexo sistema de territorialidades, sofrendo alterações a partir da interferência dos mais diversos agentes nos processos de produção e reprodução da vida por meio das suas ações sobre o espaço urbano (MASCARENHAS DE JESUS, 1997).

A cidade atual é uma síntese dos processos históricos que configuram a necessidade de estabelecimento de zonas residenciais, setores industriais, de comércio e serviços, e as demandas exigidas por esses, garantindo o fluxo desses e a mobilidade das pessoas no espaço, criando a paisagem urbana.

A cidade é abordada por Carlos (2007) como sendo consequência do crescimento econômico gerado pela industrialização, impondo a concentração da população em razão dos meios de produção em favor do modo capitalista. Desse modo, a reconfiguração do espaço urbano é condicionada por meio das novas funções ou características adquiridas ou abandonadas por uma cidade.

A autora completa:

Expressão e significação da vida humana, a cidade a revela ao longo da história, como obra e produto que se efetiva como realidade espacial concreta em um movimento cumulativo, incorporando ações passadas ao mesmo tempo em que aponta as possibilidades futuras que se tecem no presente da vida cotidiana. Assim, o sentido e a finalidade da cidade (enquanto construção histórica) diz respeito à produção do homem e à realização da vida humana, de modo que, se a construção da problemática urbana se realiza no plano teórico, a produção da cidade e do urbano se coloca no plano da prática sócio-espacial [sic], evidenciando a vida na cidade. Isto porque a sociedade constrói um mundo objetivo através da prática sócio-espacial [sic], demonstrando em suas contradições um movimento que aponta um processo em curso, o qual tem sua base no processo de reprodução das relações sociais — realizando-se enquanto relação espaço-temporal (CARLOS, 2007, p. 20).

Rodrigo Hidalgo estuda, como exemplo, a capital chilena, Santiago, para abordar tal transformação sofrida nos centros urbanos das cidades latino-americanas:

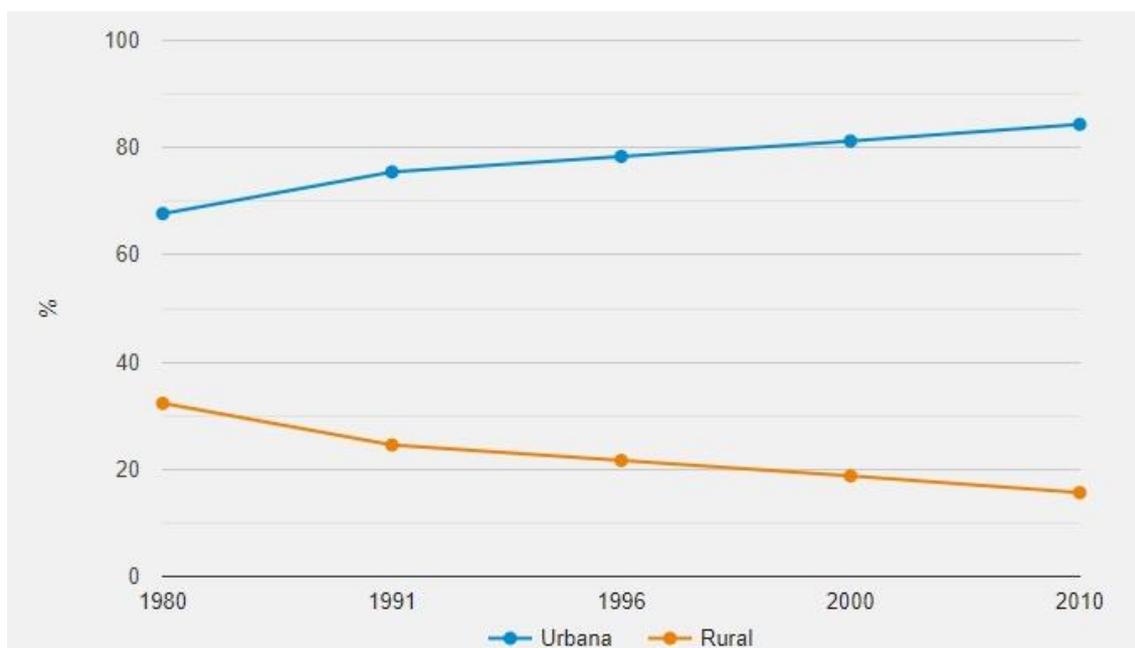
En los últimas tres décadas se han modificado de modo notable la morfología de las metrópolis latinoamericanas, representada, entre otros aspectos de singular importancia, por los cambios de las formas la segregación socioespacial en las ciudades, asociada a la masificación de los barrios cerrados, el desarrollo de grandes obras de infraestructura que favorecen la automovilidad y asociado a ello la consolidación de nuevas centralidades que no solo otorgan los bienes y servicios del centro tradicional, creando áreas de concentración de lo que se ha llamado el terciario avanzado (HIDALGO, 2010, p. 01).³

Apesar do crescente aumento da população urbana, essa expansão espacial das cidades para as áreas periféricas levou a certo esvaziamento das áreas centrais, sendo observada uma diminuição do crescimento dessas.

A exemplo dos demais países latinos, o Brasil teve uma taxa de crescimento no processo de urbanização em meados do século XX, sobretudo, a partir dos anos de 1940. Nessa década, a população urbana era estimada em 26,3% do total. Nos anos seguintes, a taxa de urbanização seguiu uma tendência de aumento e a população brasileira se tornou cada vez mais urbana (Gráfico 1), chegando a 81,2% em 2000, e 84,36% em 2010 (MARICATO, 2000; DOS SANTOS, 2009; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2010).

³ Em tradução livre da autora: Nas últimas três décadas, é notável a mudança da morfologia das metrópoles latino-americanas, representada, entre outros aspectos de singular importância, por mudanças nas formas de segregação sócio espacial nas cidades, associadas à massificação de condomínios, desenvolvimento de grandes obras de infraestrutura que privilegiam os automóveis e, associadas a isso, a consolidação de novas centralidades que não só abastecem os bens e serviços do centro tradicional, criando zonas de concentração do que se denomina terciário avançado.

Gráfico 1: Distribuição percentual da população por situação de domicílio – Brasil – 1980 a 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980, 1991, 2000 e 2010, e Contagem da População 1996.

Essa mudança decorre de fatores que atraíram a população cada vez mais para os centros urbanos, buscando satisfazer suas necessidades de emprego, melhores condições de vida, bem como das reformas urbanas realizadas nos séculos XIX e XX, com obras de saneamento e embelezamento paisagístico; a privatização de terras, sobretudo, a partir de 1850; investimentos do Estado no desenvolvimento industrial, a modernização da agricultura e industrialização, requerendo mais mão de obra (MARICATO, 2000).

Há dois tipos de formação de cidades: a cidade planejada, com um processo de transformação voluntária, geralmente associada a regimes governamentais e que seguem um traçado geométrico ordenado; o segundo tipo é a cidade espontânea, a ordenação é subordinada às condições do terreno, as formas são mais irregulares e orgânicas (GUERREIRO, 2020). O fenômeno urbano é tão complexo a ponto de se poder dizer que os dois tipos de cidades coexistem.

As primeiras cidades brasileiras se caracterizam por terem uma estrutura de origem espontânea, sem um plano ou desenho pré-estabelecido. O processo de formação das cidades no Brasil deu-se basicamente com a instalação de instituições públicas, religiosas e serviços principais aglomerados em um centro, com as residências se instalando ao redor desses (GUERREIRO, 2000).

A formação dessas cidades deu-se, essencialmente, pelo desenvolvimento de vilas e arraiais estabelecidos nos caminhos em direção das igrejas construídas em um

determinado local, as residências e outros edifícios comerciais se expandindo ao redor dessas construções.

Nas últimas décadas, especialmente, a partir dos anos de 1970 e 1980, devido às transformações anteriormente abordadas no contexto da urbanização no Brasil, a morfologia das cidades brasileiras mudou consideravelmente, expandindo o núcleo central inicial para regiões cada vez mais periféricas do espaço urbano.

As cidades são sistemas complexos, definidos historicamente por uma série de intervenções contínuas que determinam sua realidade espacial e formal. No interior desse sistema, os centros históricos constituem áreas de grande importância, em que se manifestam os principais signos da cidade e contêm a maior parte de bens que caracterizam a história dessa (CAMPOS *et al.*, 2016).

Esses centros históricos são submetidos a diversos processos de transformação e reinvenção ao longo da história. Foram, durante muito tempo, a cidade inteira, por si só, o local onde se manifestavam todas as atividades dos seus habitantes, todos seus usos e funções.

As transformações do espaço urbano alteram a morfologia urbana, desconcentrando e reconcentrando a população e as atividades sobre o espaço, criando novas funções e características a serem assumidas pela cidade (DOS SANTOS, 2009).

Côrrea (2004, p. 11) define o espaço urbano como “fragmentado e articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas”, e são os agentes produtores do espaço condicionantes dos processos de reorganização espacial por meio da incorporação de novas áreas ao espaço urbano, a degradação de certas áreas e a renovação de outras.

Na área central da cidade, concentram-se as principais atividades comerciais, serviços, sedes de empresas e uso do solo mais intenso. A descentralização e a criação de núcleos secundários aparecem como alternativas para se desafogarem as áreas centrais, levando infraestrutura para áreas periféricas, oferta de terras e preços mais baixos do que naquelas, desconcentração das atividades do núcleo central, gerando a consequente expansão urbana (CÔRREA, 2004).

Essa descentralização das atividades torna o espaço urbano mais complexo. A nova locação de atividades antes concentradas no centro deixa os prédios antigos vazios, passíveis de receber intervenções de recuperação e conservação, atendendo a novas funções que os reintegrem funcionalmente ao espaço urbano.

1.1 – O dinamismo dos centros históricos e a espetacularização da cidade

Os processos de urbanização e desenvolvimento das cidades brasileiras, sobretudo a partir das décadas de 1960 e 1970, levaram a alterações na paisagem do espaço urbano, evidenciadas, principalmente, pelos serviços industriais e de serviços que influenciam no dinamismo e crescimento urbano (FRANÇA, 2007).

Com o crescimento exponencial das urbes no século XX, esses centros começaram a se diferenciar nos novos arranjos definidos pela expansão territorial urbana. Assim, devido às características que os centros formadores da cidade carregam, passaram a ser chamados “centro histórico” da cidade (VARGAS; CASTILHO, 2009). O conceito desse está ligado às origens de formação do núcleo urbano, tendo relação com o seu passado e transformações ocorridas ao longo do tempo.

Vargas e Castilho (2009) observam as adjetivações que os centros das cidades recebem, variando entre centro de mercado, para o qual convergem as ações de trocas comerciais; centro de negócios, que alia ao centro de mercado outras atividades como a religiosa, política, de lazer, financeiras e de comando. São essas divisões funcionais das atividades que permitem criar a noção de centros ou subcentros.

A partir da intensificação da expansão urbana, começa a surgir a noção de subcentros, centros localizados em espaços diversos da cidade, onde é possível encontrar uma variedade de serviços antes concentrados em apenas um centro urbano, criando uma rede de subcentros que concorrem ou complementam o centro principal (VARGAS; CASTILHO, 2009).

O crescente aumento da população urbana gerou uma demanda cada vez maior por terra para estabelecer os novos moradores, o que provocou a expansão horizontal da área das cidades, criando novas zonas residenciais cada vez mais afastadas do núcleo central. Por serem afastadas do centro urbano principal, foram levados para essas áreas, também, serviços essenciais capazes de suprir as necessidades desses novos espaços.

Em decorrência desse processo de mudança, as funções, antes desenvolvidas em um único centro funcional, passaram a acontecer em outras centralidades urbanas, levando a uma diminuição considerável daquelas no centro histórico, incluindo a habitação. Campos *et al.* (2016) apontam essa transferência de funções do centro histórico para outros centros, o abandono daqueles como sendo o fator que influencia em sua degradação material, arquitetônica, social, urbanística e ambiental.

Os principais serviços públicos, como sedes de governos, prisões, escolas e comércios básicos se encontravam nos prédios centrais datados da época de surgimento das cidades (VARGAS; CASTILHO, 2009). Com o deslocamento desses serviços para novos lugares, em áreas e edifícios diferentes, as antigas sedes acabam tendo seu uso anulado ou fica em situação de subutilização, muitas vezes sofrendo deteriorações pela falta de manutenção e uso.

Os centros históricos são lugares possuidores de tradição: neles se manifestam as raízes culturais, religiosas, sociais, políticas e econômicas de uma sociedade. São, em essência, o refúgio do patrimônio material (suas praças, templos, residências) e imaterial (religião, culturas) que carrega uma cidade.

A Escola de Chicago⁴ analisou a deterioração dos centros históricos, identificando padrões de uso e mobilidade da população envolvida nesse processo, principalmente, quando a população começa a abandonar as áreas centrais (HIDALGO, 2010).

Vargas e Castilho (2009) corroboram a teoria da perda de função das áreas centrais como sendo o motivo para as degradações e deteriorações urbanas, o que leva ao dano ou à ruína das estruturas físicas, e até desvalorização econômica e social de um lugar. As atividades que antes se desenvolviam ali e eram geradoras de fluxo migram para outras áreas mais atrativas da cidade, deixando para o centro as atividades menos rentáveis, informais, que reduzem a atratividade local e levam a um consequente abandono de investimentos por parte do poder público.

Diante desses efeitos degradantes do abandono do centro histórico, levanta-se um alerta para os órgãos governamentais e para a própria sociedade sobre a importância da conservação desses sítios históricos, destacando a relevância de políticas de conservação, preservação e salvaguarda para eliminar ou apenas minimizar os efeitos negativos sobre esse patrimônio.

Mesmo diante dessas descentralizações geradas pela expansão territorial urbana, o núcleo inicial formador das cidades ainda se destaca como o principal centro das dinâmicas urbanas encontradas na cidade. Vargas e Castilho, em seu estudo sobre intervenções em centros urbanos, apontam que “Os centros da cidade têm sido identificados como o lugar mais dinâmico da vida urbana, animados pelo fluxo de pessoas, veículos e mercadorias decorrentes da marcante presença das atividades

⁴ A Escola de Chicago é citada apenas para a construção do contexto histórico. O modelo de revitalização urbana aqui estudado não se encaixa no estilo da Escola.

terciárias, transformando-se no referencial simbólico das cidades” (VARGAS; CASTILHO, 2009, p. 01).

Esse núcleo central expressa um volume grande de história, memória e identidade de uma sociedade. Seus prédios contam as características construtivas de outrora; o traçado de suas ruas indica o tipo de assentamento e os rumos da urbanização da cidade; seus templos demonstram a religiosidade e fé (GUILLEN; ROSALES, 2017). Carregam suas tradições, manifestações culturais, religiosas, festivas, dentre outras; é palco de acontecimentos históricos, marco das grandes transformações sociais. São o local mais dinâmico da cidade.

A consideração quanto à preservação dos edifícios históricos esteve em pauta na maioria dos discursos de diversos intelectuais nas décadas a partir de 1960. Esses destacavam sua importância como local de resguardo de conquistas e memória da população local (VARGAS; CASTILHO, 2009).

No Brasil, existem programas e órgãos criados especificamente para gerenciar as ações de recuperação e preservação do patrimônio histórico e cultural urbano brasileiro. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia federal que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Foi criado em 13 de janeiro de 1937 pela Lei nº 378; hoje conta com 27 superintendências. Cabe a esse Instituto proteger, conservar, salvaguardar e promover os bens culturais brasileiros.

É preciso avaliar a necessidade de intervenções nos centros urbanos, considerando suas características históricas, arquitetônicas, sociais, seu papel na estrutura urbana. A recuperação desses centros históricos significa melhorar a imagem da cidade, promover a (re)funcionalização dos seus edifícios construídos, melhorando a infraestrutura existente, possibilitando usos variados desde o comércio e prestação de serviços até o retorno da atividade de moradia.

Os centros históricos preservados permitem melhorar a imagem urbana e promover a valorização econômica do local e da cidade como um todo, bem com compreender o processo de evolução e de transformações desses espaços a partir de relações econômicas, sociais e culturais.

A cidade é palco de uma espetacularização social que não vem apenas com as transformações socioculturais do século XX. Desde os séculos passados, existe uma preocupação quanto à encenação embelezadora sobre os aspectos sociais, culturais, religiosos e políticos de uma cidade. Salgueiro (2001) estuda a exploração do sentido

visual como a nova ordem da economia capitalista, sendo um aspecto da valorização econômica de um determinado lugar.

O resultado das transformações em função das políticas de planejamento urbano, sobretudo a partir dos anos de 1980, colocou fragmentos da cidade em destaque nessas intervenções, especialmente no tocante aos espaços públicos. Tais intervenções vieram com o intuito de, entre outros aspectos, reabilitar ou revitalizar os espaços interferidos, melhorando a imagem da cidade e buscando atrair benefícios sociais e econômicos para a área de influência imediata e a cidade como um todo.

No Brasil, bem como na maioria das cidades que sofreram intervenção, os planos de recuperação urbana são focados nos grandes centros, local de maiores dinâmicas sociais. Soriano (2006) e Coelho (2008) apontam essa fragmentação das intervenções: em vez de considerar o todo, voltam-se os projetos para as áreas potencialmente mais dinâmicas da cidade.

As ações de *City Marketing* são instrumentos cuja busca é realizar uma intervenção em um espaço de forma que essa beneficie a imagem local e atue como forma de atrativo e venda da cidade. A cidade torna-se uma cidade-produto, o espaço passa a ser um produto construído pelos processos culturais e sociais (SALGUEIRO, 2001).

A atividade turística é vista por Soriano (2006) como um impulso para os chamados planos de *City Marketing*. Tornar os espaços cada vez mais saudáveis do ponto de vista estético e atrativo turisticamente, eliminando ou amenizando o que possa ser visto como negativo para o turista (desigualdades sociais, violência, poluição) são estratégias adotadas para fazer uma cidade desejável e vendável.

Vargas e Castilho (2009) também abordam a questão do *City Marketing* como estratégia para a recuperação da imagem das cidades. As autoras apontam a gestão urbana e as ações voltadas para o projeto urbanístico como principais ações desse plano. Cada vez mais, há o interesse do poder local em melhorar os centros urbanos e, aliados aos financiamentos imobiliários privados, suas ações pretendem revalorizar determinada área, atraindo público e vantagens de mercado sobre essas áreas antes esquecidas.

O turismo tem, portanto, papel articulador entre a recuperação de uma determinada área e a valorização dos aspectos culturais da cidade. Valorizar e reconhecer o simbolismo da cultura local são formas de potencializar os atrativos de um lugar. Soriano (2006) destaca a importância das ações conjuntas entre os setores público e privado na criação e implantação de estratégias que abordam os aspectos culturais como

meio atrativo para um espaço, utilizando campanhas, slogans e estratégias de *marketing* na criação de um potencial mercado competitivo.

Abordando o conceito cultural a partir da perspectiva do turismo, Gómez e Rubio (1999) fazem apontamentos que colocam esse turismo cultural como via para desenvolvimento da cidade. Os autores asseguram que a implementação de um turismo cultural pode trazer uma renovação urbana, melhorando a imagem da cidade; adoção e melhoria de serviços e equipamentos para atender tanto ao turista quanto ao residente; criação de empregos, ordenação urbana, melhoria da infraestrutura existente; além de atrair novos serviços avançados e melhorar o bem-estar dos habitantes.

Apesar de os centros históricos serem vistos como áreas desvalorizadas, degradadas, são ainda espaços de grande vitalidade social, com predominância de atividades comerciais, prestação de serviços e consequente geração de emprego e renda. São áreas em que há grande fluxo de pessoas e mercadorias; presença de transporte público, facilitando a mobilidade urbana; uma infraestrutura pré-estabelecida atrativa e que facilita as políticas públicas de intervenção.

As áreas centrais urbanas têm importância de caráter cultural, histórico e econômico. Além de sua infraestrutura, o patrimônio arquitetônico é de grande valor imobiliário, podendo sofrer valorizações ou desvalorizações durante o tempo, porém, com as devidas ações de conservação, recuperação, requalificação ou reabilitação trazem grandes benefícios para a cidade.

As intervenções voltadas para os centros históricos consideram a infraestrutura existente no entorno do local, especialmente quando esses espaços são áreas centrais, de grande acessibilidade urbana, concentração de público e oferta de oportunidades de uso intenso do solo e das suas edificações (VIEIRA FILHO; GUIA, 2011) e, conseqüentemente, engrandecimento de seu valor venal⁵.

Hidalgo (2010) aponta três aspectos associados aos centros urbanos que os colocam como foco dos planos de recuperação das cidades, sendo eles: a centralidade, a densidade de usos e o patrimônio histórico. São características exploradas nos planos de recuperação vinculados ao caráter turístico, que também se torna uma forma de valorização do espaço recuperado.

⁵ Valor venal diz respeito aos valores do solo urbano que são estabelecidos pelo município a partir de normas e métodos que considerem as características urbanas do local onde o imóvel está situado (PAULSEN; MELO, 2013).

Esses planos de recuperação urbana priorizam o espaço público, recuperando e renovando os bens materiais ou de valores simbólicos da cidade. Soriano (2006) destaca o papel da parceria entre o poder público e a iniciativa privada nesses planos de recuperação, especialmente os consórcios financeiros com participação de órgãos públicos aliados aos financiamentos dos bancos privados.

A produção de uma cidade espetáculo nos séculos XX e XXI está muito atrelada aos aspectos de conhecimento e de cultura. Paz (2011) discorre sobre a valorização da criatividade, do conhecimento e dos bens simbólicos como a força central que articula cultura e empreendedorismo como o motor econômico urbano.

Ao dar o devido reconhecimento aos aspectos culturais presentes numa sociedade, preservando os bens simbólicos que a caracterizam, atrai-se uma valorização econômica em torno das transformações geradas pelos projetos urbanos de recuperação desses bens. As transformações giram além das características físico-espaciais, circundam principalmente a valorização da identidade social que constrói a imagem da cidade (SORIANO, 2006).

Os valores atribuídos a um determinado bem provêm de uma série de fatores do passado e que se apresenta, no presente, como o meio pelo qual se distinguem as relações capazes de criar o discurso de identidade cultural de um indivíduo ou sociedade. O valor de um centro histórico está atrelado, sobretudo, à identidade da sociedade com esse espaço. É a memória, a imaginação e a forma como se percebe e quem percebe um bem é que atribui valor a ele.

Pérez (2018) diz que o valor não existe por si só. É preciso estar atrelado a algum aspecto físico, a algum elemento real. Para o autor, o valor de algo surge empiricamente, a partir do momento em que há a projeção dos processos psíquicos de comunicação e interação social sobre um determinado conteúdo.

Em *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*, Certeau (2003) analisa a cultura (do ponto de vista da cultura popular e as marginalizações criadas em razão dos conflitos de poder gerados), avaliando as práticas cotidianas na produção de espaços de consumo e indivíduos consumidores de tais espaços. Para o autor, as “maneiras de fazer” constituem as práticas pelas quais os indivíduos se apropriam e reproporiam do espaço, orientando sua produção sociocultural em favor de um ordenamento sociopolítico, caracterizando a formação do espaço, do lugar praticado em razão dos elementos identitários que o definem.

O reconhecimento das práticas culturais como protagonista de um determinado espaço garante a atribuição de valor a ele. Os valores são formados quando se consideram sua relevância histórica em relação ao passado (memória) e como ele se apresenta no presente (o espaço vivido), também as relações temporais sobrepostas que se interligam para dar valor, memória e identidade a um espaço.

A reabilitação urbana dos centros históricos por meio da cultura é a prática de recuperação desses centros, atribuindo valor simbólico e econômico a eles, tornando-os produtos de atividades e consumo cultural. Conservar, recuperar, reabilitar, requalificar ou (re)funcionalizar dotando de nova função um patrimônio construído é reconhecer o seu valor no passado e atribuir novo valor no presente.

Quando se trata de reabilitação dos centros históricos, Valiati (2009) destaca três pontos desse fenômeno:

A partir do fenômeno da reabilitação dos centros urbanos com base em instalação de equipamentos culturais, observamos que o caso da reabilitação via cultura é particular, pois: a) tem como diferencial o foco na alteração do uso; b) tem por saldo um processo de reabilitação da referida área da cidade e também um caráter de inclusão, a partir de táticas de agentes, o que mantém a amplitude de atores que praticam o determinado espaço; c) promove a formação simbólica de capital fixo [...], transferindo valor ao entorno e a eventos que ali se instalam, identificado a partir de instrumentos da economia da cultura, tais como externalidades e bens de mérito (VALIATI, 2009, p. 16).

Os prédios históricos possuem um valor que vai além do econômico; aqueles possuem história, carregando traços que passam por gerações. Jane Jacobs (2011) atribui aos prédios novos um valor econômico substituível, a depender das novas exigências da construção civil; já aos prédios antigos, um valor insubstituível, pois são criados pelo tempo e representam um período histórico.

Nas cidades, novos supermercados, lojas, bancos, são instalados em edificações novas; são atividades de empresas que podem arcar com os custos de novas construções (JACOBS, 2011). Ainda, segundo a autora, resta aos fomentadores informais das artes a apropriação dos prédios antigos: são convertidos em galerias, estúdios, lojas de artes, negócios menores. São os equipamentos urbanos culturais os prédios antigos dotados de novos usos.

A (re)funcionalização de um patrimônio arquitetônico indica a valoração proveniente desse, trazendo como consequência da conversão para um novo uso a reabilitação do espaço em que está inserido, destacando o consumo cultural como produto da intervenção sobre aquele bem. Para Valiati (2009), quando se dá nova função de

caráter cultural a um equipamento urbano, esse passa por alterações no seu valor capital e passa a ser meio de produção de valor cultural devido aos bens e atividades culturais nele contidas.

Não se pode, no entanto, entender a valorização do patrimônio como algo generalizado, limitante. É necessário compreender, como explicita Pérez (2018), as múltiplas oportunidades que se oferecem a partir da relação entre o passado e o presente, e, principalmente, que o valor atribuído a um edifício não está atrelado somente à sua importância histórica ou arquitetônica, mas que esse se oferece como um meio que pode assumir papel importante em outras questões.

O patrimônio histórico se apresenta como campo de oportunidades capaz de melhorar a paisagem urbana, enriquecer o valor simbólico e monetário de um determinado espaço e beneficiar as relações das gerações atuais com o seu meio, assim como as vindouras.

1.2 – A inter-relação entre espaço público, lugar e cultura

A cidade é materialização das relações sócio espaciais que se concretizam na produção e reprodução do espaço vivido, da produção de lugares. Carlos (2007) contextualiza o espaço urbano como uma representação dos usos que se fazem dele ou, ainda, o valor atribuído a ele a partir desses usos.

A essência das relações que constituem a vida urbana permite analisar a produção dos lugares na cidade. São os elementos de memória, identidade, apropriação e transformação do espaço que reproduzem o lugar de produção/reprodução da sociedade.

O centro urbano é visto por Valiati (2009, p.22) como espaço “praticado, sociabilizado, identificado”. É o centro para o qual convergem as relações humanas, área da maior dinâmica da cidade. Pensar nesse local é considerar os agentes que se utilizam desse espaço e as ações que ali se desenvolvem e essas não se desenvolvem em um lugar, um espaço físico palco da sociabilização. Seja um lugar de vivência, trabalho, práticas esportivas, trajeto, religião, um espaço público – são diversas as formas de interação social com um lugar.

O espaço público é o cenário de prática e exibição das relações sociais que permitem identificar os grupos culturais, observar as identidades individuais e coletivas construídas entre os cidadãos uns com os outros e com a cidade (PÁRAMO, 2010). O conceito de espaço público constitui, portanto, tanto um espaço físico quanto social, que

envolvem os aspectos espaciais e da experiência humana. É o espaço físico destinado ao uso e convívio social da população.

A origem dos espaços públicos está atrelada à construção da cidade, sendo que as praças, templos e ruas se tornam o objeto sobre o qual se desenvolvem as atividades festivas, religiosas, políticas, econômicas que possibilitam aprendizado, crescimento e até mesmo um caráter educativo, visto que esses espaços são acessíveis e diversos, mais abertos tanto física quanto psicologicamente (PÁRAMO, 2010).

Jacobs (2011) critica as formas de planejamento urbano que desconsideram os espaços que dão vida às cidades, que não colocam os edifícios antigos, as praças, as ruas e calçadas, os parques urbanos nos seus planos. Para a autora, são esses lugares que contribuem para as boas relações sociais nas cidades e que a adoção desses nos planos de urbanização, combinados com os aspectos de residência, comércio, serviços, é que garantem o êxito da cidade.

Levando em conta o passado e as características históricas que definem um prédio, considerar o tipo de intervenção que se quer fazer e o que se objetiva alcançar por meio dela é necessário para se pensar o tipo de atividade para o qual um equipamento urbano será (re)funcionalizado: prestação de serviços ou comércio, atividades culturais ou para fins residenciais, que são bons caminhos que levam ao fortalecimento da vida urbana (HIDALGO, 2010).

Um mesmo espaço pode adquirir diversas características ao longo do tempo, se moldando ao contexto político, social e cultural de cada momento. O espaço público é um importante meio pelo qual se pode compreender a história da cidade: ele carrega características que descrevem a memória social, as experiências e vivências daqueles que o usufruem.

Soriano (2009) aborda o espaço público no contexto das primeiras experiências de recuperação das cidades nas últimas décadas do século XX, em que se atribuíram a ele diversas funções, antes como espaço de circulação de pessoas e cenário da vida social, posteriormente, considerado nas ações de ordenamento dos espaços em razão da circulação de automóveis, ou mesmo como espaços abandonados.

A importância do espaço público no urbanismo foi destacada por Choay (2014), que o denominou de Culturalista, ressaltando o valor dos espaços abertos públicos como atores fundamentais para garantir a ordem e a qualidade da cidade. Seu papel é, portanto, indispensável para o bom funcionamento da vida urbana, pois são fundamentais na

produção e reprodução da sociedade, e constituem lugar de memória, identidade, e que representam a concretização da vida humana no espaço urbano.

Na América do Norte e na Europa, por exemplo, os processos de recuperação urbana combinavam as ideologias do Movimento Modernista com a necessidade de reconstrução pós-guerra. Nas primeiras décadas em que essas ações foram aplicadas, a renovação urbana era o propósito principal, seguindo uma visão haussmaniana⁶ (VARGAS; CASTILHO, 2009) de urbanismo, em que se priorizava a organização urbana em função da circulação.

As críticas ao Movimento Moderno e o insucesso das suas ações de planejamento urbano recolocaram o espaço público no centro de reflexões sobre sua importância para o contexto das cidades, voltando a ser personagem essencial nos planos de revalorização urbana (SORIANO, 2009).

Associar o espaço público com a cultura é uma forma de conectar a sociedade com a vida pública e o espaço urbano. Esses espaços se constituem como extensores da vida humana, da vida individual e em comunidade, palco de construção da história e das relações sociais que produzem os lugares.

Uma das principais características das cidades é a diversidade cultural dos indivíduos ou grupo deles e que se expressa nas relações sociais entre as sociedades, permitindo ampliar conexões e estabelecer bases de aproximação entre a população com ela mesma e com a cidade.

Jane Jacobs (2011, p. 207) dizia: “As cidades precisam tanto de prédios antigos, que talvez seja impossível obter ruas e distritos vivos sem eles”. A frase da socióloga expressa o sentimento de valorização dos centros históricos, o reconhecimento da sua história e de tudo que ele representa para uma sociedade, bem como sua importância no presente, como objeto capaz de dar novo sentido para a recuperação de uma cidade.

As intervenções sobre os equipamentos antigos que ainda sobrevivem em cidades na atualidade demonstram a importância histórica deles, sendo capazes de revelar imagens da sua época de origem, como suas técnicas de construção, o modo como se vivia, o que e como se fazia, evidências características do passado. Além disso, eles são capazes de representar as personalidades de outrora ou de participação em momentos

⁶ A Reforma Urbana de Paris no século XVIII é citada apenas para construção do contexto histórico. O estudo aqui apresentado não se apresenta nos moldes das reformas urbanas elaboradas pelo Barão de Haussman na cidade francesa.

marcantes nos campos políticos ou de atividades socioculturais que motivaram sua construção.

As edificações e monumentos construídos pelo homem são preservados desde a Antiguidade Clássica (LEMOS JÚNIOR; BORTOLOZZI, 2014) como forma de preservar a memória dos eventos passados. Desde o século XV, na Europa, a preservação do patrimônio cultural é defendida pelos papas, condenando a destruição dos monumentos (CHOAY, 2014). A partir disso, os planos e medidas de preservação e restauração foram mais intensificados.

Os planos de recuperação de centros urbanos tiveram motivação, sobretudo, com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), objetivando intervir nos espaços danificados pela guerra e recuperar os edifícios e a imagem das cidades. A partir das décadas de 1960 e 1970, esses planos de recuperação urbana foram intensificados, podendo ser divididos em três fases: 1) Renovação Urbana 1950-1970, em que há uma preferência pelo novo, a substituição de construções antigas por novas; 2) Preservação Urbana 1970-1990, reforçando a importância da preservação e restauração histórica de edificações consideradas significativas; e 3) Reinvenção Urbana 1980-2000, apoiada na capacidade maior de comunicação, transforma o território em mercadoria a ser consumida, melhorando a imagem da cidade com planos colaborativos entre os setores público e privado (VARGAS; CASTILHO, 2009).

Campos *et al* (2016) consideram o centro histórico como peça fundamental do sistema urbano, submetidos a diversos processos de transformação durante a história e palco de grande heterogeneidade de ações e funções. Os autores indicam, ainda, esses centros como meios propícios de revitalização urbana e social.

Os centros históricos são definidos como os lugares de memória da cidade, abrigo excelente para os equipamentos de caráter cultural. Quando se dá um novo uso cultural a um edifício histórico, considerando suas possibilidades, os espaços do entorno dele se tornam um complemento ao seu papel de melhoria da imagem da cidade (YUNES, 2010). A apropriação de áreas históricas como novos espaços de ação cultural aprimora as intervenções sobre esses, contribuindo para a melhoria da cidade e se tornando espaços de atividades sociais diversas.

Corrêa (2005) define os elementos culturais como sendo o patrimônio urbano que carrega representações históricas, marcos de eventos passados, que designam a paisagem urbana pela sua composição, sua inserção em determinado espaço e como esse se relaciona com o entorno.

As intervenções urbanas baseadas no caráter cultural adaptam estruturas arquitetônicas históricas em equipamentos voltados para o desenvolvimento de atividades culturais, como museus ou galerias, reintegrando os edifícios antigos à cidade com uma nova função. Assim, esses edifícios transmitem valor sobre o passado e legitimam o presente, atuando como elementos na manutenção da identidade de uma sociedade (LEMOS JÚNIOR; BORTOLOZZI, 2014).

Para preservar e conservar os monumentos e centros históricos, foram criados documentos nacionais e internacionais que definem as diretrizes e dão orientações sobre as noções de conservação desses bens. A *Carta de Veneza*, documento elaborado no II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos, em maio de 1964 na cidade de mesmo nome, é talvez o mais importante documento relativo às noções básicas de conservação e restauração de monumentos e sítios históricos.

O Artigo 1º da *Carta de Veneza* define e amplia o conceito aplicado aos monumentos e centros históricos, não os tratando como elementos isolados, mas podendo abranger todo um conjunto que seja representativo no contexto histórico de evolução e transformação das cidades:

Art. 1º - A noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio, rural ou urbano, que constitua testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção aplica-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas do passado que adquiriram, com a passagem do tempo, um significado cultural (CARTA DE VENEZA, 1964, p.1-2).

A revitalização dos antigos centros urbanos é defendida como forma de recuperação da imagem da cidade, trazendo novos usos ao local, aumentando as dinâmizações econômica, social e humana. A criação de museus e espaços culturais nos centros históricos das cidades provém da adaptação desses nos edifícios do patrimônio histórico, imóveis disponíveis que antes tinham um propósito, tornaram-se obsoletos e passaram a servir a outras funções. Esses edifícios passam por processos de restauração e requalificação que os permitem ser integrados novamente no centro urbano como uma forma de retorno à comunidade (YUNES, 2010; JACOBS, 2011).

Antigas residências, sobrados, sedes de instituições públicas e palácios são espaços onde agora se instalam museus, galerias, centros de artes, lojas, restaurantes, dentre outros. Além de recuperar e preservar o significado histórico do núcleo formador da cidade, a (re)funcionalização desses edifícios conduz a benefícios de ordem educativa,

social, econômica; reforçam melhorias na estrutura existente e fortalece as dinâmicas ocorridas nos centros urbanos.

As oportunidades encontradas nessas áreas históricas permitem compatibilizar a necessidade de preservação e conservação com o potencial imobiliário oferecido, designando novas funções que potencializam os índices urbanísticos, financeiros e possibilitam o equilíbrio entre a recuperação do bem histórico e suas vantagens atrativas (VIEIRA FILHO; GUIA, 2011).

Em seu estudo *Gestão de Centros Históricos a Partir de Corredores Culturais*, Feltrin (2016) pondera o conceito de centro histórico ligado à memória e identidade da sociedade com a cidade, ressaltando a importância da preservação dessas por meio de sua arquitetura, definindo as temporalidades e diversidades cabíveis em cada caso.

A revitalização do centro urbano é necessária. Entretanto, devem-se considerar critérios históricos, culturais, geográficos, técnicas construtivas, estado de conservação, bem como sua dimensão social e importância para a população, dado o valor que lhes é conferido, quais os usos atuais e quais lhe serão destinados (HIDALGO, 2010). Considerar a população diante dos processos de intervenção é fundamental para se obterem bons resultados.

Falar em preservação do patrimônio cultural requer considerar os fatos do passado para compreender sua função e importância no presente e fazer uma avaliação futura de como esses equipamentos urbano-culturais ajudam no cumprimento da função social. Nesse sentido, será usada a definição de Valiati (2009) para tratar de equipamentos urbano-culturais, considerando-os como sendo aqueles bens que têm valor simbólico e histórico, convertidos em equipamentos de consumo e práticas culturais.

Jacobs (2011) é defensora da integração de centros urbanos antigos no plano de recuperação da cidade, apontando as adaptações de espaços velhos com novos usos no cotidiano atual como um meio aprazível de revitalização. A autora explicita ainda:

O objetivo deveria ser costurar novamente esse projeto, esse retalho da cidade, na trama urbana – e, ao mesmo tempo, fortalecer a trama ao redor. Reintegrar esses projetos à cidade é imprescindível não só para dar vida aos próprios conjuntos perigosos e estagnados. É também imprescindível para o planejamento amplo de distritos (JACOBS, 2011, p. 437).

Vargas e Castilho (2009), ao considerarem os processos de intervenção em centros urbanos, destacam que é necessário avaliar, antes de tudo, a necessidade de intervenção

sobre aquele centro, considerar sua herança histórica e social, sua função e a influência que esse gera no contexto urbano. As autoras ainda completam:

Recuperar o centro das metrópoles nos dias atuais significa, entre outros aspectos, melhorar a imagem da cidade que, ao perpetuar a sua história, cria um espírito de comunidade e pertencimento. Significa, também, promover a reutilização de seus edifícios e a conseqüente valorização do patrimônio construído; otimizar o uso da infra-estrutura [sic] estabelecida; dinamizar o comércio com o qual tem uma relação de origem; gerar novos empregos. Em suma, implementar ações em busca da atração de investimentos, de moradores, de usuários e de turistas que dinamizem a economia urbana e contribuam para a melhoria da qualidade de vida, valorizando também a gestão urbana que executa a intervenção (VARGAS; CASTILHO, 2009, p. 05).

Explorar o potencial cultural oferecido pela cidade talvez seja a melhor forma de torná-la um espaço bem-sucedido, capaz de trazer melhorias para a cidade. Nesse sentido, a transformação de lugares antes sem uso definido em espaços culturais permitiria uma maior experimentação do espaço público pela sociedade, assegurando a identidade social formadora da cidade.

Segundo Valiati (2009), a reabilitação de um determinado espaço só é possível quando se tem uma valoração simbólica sobre aquele espaço, podendo assim haver uma reconfiguração voltada para a instalação de um equipamento cultural e produção de espaços de consumo cultural. Dessa forma, é necessário estudar a melhor maneira de recuperação do espaço urbano como valor simbólico, conciliando a preservação e os novos usos dos edifícios históricos.

Neste estudo sobre revitalização de centros históricos, é importante ressaltar o papel da população para o bom resultado das intervenções. As pessoas legitimam o espaço, um bem patrimonial a partir do momento em que usufruem dele. Assim, os estudos da sociedade urbana e sua relação com o território têm foco nas ações do indivíduo, em como se dão suas práticas e representações sobre o mundo exterior e que se adequam no seu comportamento com a comunidade (SALGUEIRO, 2001).

É preciso compreender que a preservação no contexto contemporâneo pressupõe a fruição dos equipamentos urbano-culturais no presente. Considerar a participação dos agentes sociais nos estudos de intervenções é a melhor forma de garantir que a preservação seja de fato efetiva, que seja adequada à população e ao seu contexto urbano. Preservar os aspectos culturais de uma sociedade consiste em resguardar sua história e, portanto, a participação democrática da população nos estudos sobre as intervenções

urbanas deve ser considerada para garantir a abrangência maior de resultados sobre a sociedade.

A participação da comunidade é a chave para o sucesso das boas intervenções em centros históricos. Considerar os laços tradicionais, a identidade da população com o local, as atividades adequadas a serem instaladas pode ser uma maneira de ter a cultura como lucrativa não apenas do ponto de vista financeiro, como também quando se promovem maneiras de desenvolvimento do cidadão e da relação desse com a comunidade (COELHO, 2008).

Como embasado por Ramos (2007), cada vez mais os espaços destinados aos usos culturais, à preservação do patrimônio cultural material e imaterial ganham destaque em nível global, sendo assunto de interesse de diversas esferas da sociedade. Assim, é evidente a importância de equipamentos urbano-culturais, pois são peças fundamentais destinadas à criação, manifestação e transmissão de práticas socioculturais.

Aproveitar os equipamentos urbanos disponíveis, recuperando-os e convertendo-os em culturais é a chave da requalificação urbana de qualidade, dotando os espaços de novos usos e atividades que os dinamizem (RODRYGUEZ; ABRAMO, 2008).

Jacobs (2011) defende a reintegração desses projetos à cidade como forma imprescindível de continuar a manutenção da vida social, e o seu bom funcionamento é fundamental para o planejamento urbano. Quando a cultura é inserida no planejamento e caminha em conexão com os lugares é que se tem um espaço desenvolvido.

Seguindo a linha de pensamento de Jacobs, Carsalade (2009) reafirma que a preservação e a conservação de um patrimônio estão atreladas à forma como esse está inserido no cotidiano da sociedade. É quando há uma conexão entre a comunidade e o bem a ser recuperado que ele se conserva.

Esses equipamentos urbanos e eventos culturais têm importância social e econômica para o espaço da cidade. Além de promoverem as perspectivas culturais e tradicionais, atuam nas dinâmicas urbanas influenciando o comportamento da sociedade e refletem na economia, nos aspectos sociais e na configuração do espaço urbano.

Os benefícios dos investimentos em recuperação de centros históricos podem ser calculados sob o ponto de vista financeiro e de sustentabilidade também. Rypkema *et al.* (2009) apresentam os dados que traduzem a diminuição da emissão de carbono em até 50% nos edifícios históricos, quando comparados a construções novas, e o reaproveitamento de materiais renováveis, promovendo a redução com os gastos desses.

Reforçando a ideia da cultura como figura importante pela recuperação da cidade, estabelece-se que:

As atividades culturais têm um potencial tremendo para fazer frente a muitos desafios sociais que as cidades enfrentam. Cidades de todas as partes estão preocupadas em criar um propósito comum quando laços tradicionais de etnia, língua, e religião já não são conexões determinantes. Não se trata apenas de como construir cidades, mas de como desenvolver os cidadãos (COELHO, 2008, p. 76)

Um exemplo brasileiro de (re)funcionalização de edifícios históricos em equipamentos culturais está localizado na capital mineira, Belo Horizonte. No ano de 2010, foi inaugurado o Circuito da Liberdade, em que o conjunto de edifícios públicos da Praça da Liberdade foram transformados em museus e centros culturais. Depois da relocação da administração da cidade para a Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais, os edifícios antes ocupados pelas secretarias e pelo palácio do governo estadual, e que são tombados por órgãos municipais e estaduais, foram alvo para criação do Circuito como forma de designar um espaço de grande projeção cultural na cidade (VELOSO; ANDRADE, 2015).

Sobre a criação do Circuito e a intenção com o projeto para a cidade e sua população, é dito:

O Circuito Cultural Praça da Liberdade (CCPL) está sendo implantado pelo Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Cultura, para oferecer à população novos espaços de conhecimento, arte, cultura, ciência e entretenimento. O Circuito, desenvolvido em parceria com a iniciativa privada, restaura e implementa novos usos aos prédios públicos que circundam a Praça da Liberdade, transformando-os em um riquíssimo conjunto de cultura e informação, composto de acervos históricos, artísticos e temáticos; centros culturais interativos; biblioteca e espaços para oficinas, cursos e ateliês abertos; além de planetário, cafeterias, restaurantes e lojas. [...]. Para abrigar a sede dos futuros espaços culturais, todas as intervenções de restauração e revitalização dos edifícios são supervisionadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) e tiveram os projetos aprovados pelos órgãos responsáveis [...] (MINAS GERAIS, 2012, p. 13).

O Circuito da Liberdade é fruto da parceria público-privada na recuperação e manutenção dos prédios. O Circuito abrange atualmente 15 prédios voltados para atividades culturais em um espaço que é símbolo histórico e arquitetônico da cidade (LEMOS JÚNIOR; BORTOLOZZI, 2014).

Diversas experiências, tanto nacionais como internacionais, demonstram o bom resultado da recuperação de uma área por meio do viés cultural. Produto da parceria entre

setores público e privado e, principalmente, com a participação popular, os projetos que melhoram as condições de habitabilidade de um determinado espaço trazem benefícios que abrangem toda a cidade.

Diante das considerações expostas, a relevância do presente estudo está relacionada ao espaço da cidade (o seu centro urbano, neste caso) e as diferentes formas de manifestações sociais com esse, evidenciando as noções de preservação da memória, identidades individuais e coletivas, apropriação e a constante ressignificação do espaço pela sociedade.

1.3 – O patrimônio histórico e as políticas de planejamento urbano

Com o crescente processo de urbanização pelo qual o Brasil passou, as transformações espaciais na cidade foram evidentes, resultado da ação de múltiplos atores sociais que modificam a paisagem urbana.

Salgueiro (2001) aborda o conceito de paisagem considerando os aspectos físicos e naturais de uma área em conjunto com as intervenções humanas, sendo, portanto, o conjunto das ações humanas sobre um determinado espaço que definem as transformações pelas quais passa a paisagem urbana no decorrer do tempo.

A identificação espacial do patrimônio histórico revela as formas de ordenamento territorial, possibilitando identificar as origens de estabelecimento de uma cidade e os rumos de sua expansão, trazendo naqueles centros históricos as temporalidades da vida coletiva de uma sociedade e representando suas particularidades e experiências cotidianas (CASTRO; MAGALHÃES, 2020).

Com o abandono das áreas centrais históricas pela antiga população residente e as descentralizações das atividades para outros subcentros urbanos, o centro histórico acaba sofrendo com o descaso de parte da sociedade e do próprio poder público. Esse abandono leva a deteriorações das edificações, devido à falta de uso e manutenção. As políticas de preservação são importantes nesse sentido para promover a recuperação desses bens imóveis, intervindo sobre as construções físicas e criando diretrizes que possibilitem a participação da população, fator importante para o bom funcionamento da conservação do patrimônio.

Vieira Filho e Guia (2011) consideram os centros históricos como áreas de grande vitalidade social, ainda que sejam vistas como áreas desvalorizadas. Os autores consideram a oportunidade de empregos ofertadas por elas devido à predominância de

comércio e serviços, a infraestrutura existente e a conexão com as demais áreas da cidade como fatores fundamentais para colocar esses centros históricos como áreas de grande potencial urbano.

O patrimônio histórico carrega as características que possibilitam traçar a linha do tempo de evolução do espaço urbano, identificando as mudanças decorrentes dos processos sociais, econômicos, políticos e culturais de uma cidade. Esse patrimônio evoca o sentimento de identidade de uma sociedade com o seu meio; reconhecer o seu valor como tal e instituir políticas de proteção significam proteger a história da cidade e de sua população.

Diante da importância agregada do patrimônio arquitetônico, as políticas de conservação e restauração surgem como respostas para fazer perdurar esses bens e garantir a transmissão de sua memória para as próximas gerações (PÉREZ, 2018). Seguindo a mesma linha de pensamento sobre a importância do patrimônio arquitetônico para a cidade e a sociedade, Guillen e Rosales completam:

Al hablar de cultura y patrimonio cultural, lo que el hombre produce con su ingenio, agrupado en un acervo que transmite a las generaciones futuras, formando patrimonio común, son las claves para distinguir a un grupo social de cualquier otro. Una sociedad se identifica por su cultura, y la prueba objetiva de su individualidad es precisamente su patrimonio cultural. Protegerlo es cuidar los testimonios de su identidad (GUILLEN; ROSALES, 2017, p.03).⁷

Considerando a importância da preservação do patrimônio histórico para a sociedade e a cidade, as políticas de proteção desse patrimônio são fundamentais. O planejamento urbano que considere em seus planos as diretrizes de preservação desse patrimônio histórico tende a trazer benefícios para a cidade, preservando suas características históricas e a boa imagem da paisagem urbana.

Se a preocupação com a preservação em torno do patrimônio histórico vem desde a Antiguidade pelos setores da Igreja, é a partir dos contextos das revoluções, sobretudo a Revolução Francesa, que os monumentos históricos passam a ser objeto de preocupação dos governos. As políticas de preservação instituídas na Europa inspiraram outros países, inclusive o Brasil (MEIRA, 2004).

⁷ Em tradução livre da autora: Quando se fala em cultura e patrimônio cultural, o que o homem produz com sua engenhosidade, agrupado em um acervo que transmite às gerações futuras, formando o patrimônio comum, são as chaves para distinguir um grupo social de outro. Uma sociedade é identificada por sua cultura e a prova objetiva de sua individualidade é precisamente seu patrimônio cultural. Protegê-lo é cuidar dos testemunhos de sua identidade.

A valorização do patrimônio histórico se dá com a percepção da importância desse na sociedade e com o contexto em que está inserido (MARTÍNEZ; PERCARA, 2018) e as políticas públicas são essenciais para a preservação desse patrimônio. Os governos são responsáveis por elaborar as ferramentas que orientem para a preservação do patrimônio histórico (LEITE; ESPÍNDULA, 2020), coordenando as ações de intervenção, recuperação e reintegração dele na vida urbana.

A Constituição Federal de 1988 atribui aos municípios a competência pela preservação do patrimônio histórico. O Art. 30 do capítulo IV dá as competências cabíveis aos municípios e o inciso IX diz sobre o patrimônio histórico “IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observadas a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual” (BRASIL, 2019, p.43).

O planejamento urbano é fundamental para conhecimento do território urbano. É possível estudar as condições existentes de uma cidade e a partir disso estabelecer as diretrizes de desenvolvimento urbano. O planejamento urbano é importante, portanto, para a identificação do patrimônio histórico e sua preservação.

Gaeta (2010) destaca a importância dos planos diretores no planejamento urbano dos municípios e atenta para a necessidade e desafio enfrentados pela administração ao considerar a preservação do patrimônio histórico, pois desse se resgatam a memória e a identidade de uma sociedade. O autor aponta também a importância da participação da sociedade civil e da iniciativa privada nesses planos locais. É preciso garantir a participação de todos os setores sociais na construção dos planos para que esses sejam eficazes.

Dentro desse contexto de planejamento urbano, o plano diretor é instrumento para o ordenamento territorial dos municípios. O Estatuto da Cidade, Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, estabelece que os planos diretores devem contemplar a preservação do patrimônio histórico, conforme:

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: [...] XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico (BRASIL, 2008, p.15).

Além dos planos diretores, cabe aos municípios elaborar as leis de uso e ocupação do solo e de tombamento, que são outras ferramentas municipais as quais possibilitam a preservação do patrimônio histórico.

No Brasil, as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural brasileiro tiveram maior destaque a partir do ano de 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN – que atualmente é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (MEIRA, 2004).

No ano de 1973, foram criados programas e documentos com o intuito de estimular o turismo no Brasil a partir da valorização dos aspectos históricos, ambientais, artísticos e folclóricos do país. São eles: o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH; o Programa de Ação Cultural – PAC; e o documento Política Nacional de Cultura: Diretrizes (CHUVA; LAVINAS, 2016).

O objetivo da criação dessas políticas públicas é garantir a preservação do patrimônio, conservando os bens simbólicos que trazem a memória do passado de uma sociedade e asseguram sua preservação, permitindo a perpetuação da história para as gerações futuras.

De acordo com Chuva e Lavinas (2016), os planos criados foram de suma importância para o patrimônio cultural brasileiro, especialmente o PCH, que atuava sobre o patrimônio histórico, planejando a revitalização urbana por meio da restauração do patrimônio arquitetônico histórico. As autoras destacam ainda a exploração dos aspectos culturais dos municípios em favorecimento do turismo, visto como elemento chave para garantir o desenvolvimento das cidades históricas por meio dos aspectos socioeconômicos movimentados por esse turismo cultural.

As políticas culturais devem ser incorporadas às políticas de planejamento urbano, garantindo um bom desenvolvimento social e urbano. A preservação do patrimônio histórico é de fundamental importância para a preservação da história, da memória e da identidade de uma sociedade e da sua cidade.

Legislações específicas de proteção ao patrimônio são instrumentos fundamentais que ordenam e direcionam para a preservação e possibilitam o usufruto dos projetos revitalizados novamente na paisagem urbana.

SEÇÃO II

2 – PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE MONTES CLAROS: aspectos históricos, urbanização, patrimônio cultural material e imaterial

Neste segundo capítulo, apresenta-se a caracterização da área de estudo definida, discutindo o processo histórico de formação e de transformação da cidade de Montes Claros, focando na área central. Dessa forma, foram caracterizadas as construções históricas remanescentes, a (re)funcionalização desses espaços e as manifestações culturais que ocorrem no centro histórico montes-clarense.

2.1 – Montes Claros: características gerais, aspectos históricos e evolução urbana

A história da origem de Montes Claros remonta às bandeiras ocorridas no final do século XVII, que tinham por intuito explorar a região em busca de ouro e outras pedras preciosas. Antes do início das bandeiras na região, as terras eram ocupadas por índios Anais e Tapuias. As bandeiras organizadas pelo Governador Fernão Dias Paes adentraram o sertão agreste, e dois de seus bandeirantes, Antônio Gonçalves Figueira e Matias Cardoso de Almeida, abandonaram aquelas e se estabeleceram nas terras da região (CALDEIRA, 2016).

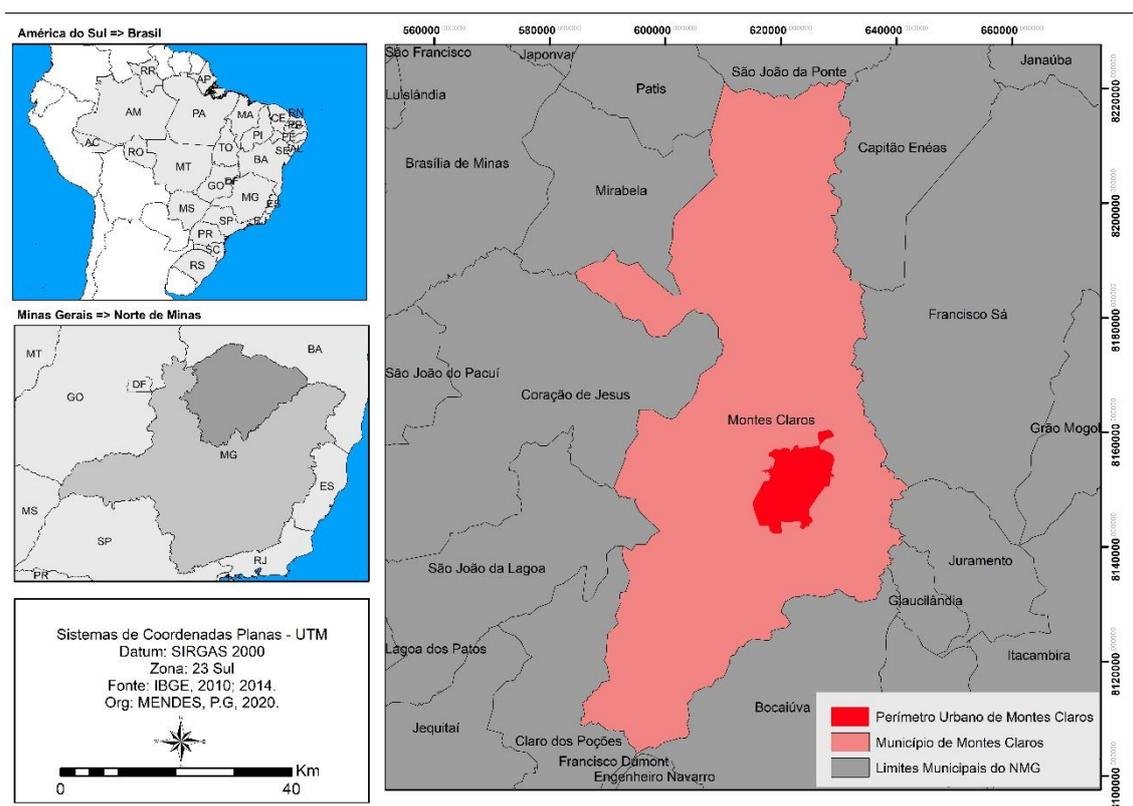
Segundo Caldeira (2016), a partir de então, foram estabelecidas três fazendas: Jaíba, Olhos d'Água e Montes Claros, essa última situada nas cabeceiras do Rio Verde pela margem esquerda; uma área de rampas e bordas de colinas rebaixadas onde hoje se localiza o centro histórico de Montes Claros. Em 1707, Antônio Gonçalves Figueira obteve a sesmaria que constituiu a Fazenda de Montes Claros, sendo o Arraial de Formigas o segundo povoado da Fazenda.

Foi uma importante rota de passagem de tropeiros e de comerciantes vindos da região sul da Bahia e do próprio norte de Minas Gerais, e para expandir o comércio de gado, foram construídas estradas ligando à Bahia e ao Rio São Francisco (CALDEIRA, 2016). Em função desse destaque no cenário comercial, a fazenda prosperou e se desenvolveu na região.

Em 1768 foi formado o Arraial de Formigas, ao redor da capela erguida a pedido de José Lopes de Carvalho, nos fundos do local onde hoje se encontra a atual Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José, na Praça Doutor Chaves. Posteriormente, o Arraial foi chamado de Nossa Senhora da Conceição e São José de Formigas, para então ser elevado à vila em 1831 e se chamar Vila de Montes Claros de Formigas. Passou à categoria de cidade pela Lei nº 802 de 03 de julho de 1857, recebendo o título de cidade de Montes Claros (CALDEIRA, 2016).

Localizada no Norte de Minas (Mapa 1), Montes Claros é um dos 853 municípios mineiros e ocupa uma área de 3.568,941 km² (IBGE, 2011), entre as coordenadas geográficas latitude 16° 44' 13" Sul e longitude 43° 51' 53" Oeste. Fica distante da capital Belo Horizonte, aproximadamente, 424 km.

Mapa 1: Localização de Montes Claros.



Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora, 2020.

De acordo com o último censo de 2010, possui uma população de 361.915 pessoas, com densidade demográfica de 101,41hab/km². Dessa população, 344.427 são residentes na área urbana, enquanto 17.488 são residentes na área rural. Para o ano de

2020, a população foi estimada em 413.487 pessoas (IBGE, 2011). É o sexto município mineiro em número de população e o 62º em comparação com os municípios brasileiros.

Está localizado na mesorregião do Norte de Minas, que possui 89 municípios, e na microrregião de Montes Claros, com uma população de 584.880 habitantes distribuídos entre os 22 municípios participantes: Brasília de Minas, Campo Azul, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Francisco Sá, Glaucilândia, Ibiracatu, Japonvar, Juramento, Lontra, Luislândia, Mirabela, Montes Claros, Patis, Ponto Chique, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João do Pacuí, Ubaí, Varzelândia e Verdelândia (PEREIRA, 2007).

A altitude do município é de cerca de 600 m de altitude, localizado entre as bacias do Rio Verde Grande e Vale do São Francisco e seu clima é classificado como Subúmido Úmido, próximo à fronteira do Subúmido Seco (NIMER; BRANDÃO, 1989). Ainda segundo os autores, o clima é Quarto Mesotérmico, com as temperaturas se elevando na primavera e verão e amenizando no outono e inverno. A temperatura média anual é de 24,2°, com pluviosidade média anual de 1060 mm (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MONTES CLAROS - ACI/MOC, 2008).

Montes Claros se encontra numa área de transição entre a Caatinga e o Cerrado. Sua cobertura vegetal predominante é o Cerrado, compondo cerca de 74,78% do município, com ocorrências de Cerradão e Caatinga ao norte (LEITE, 2011).

Oliveira (2000 *apud* GOMES, 2007) destaca as condições climáticas e de vegetação como fatores que propiciaram o rápido desenvolvimento e consolidação da atividade pecuária na região, com terrenos salinos, pastagens naturais e o clima que dificulta a disseminação de doenças nos animais. A atividade agropecuária foi importante no processo de formação e expansão da cidade, pois era onde se concentrava a produção e o poder político e econômico na época (GOMES, 2007).

A cidade conta com transporte aéreo, ferroviário e rodoviário, predominando o último. Sua malha viária municipal possui estradas que ligam a sede do município aos distritos vizinhos e a outros estados brasileiros, além de ser cortada pelas BR 135, 365, 251 e 122. Conta com linhas regulares de ônibus municipais, intermunicipais e interestaduais. O aeroporto conta com 2.100/45 metros de extensão de pista asfaltada. A Ferrovia Centro Atlântica (FCA) atua no transporte de cargas, sendo uma das responsáveis pelo recebimento de combustíveis vindos da capital Belo Horizonte e utilizados para consumo interno (ACI/MOC, 2008).

Gomes (2007) aponta para o papel da ferrovia no desenvolvimento da cidade, que já tinha uma base comercial com numerosas edificações comerciais e de serviço como bares, farmácias, açougues, hotéis, hospitais, mas que, com a chegada da ferrovia, a economia da cidade foi transformada devido à expansão do setor comercial e produtivo e a facilidade de deslocamento da população e da produção. A ferrovia colocou Montes Claros como um importante entreposto comercial e centro administrativo da região.

Dados do Denatran apontam que a frota total de veículos em Montes Claros, no período de janeiro de 2020, está estimada em 222.871 veículos. Desse total, 95.108 são carros particulares e 76.729 são motocicletas. O número restante se enquadra em caminhões, ônibus e micro-ônibus, tratores, utilitários e outros veículos (DENATRAN, 2020).

Além da população fixa residente, atrai diariamente uma quantidade significativa de pessoas das cidades e regiões vizinhas pelo seu potencial econômico e diversidade de serviços e comércios oferecidos. É uma cidade polo regional e oferece serviços de saúde, educação, comércio, lazer, cultura e outros que atendem as outras cidades da região, gerando grande fluxo de pessoas e veículos em ambos os sentidos, de chegada e retorno.

Diante das características físicas e climáticas que possibilitaram o desenvolvimento econômico, produtivo e espacial da cidade, Montes Claros se destaca hoje como importante centro urbano da região do Norte de Minas, sendo polo de serviços para as outras cidades. As redes de relações estabelecidas entre Montes Claros e outras cidades e estados a colocam como um importante centro econômico, político e cultural para a região.

Até meados do século XX, a economia da cidade era baseada sobretudo no comércio e agropecuária; com a inauguração da Estrada de Ferro Central do Brasil (atual Ferrovia Centro Atlântica –FCA) em 1926, foi reforçado o papel de articulação de Montes Claros com outros centros comerciais do país (GOMES, 2007), facilitando as relações comerciais e comunicações e atraindo um maior fluxo de pessoas na região.

A implantação da ferrovia na região foi uma iniciativa da empresa pública federal e tinha o objetivo de expandir o sistema ferroviário pelo interior do território brasileiro. No Norte de Minas, os dois pontos pelas quais a ferrovia passa é por Pirapora, ligando o Rio de Janeiro a Belém do Pará; e Montes Claros, ligando o Rio de Janeiro a Salvador (PEREIRA; LESSA, 2012).

Ainda segundo Pereira e Lessa (2012), quando a ferrovia foi implantada em Montes Claros, a cidade já contava com certa infraestrutura urbana e era um centro de

comércio dinâmico. A chegada da ferrovia transformou a cidade em um grande centro comercial, capaz de atender o Norte de Minas e o Sul Baiano e colocou a cidade como um centro de escoação de produtos para grandes mercados consumidores.

Assim como a maior parcela das cidades brasileiras, Montes Claros teve seu processo de urbanização acelerado a partir dos anos 1970, aqui sendo justificado, principalmente, pela ampliação do setor de serviços e pelos investimentos na criação de um setor industrial, fatores que contribuíram consideravelmente para a expansão urbana (FRANÇA, 2007).

A base econômica agropecuária predominou na cidade até os anos 1960, quando, com a chegada da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, projeto criado pela Lei Federal 3.692, de 15 de dezembro de 1959 (SANTOS; SOUTO, 2014), houve incentivos para fomentar a industrialização na região. Assim, o desenvolvimento industrial atraiu para a cidade a população, antes predominantemente rural, ocasionando um crescimento econômico e espacial da cidade (LEITE; PEREIRA, 2005).

De acordo com Gomes (2007), o papel da SUDENE foi fundamental para o desenvolvimento da cidade. Por meio dos incentivos fiscais e financeiros aplicados pelo poder público, as ações dessa Superintendência atuaram como agente de modernização do município, influenciando diretamente no seu crescimento urbano e industrialização e, como efeito, nas melhorias da estrutura urbana.

Esse processo de industrialização causou reflexo no processo de urbanização de Montes Claros, transformando a cidade em foco de intenso fluxo migratório que alterou a população do município, tendo consequências no crescimento urbano desordenado (CALDEIRA, 2016), com uma crescente expansão horizontal sem uma política pública eficaz de planejamento urbano, ocasionando ocupação não homogênea das áreas da cidade.

Como pode ser observado na Tabela 1, até os anos de 1960, a população da cidade ainda era predominantemente rural (57,80%), fato que mudou a partir de 1970, e, nos dias atuais, a população se estabelece como majoritariamente urbana (95,16%). Santos e Souto (2014) destacam a industrialização na região como o fator que atraiu a população para os centros urbanos em busca de mercado de trabalho.

Tabela 1: Evolução da população de Montes Claros - 1960 a 2010

ANO	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL
1960	43.097	42,20	59.020	57,80	102.117
1970	85.154	73,10	31.332	26,90	116.486
1980	155.483	87,56	22.075	12,44	177.558
1990	250.573	89,00	30.969	11,00	281.542
2000	289.183	94,21	17.764	5,79	306.947
2010	344.427	95,16	17.488	4,84	361.915

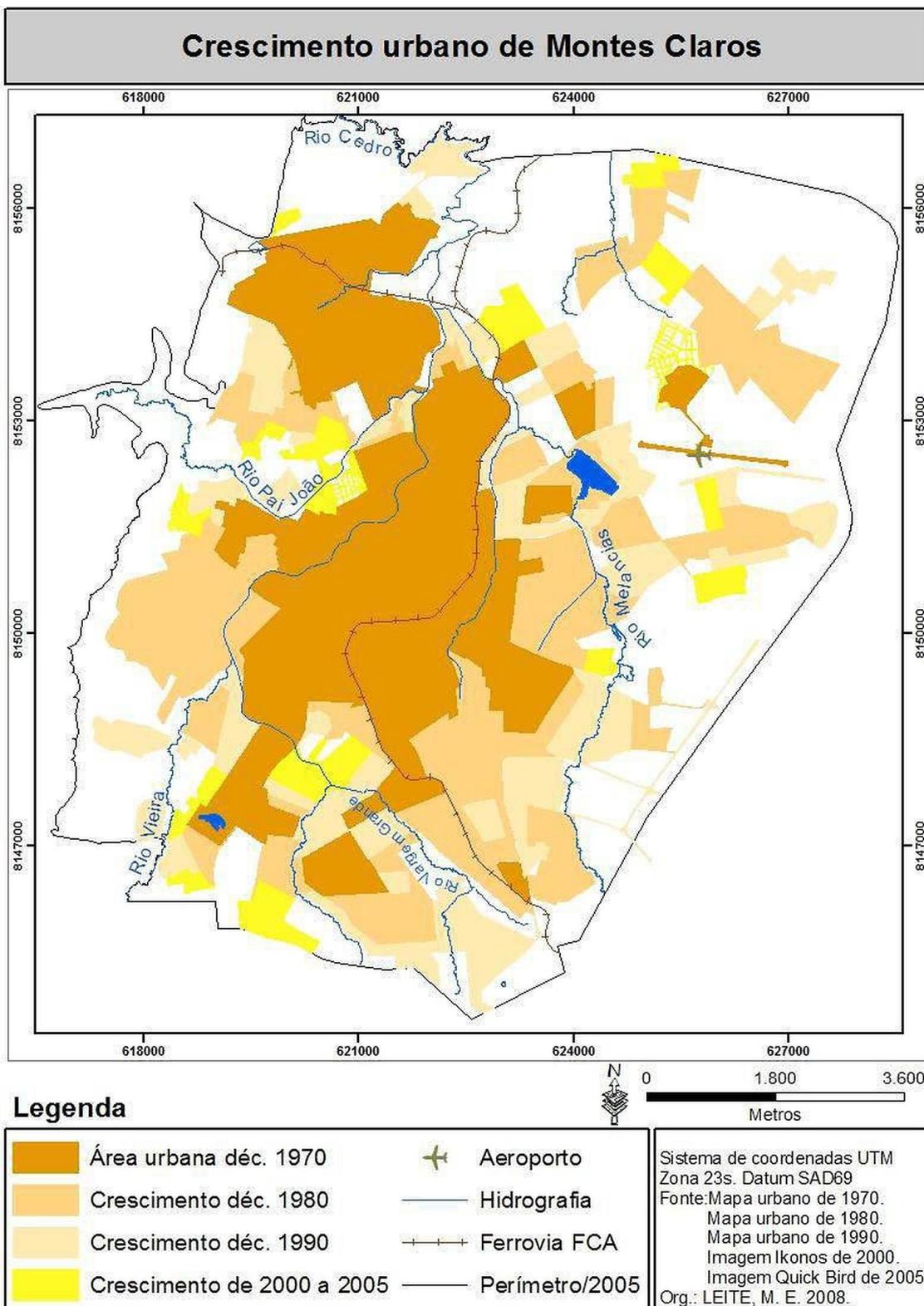
Fonte: IBGE. Censos Demográficos: 1960 a 2010. Organização da autora, 2020.

Esse crescimento populacional provocou a expansão urbana horizontal, levando a população a se estabelecer em áreas da periferia urbana e a própria população que antes residia nas áreas centrais se deslocou para outras áreas da cidade. Essa expansão urbana foi feita de forma espontânea e dispersa sobre o perímetro urbano (LEITE; PEREIRA, 2005), como pode ser observado no Mapa 2, que mostra o crescimento da área urbana da cidade.

Leite e Pereira (2005) destacam a restrição da ocupação urbana na área central e adjacências até a década de 1970, posteriormente havendo a expansão para outras áreas, sendo as zonas norte (onde se localiza o Distrito Industrial), leste e sul com ocupação mais intensa do que a zona oeste, gerando alguns vazios urbanos. Já nos anos 1980, foram feitas algumas alterações na estrutura urbana, como reforma de avenidas, ocupação dos vazios urbanos nas regiões leste e sul, levando a expansão territorial para esses lados.

Leite (2011) faz uma análise da evolução urbana de Montes Claros, destacando o crescimento maior em 04 períodos principais (Mapa 2), sendo eles: I) década de 1970, com a implantação do Distrito Industrial, o que levou a população a se estabelecer nas proximidades das indústrias instaladas; II) década de 1980, que foi um período em que houve melhorias na infraestrutura urbana por meio de programas estaduais e do Banco Interamericano de Desenvolvimento –BID–, que destinou recursos para investimento em saneamento, asfalto e rede de drenagem; III) na década de 1990, destaca-se a doação de áreas públicas para criação de loteamentos, isso nas áreas mais periféricas da cidade; IV) entre 2000 e 2005 destaca-se o crescimento vertical, com a construção de novos edifícios, voltados para comércio, serviços e sobretudo residenciais, devido à demanda e valorização do solo urbano.

Mapa 2: Crescimento urbano de Montes Claros entre 1970 e 2005



Fonte: LEITE, 2011, p.153.

A especulação imobiliária tem papel importante nesse processo de expansão e ordenamento urbano, sendo responsável pelos vazios urbanos e a valorização ou não de

determinada área de acordo com a infraestrutura que nela se apresenta (LEITE; PEREIRA, 2005). Essa especulação imobiliária é atribuída às famílias tradicionais e empresas imobiliárias da cidade que controlam o solo urbano e definem a localização dos grupos no espaço de acordo com suas classes econômicas.

França e Soares (2007) destacam que existe uma tendência das áreas centrais das cidades médias se firmarem como centros comerciais, com infraestrutura urbana, valorização e especulação imobiliária e são áreas de grande fluxo de pessoas e mercadorias, o que tornam esses espaços mais dinâmicos.

À medida que ocorre a expansão urbana, há uma descentralização das atividades anteriormente restritas apenas ao centro, primeiro das residências e, posteriormente, dos comércios e serviços (LEITE, 2011). O surgimento desses subcentros busca atender as demandas da população local e do entorno, mas essa não perde a conexão direta com o centro principal.

Essa descentralização a partir da expansão territorial urbana leva ao surgimento de novas centralidades em novos loteamentos e bairros periféricos. Em Montes Claros, França e Soares (2007) apontam a perda do caráter residencial da região central, que passa a assumir funções voltadas para comércio e prestação de serviços, enquanto os antigos residentes migram para outras áreas da cidade.

As autoras atribuem os novos subcentros de comércio e serviço, *shopping centers*, supermercados e vias especializadas como as novas centralidades da cidade (FRANÇA; SOARES, 2007), a se dizerem os bairros Major Prates, Independência, Delfino Magalhães como alguns exemplos desses subcentros.

Sobre os problemas ocasionados pela transição da área central de um setor residencial para a concentração de diversas atividades de comércio e serviço, é apontado que:

Nessas circunstâncias, a área central da cidade vai perdendo seu caráter residencial e passa a assumir demasiadamente diversos tipos e funções relacionadas à prestação de serviços e ao comércio. Com isso, esse espaço sofre importantes transformações ao concentrar inúmeras atividades, apontando problemas, a saber: hipertrofia, degradação e deterioração da paisagem urbana, problemas referentes ao trânsito, altos custos para se manter na área central com elevados preços de aluguéis e impostos em geral (FRANÇA, SOARES, 2007, p.13).

De acordo com Leite (2011), o surgimento desses novos subcentros não faz com que o centro perca sua funcionalidade. Pelo contrário, ele continua sendo uma área

dinâmica da cidade, concentrando serviços e comércios diversos; é centro de negócios, espaço de poder e possui grande valor simbólico.

Em Montes Claros, esse centro vem a ser também o centro histórico, lugar de origem da cidade, que carrega características da sua formação, as direções de expansão urbana e elementos que compõem a memória social e simbólica da cidade.

2.2 – “Cidade da arte e da cultura”

Montes Claros possui uma grande variedade de produções artísticas e culturais; há uma base cultural-tradicional bastante presente na cidade, inclusive no seu centro histórico, em que ocorrem as principais festas, eventos e manifestações culturais.

A cidade conta com uma infinidade de atrativos que movimentam a economia local. Além do potencial econômico, que atrai investidores dos mais diversos setores, a cidade conta com atrativos turísticos, representados nos seus Parques e reservas naturais, conjunto arquitetônico tombado, sítios arqueológicos, além das festividades e eventos culturais e artísticos ao longo do ano.

Montes Claros é considerada a “Cidade da Arte e da Cultura”, termo cunhado pelo dramaturgo Reginauro Silva, em razão de a cidade ter uma grande variedade e riqueza de manifestações artísticas e culturais (MONTES CLAROS, 2015). Tem, em sua formação cultural, uma diversidade vasta, manifesta nas festividades, religiosidade, gastronomia, nos fazeres artesanais e na variada produção cultural.

A cidade é berço de nascimento de grandes nomes da literatura brasileira, como Darcy Ribeiro⁸, Hermes de Paula⁸, Urbino Viana⁸ e Cyro dos Anjos⁸; na pintura, destacam-se Konstantin Christoff⁸, Godofredo Guedes⁸, Ray Colares e Yara Tupynambá; na música têm-se nomes como Beto Guedes, Tino Gomes e Elthomar Santoro⁸; no cinema, o cineasta Carlos Alberto Prates Correa; Aroldo Pereira na poesia; e muitos outros grandes nomes.

Ao longo de todo o ano, são realizados diversos eventos de caráter cultural e artístico na cidade, como a Festa Nacional do Pequi, o Salão Nacional de Poesia Psiu Poético, a semana cultural Igor Xavier, festivais de folclore, mostras de teatro e cinema, concursos regionais de canções, a exposição agropecuária juntamente com as festividades

⁸ *In memoriam.*

de aniversário da cidade; mas tem nas Festas de Agosto a mais expressiva festividade folclórica da região (MONTES CLAROS, 2015).

Com uma base cultural-tradicional bem evidente, os principais eventos e locais de apresentação cultural se encontram no centro histórico, no entorno da Praça da Matriz, núcleo de formação inicial da cidade. São, sobretudo, antigos casarões que foram tombados, restaurados e reapropriados com nova destinação de uso, servindo de museus, casas de artesanatos e produtos típicos, e servem de sede também para a Secretaria Municipal de Cultura.

É na Praça da Matriz que ocorre todos os domingos a feira tradicional de artesanato da Matriz (Figura 3), com feirantes que comercializam produtos diversos de artesanato, vestuário, comidas e bebidas. As barracas são dispostas na rua Doutor Veloso, em frente ao Centro Cultural, sendo que na época de Natal elas são dispostas no novo largo do Solar dos Sertões e acontece também em dias de semana.

Figura 1: A Feira Tradicional da Matriz, realizada aos domingos na Praça de mesmo nome.



Fonte: Montes Claros, 2017. Disponível em <http://www.montesclaros.mg.gov.br/agencia_noticias/2017/fev-17/not_03_02_17_0128.php>.

No casarão do Solar dos Sertões, ocorre a feira agroecológica, uma feira mensal de que participam empreendimentos solidários de agricultura familiar, mulheres artesãs e comércio de fitoterápicos. A feira é organizada pela Cooperativa Grande Sertão.

Ainda no entorno da Praça da Matriz, está localizado o Centro de Educação e Cultura Hermes de Paula (Figura 4), principal local de realização e exibição dos eventos de arte e cultura da cidade. Abrigando a sala da Academia Montesclarensense de Letras, a

Biblioteca Municipal, a Galeria Godofredo Guedes e o Auditório Cândido Canela, com capacidade para 200 pessoas, o Centro Cultural Hermes de Paula é um marco importante na realização de eventos da cidade.

O Corredor Cultural Padre Dudu, localizado nos fundos da Igreja Matriz, foi concebido no conjunto arquitetônico histórico da cidade e é palco de realização de festividades culturais. Nele, encontra-se também o Museu Regional do Norte de Minas, implantado pela Unimontes, a Secretaria Municipal de Cultura, além de barzinhos, livrarias, espaços para exposições e feiras (Figura 5).

Figura 2: Centro Cultural Hermes de Paula.



Fonte: Jornal Montes Claros, 2019. Disponível em <<https://jornalmontesclaros.com.br/2019/05/02/montes-claros-centro-cultural-hermes-de-paula-homenageia-as-grandes-personalidades-da-historia-de-montes-claros/>>.

Dos eventos realizados no centro histórico, as Festas de Agosto acontecem durante cinco dias do mês, com um público participante estimado em 7 mil pessoas por dia de festa (PACELLI, 2019). Ocorre também a Festa Nacional do Pequi, um evento que acontece desde 1987 e celebra o fruto que dá nome à festa, com festivais gastronômicos, palestras educativas e festivais de música (ARRUDA, 2007).

Figura 3: Feira Colaborativa realizada em dezembro de 2019 no Corredor Cultural.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

A cidade de Montes Claros possui um riquíssimo acervo cultural expresso nas mais variadas formas: suas festas tradicionais, feiras, a religiosidade, o artesanato, os saberes passados de geração em geração, as lendas e histórias. A população assiste e a essas tradições e participa delas, mantendo vivos os costumes passados que fazem parte da composição da sociedade montes-clarense.

O patrimônio material diz respeito ao conjunto de bens culturais de natureza arqueológica, paisagístico ou etnográfico; histórico; belas artes; e artes aplicadas, abrangendo imóveis individuais ou o conjunto desses; sítios arqueológicos e paisagísticos; ou coleções documentais, bibliográficas, museológicas etc. (IPHAN, s/d).

O termo patrimônio pode ser entendido como:

Bens materiais de família; herança. Conjunto dos bens, direitos e obrigações de uma pessoa ou empresa. [Figurado] O que é considerado herança comum, transmitido de uma geração para outra, com valor e importância reconhecidos, que deve protegido e preservado. [Antigo] Herança paterna. [Antigo] Bens que tinham a função de sustentar um eclesiástico (PATRIMÔNIO, 2020, s/p.)

Nesse sentido, entende-se a importância do patrimônio cultural material ou imaterial para a formação da identidade de um indivíduo ou um grupo social, o que

permite que se reconheçam perante o outro e na coletividade, respeitando as diversidades de cada um (BATISTA; MENDES, 2017).

Alves e Souza de Deus (2020) apontam o período do Renascimento Europeu como aquele em que o homem passa a se preocupar em conservar os elementos materiais, a exemplo, as obras de arte e literatura e, essencialmente, os monumentos e obras da Antiguidade, vendo nessa guarda uma forma de preservar a integridade desses bens e o prazer em tê-los a favor da história do passado e guardá-los para o futuro.

No núcleo central de Montes Claros, encontram-se diversas edificações que marcam a formação inicial da cidade. São construções que contam a história da origem da cidade, seu ordenamento no espaço urbano, seus marcos políticos e sociais, e contam a evolução da cidade.

O patrimônio material arquitetônico é um dos elementos que permitem entender a constituição do espaço urbano e sua organização, além de sua importância no caráter histórico e de memória da cidade. O patrimônio arquitetônico de Montes Claros encontra-se no entorno da Praça da Matriz. São os casarões e outras edificações antigas que representam a origem da cidade e estão catalogados no Arquivo do Patrimônio Público Municipal.

Para identificação e proteção desses bens, a legislação municipal, amparada pelas legislações estadual e federal, é utilizada nessa salvaguarda. São leis que contemplam o patrimônio histórico e priorizam fundamentos que possibilitem sua conservação e preservação, como o Plano Diretor Municipal, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, o Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Montes Claros –IPAC/MOC- e os Decretos de Tombamento municipais. Foi criado também, em 1985, o Projeto de Lei nº 16, que cria o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico de Montes Claros e dá as orientações sobre a proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural da cidade (REIS; GONÇALVES NETO, 2013).

O Solar dos Sertões (Figura 6), antigo Solar dos Prates e dos Oliveira, localizado na Praça da Matriz, foi construído em 1856 pelo capitão José Rodrigues Prates e abrigou as famílias Prates e Oliveira, daí o seu nome, e, na década de 1920, foi sede do Jornal Gazeta da Cidade (CAA, 2016). O prédio é tombado como patrimônio histórico pelo Decreto nº 1761, de 28 de setembro de 1999.

Figura 4: O Solar dos Sertões durante a construção do largo.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

O Solar dos Sertões foi adquirido pelo CAA/NM no ano de 2007 e, desde então, passa por restaurações que buscam preservar as características da construção colonial (CAA, 2016). O prédio abriga detalhes como os azulejos hidráulicos, pinturas, paredes de adobe e tijolo queimado, teto em estrutura de madeira e sistemas construtivos que evidenciam a época de construção.

Adquirido pelo CAA/NM com o objetivo de abrigar sua sede e dar visibilidade às populações tradicionais da região, o Solar é palco de manifestações culturais e tradicionais norte-mineiras. São realizadas as Feiras Agrocológicas (Figura 7) que ocorrem mensalmente no Solar; durante as Festas de Agosto, o espaço é aberto à população que tem acesso aos produtos da agricultura familiar, e firma o edifício como espaço cultural da cidade (CAA, 2016).

Os recursos para o projeto de restauração do edifício vêm da parceria do CAA/NM com a Fundação Banco do Brasil (CAA, 2016). Essa parceria permite manter viva a história e tradição do povo norte-mineiro, manifesta na sua agricultura, nas manifestações artísticas que ocorrem no local e o firmam como lugar de identidade e memória do patrimônio material e imaterial montes-clarense.

Figura 5: Feira Agroecológica do Solar dos Sertões



Fonte: CAA, 2018. Disponível em < <https://www.caa.org.br/biblioteca/noticia/agroecologia-ocupacidade>>.

Nos fundos da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José, a Igreja da Matriz, está o Corredor Cultural Padre Dudu (Figuras 8 e 9), projeto da administração municipal que restaurou os casarões da antiga FAFIL, o sobrado da família Maurício-Versiani e a rua onde se localizam, tornando-se palco de atividades culturais como serestas, feiras, exposições, entre outros (PEREIRA, 2012).

O Sobrado dos Maurício-Versiani, localizado na rua Coronel Celestino, nº 99, foi construído pelo capitão Pedro José Versiani no ano de 1812. O edifício de características coloniais é construído em paredes de taipa, com assoalho e as 27 portas e 32 janelas em madeira (COTRIM, 2016). O edifício é tombado como patrimônio histórico municipal pelo Decreto nº 1761, de 28 de setembro de 1999.

Depois do projeto de restauração, que recuperou o prédio que se encontrava em risco de desabamento, devido ao estado de abandono e degradação, o edifício passou a ser sede da Secretaria Municipal de Cultura.

Figura 6: Foto antiga mostrando o Sobrado dos Maurício-Versiani em primeiro plano e, ao fundo, o casarão da FAFIL. Foto sem data.



Fonte: Maria das Dores Guimarães Gomes, disponível em <<https://www.facebook.com/dorzinhaleiro/photos>>, 2013.

Figura 7: Corredor Cultural. Em primeiro plano, o Sobrado dos Maurício-Versiani; ao fundo, o casarão da antiga FAFIL.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

Encontra-se no Corredor Cultural, também, o antigo casarão da FAFIL (Figura 10), que hoje abriga o Museu Regional do Norte de Minas – MRNM. O casarão foi construído em 1889 pelo coronel José Antônio Versiani e foi sede do primeiro estabelecimento de ensino médio e, posteriormente, dos cursos de ensino superior de Montes Claros (ARRUDA, 2007).

Figura 8: Casarão da Antiga FAFIL, atual Museu Regional do Norte de Minas.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

O MRNM foi implantado pela Unimontes no casarão restaurado com recursos adquiridos por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, Lei Rouanet (ARRUDA, 2007). A criação do Museu pretende ser um local de preservação das memórias e tradições da região, com instalações permanentes que contam a história da evolução de Montes Claros e exhibe materiais de artistas da região.

Além dos bens arquitetônicos, Montes Claros possui grande potencial arqueológico e espeleológico. São diversos sítios identificados e catalogados que demonstram o grande potencial atrativo para a cidade em torno do turismo envolvendo esses bens. O IPAC/MOC discorre sobre esse patrimônio montes-clarense:

A descoberta nestes sítios de grande quantidade de vestígios de pinturas rupestres, afiadores, gravações e utensílios contribui de maneira significativa para o crescimento e o enriquecimento do acervo arqueológico do Estado e, conseqüentemente, do país.

Também na área de espeleologia distingue-se o município, com inúmeros sítios identificados onde foram encontrados, belos e, algumas vezes, inéditas

ornamentações além de grande diversidade da fauna cavernícola (inclusive espécies novas (IPAC/MOC, 1985, p.03).

Os parques e reservas naturais, o acervo arquitetônico e urbanístico demonstram a riqueza patrimonial de Montes Claros. Esses bens contam a história da cidade, fazem parte de sua formação e da transformação do seu espaço urbano e são elementos importantes da memória e identidades sociais, bem como se colocam como fatores que possibilitam a construção da imagem da cidade pautada no turismo histórico-cultural e a modificação da paisagem por meio deles.

A noção de pertencimento e identidade carregada pela população em relação a um lugar são aspectos fundamentais para entendimento da transformação de um espaço, palco de vivências e experimentações sociais e culturais. A preservação dos elementos que possibilitam a identificação da identidade e memória de uma sociedade é fundamental para estabelecer o fortalecimento das relações sociais coletivas (BATISTA; MENDES, 2017).

A preservação do patrimônio cultural imaterial representa, portanto, preservar as identidades culturais de indivíduos e grupos sociais. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO (2003) define como Patrimônio Cultural Imaterial ou Intangível como sendo aquelas expressões de comunidades, grupos e indivíduos que manifestam seus modos de vida e tradições e que são repassados por meio das gerações. Complementando o significado de patrimônio imaterial, define-se:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados e que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003, s/p.).

Batista e Mendes (2017) estudam o patrimônio cultural como forma de entender as identidades individuais e coletivas de um grupo e manter suas particularidades por meio da memória que é passada de uma geração para outra. Os autores apontam ainda as adaptações a que o patrimônio imaterial está sujeito, por não se tratar de algo físico, tangível se modifica de acordo com o tempo e meio em que está presente.

Em Montes Claros, a mais expressiva manifestação cultural imaterial está nas Festas de Agosto (Figura 11), mais antiga e tradicional festa da cidade. Ocorrendo desde 1839, a festividade é considerada um legado sobre a mais fecunda manifestação popular montes-clarenses e representa um meio de educação e preservação do patrimônio histórico (MONTES CLAROS, 2015).

A festividade tem origem no culto ao Rosário e apresenta influências indígenas, africanas e portuguesas, representadas nos cortejos de Caboclinhos, Catopês e Marujos (Figura 12). Na segunda quinzena do mês de agosto, durante cinco dias, os cortejos saem às ruas do Centro, reverenciando os santos padroeiros dos reinados: Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e o Divino Espírito Santo (MONTES CLAROS, 2015).

Caldeira (2016) aponta que a festa é uma reprodução das comemorações da coroação de D. Pedro II e que, desde os tempos de Vila de Montes Claros, o festejo atrai gente das cidades vizinhas e mesmo de outros estados do Brasil.

Figura 9: Festas de Agosto em Montes Claros: um dos grupos de Catopês da cidade



Fonte: Jornal Montes Claros, 2018.

São três grupos de Catopês, dois grupos de Marujos e um grupo de caboclinhos. Os grupos saem da Praça Honorato Alves dançando, cantando e tocando instrumentos de percussão e quando chegam à Igreja do Rosário são recebidos pelo sino da Igreja, levantam o mastro e acendem velas ao pé desse (MONTES CLAROS, 2015).

Figura 10: Os grupos de Caboclinhos, Catopês e Marujos, respectivamente.



Fonte: Compilação da autora, 2019.

A cada dia é levantado um mastro em homenagem a um dos padroeiros. As ruas se enfeitam com fitas e decorações para receber os festejos (Figura 13). No último dia da festa, os grupos saem todos juntos em um único cortejo, acompanhados da Banda de Música do 10º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais. O cortejo sai da Praça da Matriz e segue pelas ruas do Centro em direção ao destino final que é a Igreja do Rosário, encerrando a festa com missas e apresentações musicais.

Figura 11: Vista da rua lateral ao Solar dos Sertões enfeitada com fitas durante as Festas de Agosto.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Os festejos iniciam desde muitos antes do mês de agosto, em meados de abril/maio, com ensaios dos grupos e visitas desses às casas dos mordomos e festeiros, dedicando as visitas à Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Divino Espírito Santo (MONTES CLAROS, 2015). As Festas de Agosto representam elemento importante da identidade cultural da sociedade montes-clarense e se manifesta não apenas no mês de agosto, mas durante todo o ano e em diversas manifestações artísticas da cidade (CALDEIRA, 2016).

O festejo faz parte da memória da cidade e é símbolo cultural da paisagem urbana de Montes Claros. A festa é uma forma de resgate das tradições culturais do Norte de Minas, resgate das raízes africanas, portuguesas e indígenas. É reconhecida pela população e esse fato valoriza a cultura e religiosidade da região, repassando a história e a mantendo viva para as gerações futuras.

Montes Claros é uma cidade que possui grande variedade artística e cultural. Suas festas, casarões e tradições são marcas que identificam a história e memória local, reconhecidas pela sua população, que manifesta seu simbolismo participando destes eventos e conhecendo e perpetuando a história da cidade.

2.3 – Descrição da área de estudo: o núcleo central de Montes Claros

Após o estudo da formação e organização espacial da cidade de Montes Claros, foram definidos o recorte de estudo e a caracterização espacial e social dessa área. O limite estabelecido compõe o centro histórico da cidade e teve suas transformações ao longo dos anos desde sua formação. O atual traçado urbano de Montes Claros irradia da Praça Dr. Chaves, de onde se tem notícia dos primeiros assentamentos que deram origem à cidade, e é nesse núcleo que se encontra o acervo arquitetônico histórico que remonta a esse período.

É o entorno da Praça Dr. Chaves, conhecida também como Praça da Matriz, que corresponde ao centro histórico e concentra a maioria dos edifícios antigos em estilo neocolonial, neoclássico e *art déco* e representam o patrimônio histórico, arquitetônico e cultural da cidade. A primeira construção é a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José (Figuras 1 e 2), no entorno da qual foram edificadas as residências dos fazendeiros que vieram residir na cidade.

É esse centro histórico, Praça da Matriz e Corredor Cultural, o palco de realização dos eventos artísticos, culturais, religiosos e políticos da cidade. A Praça é ponto de encontro, lugar de lazer e descanso, serve à contemplação da paisagem e recebe as festividades tradicionais que acontecem nela desde os tempos de sua formação, como afirmado por Reis (2011):

O Largo da Matriz desde o início da cidade era o palco para a realização dos eventos do Povoado reunindo a população em momentos festivos religiosos, políticos, culturais e econômicos, porém o “progresso” vem transformando a cidade e trazendo novas formas de manifestações culturais e de viver (REIS, 2011, p. 02).

Figura 12: Praça Doutor Chaves, a Praça da Matriz, antigamente.



Fonte: TOLENTINO, Eustáquio, 2018. Autor e ano da foto desconhecido. Disponível em <<https://youtu.be/hxVUiCLgGg0>>

Figura 13: A Praça da Matriz após reformas passadas ao longo dos anos.



Fonte: TRANSPORTAL, 2018. Autor e ano da foto desconhecidos. Disponível em <<https://www.transportal.com.br/noticias/rodoviaria-belo-horizonte/montes-claros-mg/>>.

Gomes (2007) cita algumas das edificações localizadas no entorno da Praça e que são tombadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA-MG),

como os casarões da FAFIL (antiga Faculdade de Filosofia), o Solar dos Oliveira (Solar dos Sertões) e o Palácio Episcopal.

A expansão urbana e as consequentes descentralizações criadas, aliadas ao fator do valor imobiliário na área central, explicam a mudança das antigas funções para outras áreas da cidade. A revitalização da área histórica da cidade foi um projeto da Prefeitura Municipal com o intuito de preservar o patrimônio arquitetônico e cultural da cidade e estimular o lazer e o turismo (CORREDOR, 2012).

Recuperar a imagem da cidade por meio da revitalização de seu patrimônio histórico e cultural é preservar a memória e identidade da sociedade, importante para garantir a conservação da história no presente e no futuro.

2.3.1 – Zoneamento da área de estudo

Localizado no Centro, é o marco da história da cidade. A área de entorno da Praça da Matriz, com seus casarões antigos, em estilo neocolonial ou *art decó*, faz parte do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural da cidade.

O IPAC/MOC (1985) delimita a área central como área de proteção do patrimônio arquitetônico e urbanístico, definindo os seguintes limites:

Como limite da área a ser protegida sugere-se o polígono formado pelas Ruas Gonçalves Figueira, trechos das Ruas Padre Teixeira, Cabo Santana, Avenidas Marechal Deodoro, Artur Bernardes, Armênio Veloso, Oswaldo Cruz, Ruas Joaquim Costa, Padre Augusto, trecho da Rua Afonso Pena, Praça Portugal, fechando o polígono no ponto inicial (vide planta). As edificações nela contidas, por serem testemunho da história ou por terem interesse artístico e/ou arquitetônico local, objeto de registro deste catálogo, teriam de certa forma sua representatividade preservada no contexto urbano atual (IPAC/MOC, 1985, p. 03).

Dentro do polígono estabelecido pelo IPAC/MOC, está a área de estudo delimitada para a pesquisa (Mapa 3), compreendendo o entorno da Praça da Matriz e Corredor Cultural.

Mapa 3: Delimitação da área de estudo.



Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora, 2021.

O IPAC/1985 é um importante documento de a criação de mecanismos nas leis municipais para proteção do traçado urbano original e dos elementos e conjuntos arquitetônicos que compõem o centro histórico. Posteriormente, foi elaborado o Decreto 1.761 de 28 de setembro de 1999, pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Montes Claros – COMPHAC-, que delimita o Conjunto Urbanístico da Praça da Matriz como objeto de tombamento municipal (MONTES CLAROS, 1999).

O conjunto de casarões e sobrados ainda preservados é a principal referência histórica, política, social e cultural da cidade. Os edifícios em estilo arquitetônico do período colonial guardam marcas do passado e sua proteção significa preservar a história da cidade.

A área delimitada para estudo guarda grandes referências da origem da cidade. Seu traçado urbano, os casarões que carregam características das primeiras instalações urbanas, técnicas e materiais, bem como a própria memória histórica da cidade, fazem do núcleo central histórico de fundamental importância para o entendimento do contexto urbano, histórico e cultural de Montes Claros.

O recorte estabelecido compreende as ruas Padre Teixeira, Coronel Altino de Freitas, Lafeté e Gonçalves Figueira. No interior do polígono delimitado por essas ruas, fica a Praça Doutor Chaves (Praça da Matriz) e rua Coronel Celestino (Corredor Cultural).

Para compreender as características do local, utilizaram-se os dados da Prefeitura Municipal de Montes Claros, com análise e interpretação do mapa e das leis de zoneamento municipal, destacando a área de estudo com a classificação conforme pode ser observada no Mapa 4.

Mapa 4: Zoneamento da área de estudo



Fonte: Dados da Prefeitura Municipal de Montes Claros. Organização: MENDES, P. G.; JESUS, F. M. P., 2021.

De acordo com a Lei nº 4.198, de dezembro de 2009, que dispõe sobre o uso e ocupação do solo e zoneamento no município de Montes Claros, a área delimitada está inserida na ZC-1 (Zona Comercial 1) do Centro (Mapa 4), sendo que os limites das

quadras, desde a Praça da Matriz até o Corredor Cultural, são classificados como SE-4 (Setor Especial 4), denominação que cuida do setor destinado à proteção, conforme estabelecido em lei.

Parágrafo 4º - SE-4 são os espaços destinados à preservação histórica. Compreende os espaços de parte da área central, que corresponde a área descrita pelo Cel. Pinheiro Neves no ano de 1845 (hum mil, oitocentos e quarenta e cinco), ou seja, o núcleo inicial da cidade, caracterizados por quadras irregulares de área reduzida, onde predominam edificações que, embora desprovidas de significativo valor artístico-histórico, constituem um conjunto urbanístico arquitetônico, plasticamente harmônico, que deve ser mantido. Além das prescrições constantes dos ANEXOS 3 e 5 desta lei, deverá ser obedecido o seguinte: a) Serão proibidas as demolições de edificações de valor histórico e artístico, tombadas pela Lei 1653 de 02/10/87; b) deverá ser estimulado a boa conservação das edificações situadas neste setor, que forem tombadas, através de isenções dos impostos Territorial e Predial; c) o Poder Público estimulará o uso para atividades artísticas, artesanais e culturais, através de isenções; d) para liberação de Alvará de Demolição de qualquer imóvel situado no SE-4, deverá ser ouvido o Conselho de Patrimônio Histórico de Montes Claros (MONTES CLAROS, 2009, p.04).

Os centros históricos, geralmente, são dotados de características que os colocam como áreas de muita potencialidade urbana. Vieira Filho e Guia (2011) corroboram essa ideia, dizendo que a infraestrutura presente, as diversidades de uso do solo, facilidade de acessos e conexões colocam os centros históricos como os principais locais de estudo para reocupação de áreas urbanas.

Os planos diretores municipais são instrumentos importantes nas regulamentações das políticas públicas de planejamento dos municípios, em suas estruturas precisam-se os mecanismos voltados para preservação do patrimônio arquitetônico e cultural. Dentro deles, cada cidade define as diretrizes cabíveis à preservação do seu patrimônio, elaborando leis, decretos e medidas de proteção para a sua salvaguarda. Dentro da Lei de Uso e Ocupação do Solo -L.U.O.S-, o zoneamento é fundamental para estabelecer os limites de proteção, identificando as áreas potenciais de preservação e as regras a serem seguidas para não haver dano aos locais identificados.

A localização do SE-4 dentro da ZC-1 do Centro de Montes Claros pode influenciar na eficácia das medidas aplicadas em relação à preservação do patrimônio, uma vez que as regras de uso do solo para a zona comercial são mais permissivas. Cabe ao município, então, oferecer fiscalização eficaz para garantir o cumprimento das diretrizes estabelecidas e proporcionar os meios de salvaguarda de seu patrimônio.

2.3.2 – Usos e fluxos no Centro de Montes Claros

A área central de Montes Claros apresenta-se como a mais dinâmica da cidade, uma vez que concentra a prestação de serviços e as atividades comerciais. Há uma grande diversidade de edificações de diferentes usos e funções, sendo o setor mais integrado e mais articulado como espaço intra e interurbano de Montes Claros e região norte-mineira.

É possível observar na região central, classificada como ZC-1, uma grande diversidade de uso do solo, desde comerciais e residenciais, serviços ou institucionais de portes variados, abrangendo tanto os pequenos estabelecimentos como os maiores, até o uso histórico, apresentando uma grande variedade de serviços que são utilizados por moradores de todas as demais regiões da cidade e do Norte de Minas. Podem ser encontrados: igrejas, supermercados, hospitais e clínicas, serviços públicos, postos de Polícia e Bombeiros, lojas de segmentos diversos, serviços de estética, bares, lanchonetes, entre outros. Aos domingos, ainda é realizada a feira tradicional, reunindo produtos de artesanato e da culinária local.

Em algumas das edificações mais antigas dotadas de dois ou mais pavimentos observa-se a mescla de usos, deixando os andares térreos destinados ao uso comercial, intenso durante o dia, e os andares superiores se destinam ao uso residencial, tendo mantido as características de sua época de construção ou adaptando os cômodos em quitinetes ou quartos para alugar.

As residências, apesar de estarem mescladas às edificações com outros usos, podem ser observadas nas regiões mais periféricas do centro, nas vias de menor porte. Muitas ainda dividem o mesmo espaço predial com outros usos, observando comércios nos andares inferiores e residências nos andares mais superiores dos prédios. Não é possível observar quadras exclusivamente comerciais ou exclusivamente residenciais.

Os estabelecimentos ali presentes atraem um grande fluxo de usuários, desde os próprios munícipes às pessoas de outras cidades da região norte-mineira. É observado durante todo o dia um fluxo intenso de pessoas, de chegadas e saídas de usuários, funcionários ou apenas passantes. Esse fluxo é mais intenso durante a semana e no período diurno, quando os estabelecimentos comerciais e de serviços diversos estão em funcionamento. Nos finais de semana e período noturno, os fluxos de pessoas se concentram nos serviços de atividades alimentícias ou de caráter de lazer e religiosos, como apresentações de espetáculos ou missas e celebrações nas igrejas da região.

Como a literatura aponta e já destacado no primeiro capítulo, o papel e a diversidade desses usos do espaço urbano são fundamentais para a condição da vivência urbana pelos cidadãos. São esses usos diversos, pelos mais diversos grupos, horários, locais, que legitimam o espaço da cidade. A diversidade de usos promove a vitalidade da localidade central de Montes Claros.

2.3.3 – Mobilidade e classificação das vias no Centro de Montes Claros

É possível observar um fluxo intenso de pessoas durante o dia todo. É uma região de tráfego de veículos constante também, sendo limitados os transportes de cargas pesadas no entorno histórico como medida de proteção do patrimônio imóvel.

Como já referido, os números do Denatran apontam que a frota total de veículos em Montes Claros, no período de janeiro de 2020, foi estimada em 222.871 veículos, entre carros particulares, motocicletas, ônibus, micro-ônibus, caminhões e outros veículos (DENATRAN, 2020).

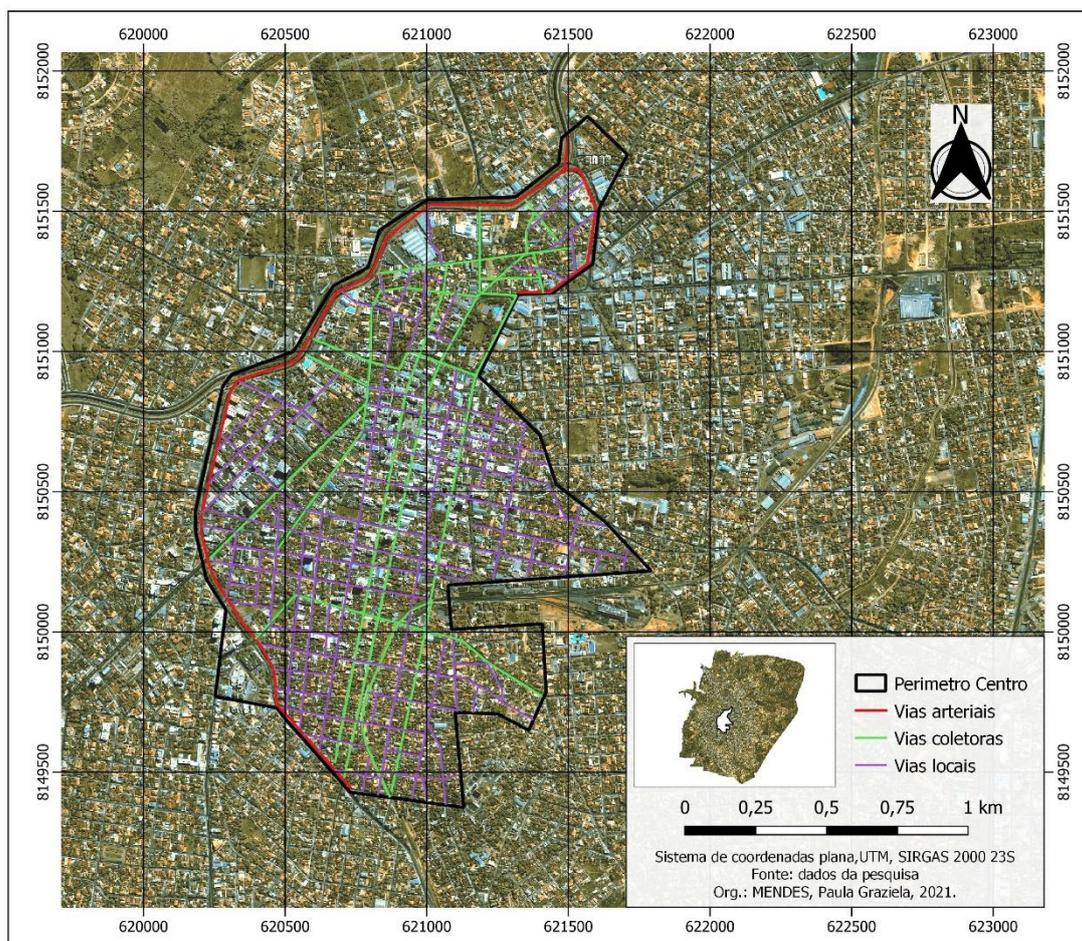
O Centro recebe diariamente uma grande quantidade desses veículos, seja como rota de passagem, para permanecer rodando ou mesmo estacionar na região. Linhas de ônibus coletivos passam todas pelo Centro. Recebe também os fluxos diários das cidades do entorno que vêm aqui em busca de serviços não disponíveis em suas cidades de origem.

A concentração de festividades, os eventos e equipamentos culturais no Centro atraem um grande número de visitantes, aumentando o fluxo de trânsito na região. Durante a realização de alguns eventos, com fechamento de ruas para acontecerem, o trânsito é bloqueado em determinados pontos, sendo desviados para outras vias que precisam aturar um fluxo maior do que o normalmente recebido.

O traçado urbano do Centro apresenta uma malha irregular, sem padrão definido. Apresenta trechos ortogonais combinados com trechos não ortogonais, quadras com padrões irregulares e vias ora de tráfego mais acentuado, como as de tráfego local, ora com as de trânsito menos intenso. Isso ocorre por a região ser a de origem da cidade, conservando o traçado urbano da época.

Foram classificadas as ruas do entorno do centro histórico da cidade, elencando-as em arterial, coletora ou local, de acordo com as características apresentadas por essas (Mapa 5).

Mapa 5: Classificação das vias do Centro de Montes Claros.



Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora, 2021.

As Avenidas e ruas principais do Centro concentram a maior parcela de edificações de uso comercial e de serviços, apresentando grandes empreendimentos (como supermercados, escolas, serviços de saúde) nas vias de maior porte. Esses pontos de prestação de serviços e comércios atraem grande número de viagens de trânsito para ele, especialmente em horários ditos de pico, reunindo um número maior de veículos nas ruas. São os chamados Polos Geradores de Viagens – PGV. Esses empreendimentos geram uma demanda de tráfego, direta ou indiretamente, que não é prevista para o uso e ocupação do solo.

O grande número de viagens para um empreendimento ou evento transforma-o em um vetor do tráfego urbano, gerando impactos principalmente nos seus arredores, causando congestionamentos, alterações e sobrecarga na malha viária do entorno, reduzem o fluxo da via, modificações do uso do solo e dos modais de transporte (SILVA; FRANCISCHINI; PINHEIRO, 2017). É preciso criar instrumentos para prever a

demanda de fluxo de trânsito para um empreendimento, em especial, nos lugares onde estão localizadas as estruturas prediais históricas da cidade, de forma a não causar danos a elas.

Além dos empreendimentos físicos, os próprios eventos culturais, festas ou atrações podem se tornar PGVs a partir do momento em que demandam, ainda que de forma temporária, de um volume de tráfego consideravelmente alto (MEURER *et al.*, 2005). Em Montes Claros, as festas de caráter cultural realizadas na cidade se constituem como agentes geradores de trânsito, no momento em que se constituem como atrativos para a população local e de outros municípios da região.

Durante a realização dos eventos, como as Festas de Agosto ou a Festa Nacional do Pequi, o trânsito no entorno desses locais é mudado, sendo impedido em alguns pontos e redirecionado para outras vias. Esses eventos culturais têm grande importância econômica e social para a cidade, influenciando nas dinâmicas urbanas, refletindo no comportamento da sociedade e na própria configuração do trânsito urbano.

SEÇÃO III

3 – ANÁLISE DE PERCEPÇÃO: uma leitura da população sobre o patrimônio cultural de Montes Claros

Este terceiro capítulo faz uma análise dos resultados encontrados ao longo do estudo: a caracterização da região central de Montes Claros, seus aspectos históricos, culturais, as transformações urbanas no decorrer do tempo. Apresenta os resultados obtidos pela pesquisa de campo comparativa com os meios documentais, além dos questionários propostos à gestão pública e à população.

O objetivo deste terceiro capítulo é associar as evidências empíricas obtidas da pesquisa com a teoria anteriormente apresentada. Busca-se, portanto, a compreensão dos dados obtidos, fazendo uma leitura a partir das literaturas que tratam o patrimônio histórico como de grande valor para uma cidade, tentando entender os aspectos de interação do espaço urbano com os espaços históricos de memória de uma cidade.

Os resultados contextualizam o recorte de campo com as observações feitas *in loco*, o mapeamento das edificações elencadas e a aplicação dos questionários para a gestão pública e a população, que subsidiaram a análise da pesquisa.

3.1 - Patrimônio tombado e (re)funcionalizado em Montes Claros

A área de estudo composta pela Praça da Matriz e Corredor Cultural está estabelecida pelo COMPHAC como sendo área de proteção do acervo arquitetônico e urbanístico da cidade, tendo um número de edificações históricas catalogadas no inventário do IPAC de 1985 e no Decreto 1.761 de 28 de setembro de 1999.

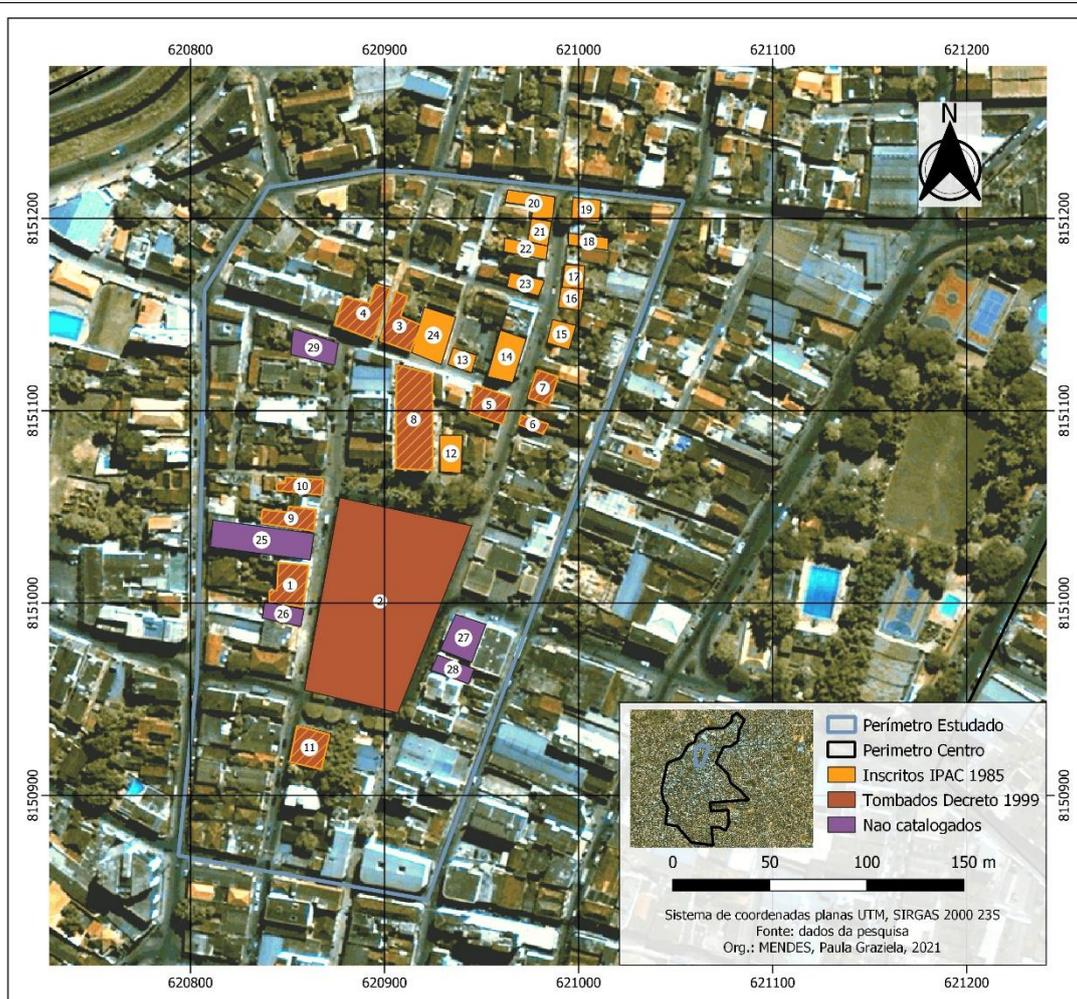
Para o estudo, foram identificadas as edificações listadas nos dois documentos municipais e que se encontram no perímetro delimitado como área de estudo, compreendendo o entorno da Praça da Matriz, incluindo o Corredor Cultural. Os edifícios listados (Mapa 6) estão nos documentos como patrimônio tombado ou inventariado pelo poder público municipal, não podendo ser demolidos e suas características arquitetônicas devem ser preservadas, sobretudo as fachadas.

De acordo com o IPAC de 1985, são inventariados edifícios em diversos pontos do Centro da cidade. Já o Decreto 1.761/1999 define como patrimônio tombado, além de

outras edificações em distintos lugares da cidade, este logradouro no Centro: o Conjunto Urbanístico da Praça da Matriz, que compreende, além da própria Praça Doutor Chaves, os seguintes:

- 1- A Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José;
- 2- Os sobrados de nº 6/152, 18/22 e 52, localizados na mesma praça;
- 3- O sobrado situado na Rua Cel. Celestino, nº 99;
- 4- O sobrado situado na Rua Cel. Celestino, nº 75;
- 5- O sobrado situado na Rua Justino Câmara, nº 114;
- 6- O sobrado situado na Rua Justino Câmara, nº 115, e
- 7- O sobrado situado na Rua Justino Câmara, nº 93.

Mapa 6: Edificações históricas catalogadas pelo IPAC/MOC – 1985 e tombadas Decreto 1.761 -1999



1- Praça Dr. Chaves, 52 - Palácio Episcopal
 2- Praça Dr. Chaves (Praça da Matriz)
 3- Rua Coronel Celestino, 99 - Sobrado dos Maurício-Versiani
 4- Rua Coronel Celestino, 75 - Casarão da FAFIL
 5- Rua Justino Câmara, 114 - Residência Dulce Sarmento
 6- Rua Justino Câmara, 115 - Sobrado dos Gomes
 7- Rua Justino Câmara, 93 - Sobrado Teles de Menezes
 8- Praça Dr. Chaves, s/n - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José
 9- Praça Dr. Chaves, 18/22 - Sobrado dos Mendes

10- Praça Dr. Chaves, 6 - Sobrado dos Canela
 11- Praça Dr. Chaves, 152 - Solar dos Oliveira
 12- Praça Dr. Chaves, 53 - Residência
 13- Rua Coronel Celestino, 129 - Residência
 14- Rua Coronel Celestino, 107/107a - Residência
 15- Rua Justino Câmara, 69 - Cachaçaria de Durães
 16- Rua Justino Câmara, 33 - Residência
 17- Rua Justino Câmara, 51 - Residência
 18- Rua Justino Câmara, 21 - Residência
 19- Rua Justino Câmara, 03 - Residência
 20- Rua Justino Câmara, 04/08 - Residência

21- Rua Justino Câmara, 14 - Residência
 22- Rua Justino Câmara, 26 - Residência
 23- Rua Justino Câmara, 46 - Residência
 24- Rua Coronel Celestino, 99a - Residência
 25- Praça Dr. Chaves, 32 - Centro Cultural Hermes de Paula
 26- Praça Dr. Chaves, 70 - Residência
 27- Praça Dr. Chaves, 149 - Correlos
 28- Praça Dr. Chaves, 179 - Comércio

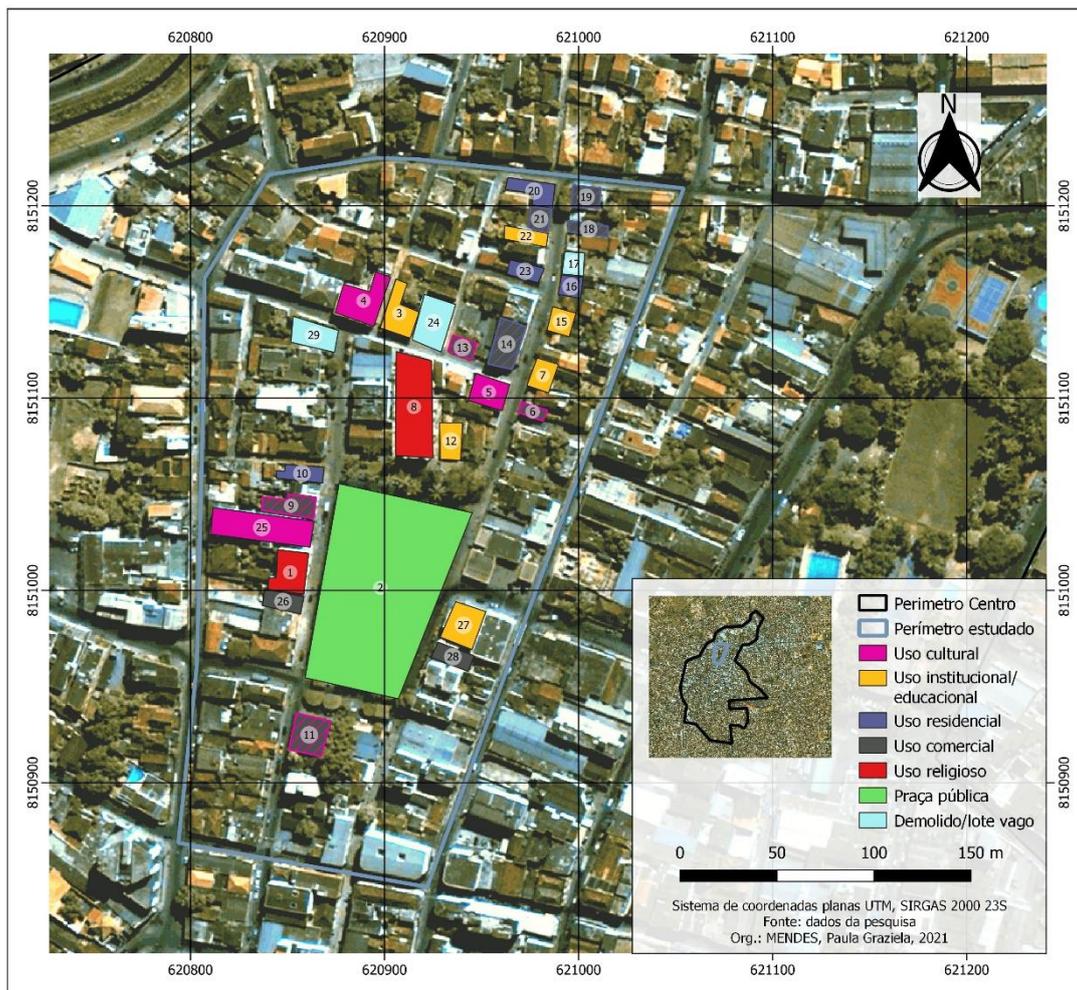
Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora, 2021.

Entre os edifícios listados, alguns passaram por processos de reformas e recuperação e, posteriormente, receberam novos usos, diferentes daquele que tiveram no momento de sua construção (Mapa 7). Como já explicitado no início deste estudo, Jacobs (2009) defende dar novos usos aos edifícios antigos como forma de urbanismo que movimentava a dinâmica da cidade.

No centro histórico de Montes Claros, os novos usos a que são destinados os edifícios revitalizados são, especialmente, voltados para atividades culturais, como a

criação do MRNM no casarão da FAFIL; o Instituto Histórico e Geográfico na antiga residência de Dulce Sarmento, e a sede da Secretaria de Cultura de Montes Claros no antigo casarão dos Maurício-Versiani.

Mapa 7: Classificação dos usos das edificações listadas.



1- Praça Dr. Chaves, 52 - Palácio Episcopal
 2- Praça Dr. Chaves (Praça da Matriz)
 3- Rua Coronel Celestino, 99 - Secretaria de Cultura
 4- Rua Coronel Celestino, 75 - MRNM
 5- Rua Justino Câmara, 114 - Instituto Histórico e Geográfico
 6- Rua Justino Câmara, 115 - Encadernadora Montes Claros/ Museu do Som e Imagem*
 7- Rua Justino Câmara, 93 - Sede do PROCON*
 8- Praça Dr. Chaves, s/n - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José
 9- Praça Dr. Chaves, 18/22 - Artesanato e Saboaria Flor do Pequim/Museu da Telefonia*
 10- Praça Dr. Chaves, 6 - Sobrado dos Canela

11- Praça Dr. Chaves, 152 - Empório dos Sertões/ Sede CAA/Museu dos Povos Tradicionais*
 12- Praça Dr. Chaves, 53 - Pássaro Azul Escola de Dança
 13- Rua Coronel Celestino, 129 - Casa de Augusta Gastrobar e Livraria
 14- Rua Coronel Celestino, 107/107a - Residência/ Comércio
 15- Rua Justino Câmara, 69 - Casa do Mandato
 16- Rua Justino Câmara, 51 - Residência
 17- Rua Justino Câmara, 33 - Demolido/lote vago
 18- Rua Justino Câmara, 21 - Residência/Comércio
 19- Rua Justino Câmara, 03 - Residência/Jornal Norte de Minas

20- Rua Justino Câmara, 04/08 - Residência
 21- Rua Justino Câmara, 14 - Residência/Comércio
 22- Rua Justino Câmara, 26 - Kumon Aprendizagem Planejada
 23- Rua Justino Câmara, 46 - Residência
 24- Rua Coronel Celestino, 99a - Demolido/ estacionamento
 25- Praça Dr. Chaves, 32 - Centro Cultural Hermes de Paula
 26- Praça Dr. Chaves, 70 - Comércio
 27- Praça Dr. Chaves, 149 - Correios
 28- Praça Dr. Chaves, 179 - Comércio
 29- Rua Dona Eva, 4 - Demolido/lote vago

*Instalações futuras

Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora, 2021.

Alves e Souza de Deus (2020) assinalam a importância de colocar o patrimônio cultural em evidência, o que permite fazer uma leitura do tempo em que se vive e se faz reconhecer a pluralidade cultural vivenciada e a importância histórica dos bens culturais. Paz (2011) reforça essa ideia e destaca a (re)funcionalização dos edifícios patrimoniais

como fundamentais não apenas pelos aspectos físicos e funcionais da cidade, mas também pelos aspectos sociais.

Além dos edifícios destinados aos usos culturais no centro histórico, foram encontrados novos usos voltados para fins educacionais, comerciais e residenciais. A casa situada no lado da Igreja Matriz, residência de número 53, atualmente funciona como escola de dança; o casarão dos Oliveira – Solar dos Sertões – atualmente é sede do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas -CAA/NM- e Empório do Sertão, além de receber mensalmente a feira agroecológica de iniciativa do CAA, está em fase de negociações para ser o futuro Museu Vivo dos Povos Tradicionais de Minas Gerais.

Guillen e Rosales (2017) ressaltam a importância de conservar a vida dos centros históricos, possibilitando seu uso no presente e no futuro e comentam sobre os novos usos: culturais, comerciais ou de serviços diversos, compatíveis a cada um para manter seu valor. Dar novos usos ao patrimônio da cidade garante a representatividade da cidadania e é elemento importante nas análises de transformações pelas quais passa a cidade.

Foi percebido que dentre os edifícios identificados, alguns passam por processos de negociação municipal para serem adquiridos e, posteriormente, transformados em museus. Um deles, o antigo casarão dos Teles de Menezes, já está em fase de obras e será sede do PROCON. Outros, como o Sobrado dos Mendes e o sobrado dos Gomes, estão em fase final de negociação para receber, respectivamente, o Museu da Telefonia e Museu do Som e Imagem.

Os dados utilizados para confecção do Mapa 7 foram sintetizados no quadro a seguir, identificando os edifícios históricos, suas características, a regulamentação, o proprietário, estado de conservação, funções no passado e a (re)funcionalização (funções atuais) para que foram destinados (Quadro 1). A elaboração deste quadro contribui para a identificação dos edifícios históricos e as condições de sua conservação. Pode ser um recurso utilizado para estudo do patrimônio da cidade, pontuando os elementos principais para estudo das edificações.

Quadro 1: Identificação dos edifícios listados, suas características e (re)funções.

EDIFICAÇÃO	ENDEREÇO	CARACTERÍSTICAS	LEIS	PROGRAMAS/ PROJETOS/ EMPRESAS	SITUAÇÃO DE CONSERVAÇÃO ATUAL	FUNÇÃO ORIGINAL	REFUNÇÃO
Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José	Praça Doutor Chaves, s/n	Fachada com um corpo central e duas torres sineiras laterais. De original só restou sua porta de acesso central, em verga de arco batido.	Tombado pelo Decreto 1.761, de 28 de setembro de 1999	Arquidiocese de Montes Claros	Já passou por diversas obras de recuperação, perdendo as características originais. Tudo ainda é conservado em bom estado	Igreja	Mantém a mesma função
Sobrado dos Canela	Praça Doutor Chaves, nº 6	Construção de dois pavimentos, cobertura de telha francesa, estilo neocolonial com referência art déco	Tombado pelo Decreto 1.761, de 28 de setembro de 1999	Proprietários herdeiros	Mantém as características originais	Residência	Residência (à venda)
Sobrado dos Mendes	Praça Doutor Chaves, nº 18/22	Implantado no alinhamento da via, dois pavimentos, estilo colonial	Inscrito no IPAC 1985	Prefeitura Municipal de Montes Claros	Recuperado e refuncionalizado	Residência/ Estação Telegráfica/ Companhia Telefônica	Artesanato e Saboaria Flor do Pequi/ Museu da Telefonia de Montes Claros*

*Futuras Instalações

EDIFICAÇÃO	ENDEREÇO	CARACTERÍSTICAS	LEIS	PROGRAMAS/ PROJETOS/ EMPRESAS	SITUAÇÃO DE CONSERVAÇÃO ATUAL	FUNÇÃO ORIGINAL	REFUNÇÃO
Palácio Episcopal	Praça Doutor Chaves, nº 52	Implantado no alinhamento da via, dois pavimentos cobertura de telha francesa, estilo neoclássico	Tombado pelo Decreto 1.761, de 28 de	Arquidiocese de Montes Claros	Já passou por manutenções e mantém as características originais	Residência do bispo da cidade	Mantém a mesma função
Pássaro Azul	Praça Doutor Chaves, nº 53	Casa térrea, cobertura de telha francesa, estilo neocolonial	Inscrito no IPAC 1985	Pássaro Azul Escola de Dança	Recuperado e refuncionalizado. Fachada mantém características originais, porém o interior foi modificado para atender à nova função	Residência	Pássaro Azul Escola de Dança
Solar dos Sertões/ Solar dos Oliveira	Praça Doutor Chaves, nº 152	Implantado no alinhamento da via, dois pavimentos, estrutura de madeira, paredes de adobe, balcões de ferro fundido, estilo colonial	Tombado pelo Decreto 1.761, de 28 de setembro de 1999	CAA/NM em parceria com a Fundação Banco do Brasil Restaurare Engenharia	Recuperado e refuncionalizado como sede do CAA e Empório do Sertão. Em fase de negociação para receber futuras instalações do Museu Vivo dos Povos Tradicionais	Residência/ Jornal Gazeta	Sede do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM/ Museu Vivo dos Povos Tradicionais de Minas Gerais*

*Futuras Instalações

EDIFICAÇÃO	ENDEREÇO	CARACTERÍSTICAS	LEIS	PROGRAMAS/ PROJETOS/ EMPRESAS	SITUAÇÃO DE CONSERVAÇÃO ATUAL	FUNÇÃO ORIGINAL	REFUNÇÃO
Casarão da FAFIL	Rua Cel. Celestino, nº 75	Implantado no alinhamento da via, dois pavimentos, grandes portas, balcões de ferro no segundo andar, estilo colonial	Tombado pelo Decreto 1.761, de 28 de setembro de 1999	Prefeitura Municipal de Montes Claros Recurso: ICMS Cultural Restaurare Engenharia	Recuperado e refuncionalizado como MRNM	Escola/ Faculdade	Museu Regional de Norte de Minas
Solar dos Maurício-Versiani	Rua Cel. Celestino, nº 99	Implantado no alinhamento da via, estrutura de madeira com paredes de taipa, estilo colonial	Tombado pelo Decreto 1.761, de 28 de setembro de 1999	Prefeitura Municipal de Montes Claros Recurso: Fundo Estadual de Cultura Restaurare Engenharia	Recuperado e refuncionalizado como sede da Secretaria de Cultura	Residência	Secretaria de Cultura de Montes Claros
Casa de Augusta	Rua Cel. Celestino, nº 129	Implantado no alinhamento da via, casa térrea, estilo neocolonial	Inscrito no IPAC 1985	Casa de Augusta Gastrobar e Livraria	Recuperado e refuncionalizado	Residência	Casa de Augusta Gastrobar e Livraria
Cachaçaria de Durães	Rua Justino Câmara, nº 69	Implantado no alinhamento da via,	Inscrito no IPAC 1985	Prefeitura Municipal de Montes Claros	Recuperado e refuncionalizado	Comercial	Casa do Mandato

*Futuras Instalações

EDIFICAÇÃO	ENDEREÇO	CARACTERÍSTICAS	LEIS	PROGRAMAS/ PROJETOS/ EMPRESAS	SITUAÇÃO DE CONSERVAÇÃO ATUAL	FUNÇÃO ORIGINAL	REFUNÇÃO
Residência dos Teles de Menezes	Rua Justino Câmara, nº 93	Implantado no alinhamento da via, estilo colonial, estrutura de madeira e tijolos de adobe	Tombado pelo Decreto 1.761, de 28 de setembro de 1999	Prefeitura Municipal de Montes Claros Recurso: próprio Restaurare Engenharia	Em fase de obras de recuperação para receber a sede do PROCON	Residência	Prédio do PROCON*
Sobrado de Dulce Sarmento	Rua Justino Câmara, nº 114	Implantado no alinhamento da via, dois pavimentos, numerosas janelas, estilo colonial	Tombado pelo Decreto 1.761, de 28 de setembro de 1999	Prefeitura Municipal de Montes Claros	Recuperado e refuncionalizado	Residência/ pensão	Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros
Sobrado dos Gomes	Rua Justino Câmara, nº 115	Implantado no alinhamento da via, estrutura de madeira, paredes de taipa e adobe, estilo colonial	Tombado pelo Decreto 1.761, de 28 de setembro de 1999	Prefeitura Municipal de Montes Claros	Recuperado e refuncionalizado. Em fase de negociação para receber futuras instalações do Museu da Imagem e do Som	Residência	Encadernadora Montes Claros/ Museu Municipal da Imagem e do Som Pró-Memória de Montes Claros*

*Futuras Instalações

Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora, 2021.

Um aspecto importante que merece destaque são os edifícios históricos que viraram palco de especulação imobiliária e, por falta de manutenção ou de uso atual, são destruídos para se tornarem áreas de estacionamento (Figuras 14 e 15); ficam como lotes vagos ou recebem construções modernas e grandiosas que destoam em meio às construções de características arquitetônicas de períodos anteriores.

Figura 14: Em destaque, antigo Armazém de Seu Manoel Caribé, que já foi demolido e hoje é estacionamento, sem data.



Fonte: Maria das Dores Guimarães Gomes, disponível em <<https://www.facebook.com/dorzinhaleiro/photos>>, 2015. Destaque da autora.

Figura 15: Vista do local onde hoje é estacionamento e já foi o Armazém de Seu Manoel Caribé.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

A transformação de edifícios históricos em espaços de atividades culturais ou com outros usos destinados à população é uma iniciativa que permite que as pessoas conheçam a história do local, da sua cidade e da sua própria identidade. Além de ajudar a preservar a arquitetura histórica da cidade, a (re)funcionalização dos edifícios permite reforçar o caráter cultural desses ambientes, tornando-os referência na cidade, além de serem potenciais atrativos econômicos, turísticos e de fins culturais e sociais.

3.2 – Espaços culturais em tempos de pandemia

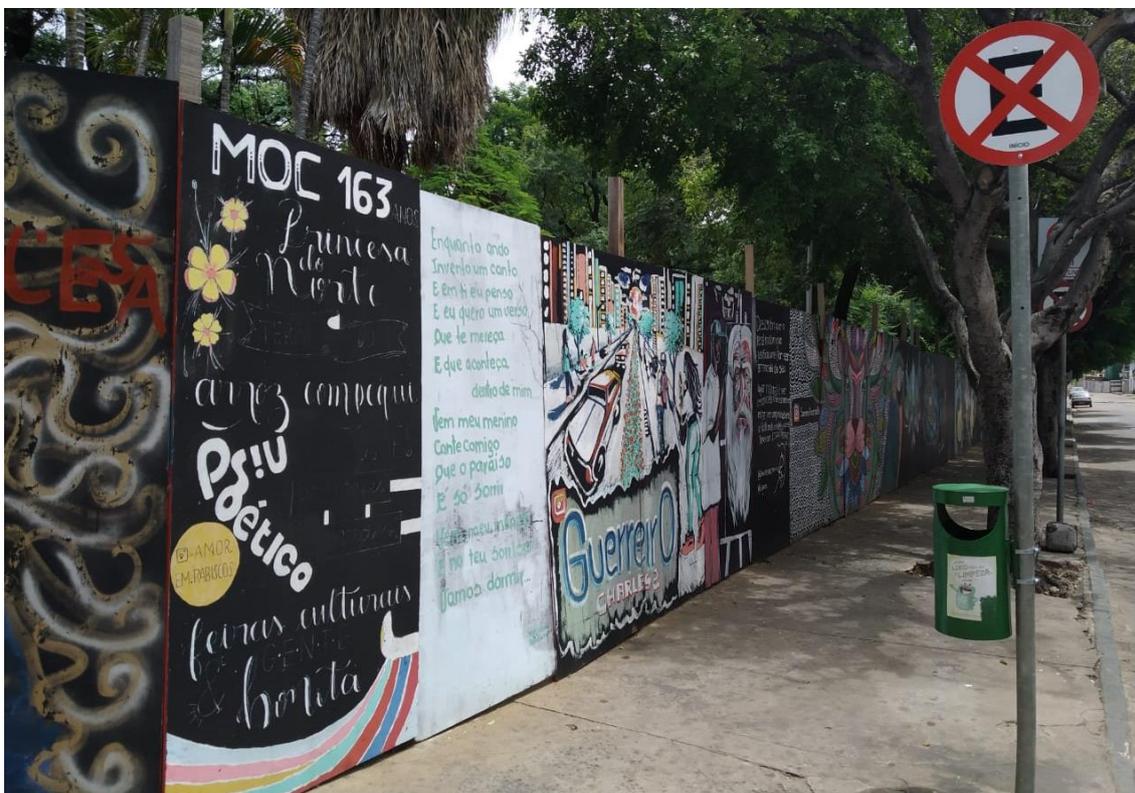
A doença denominada COVID-19 - *Corona Disease 2019* - surgiu em meados do final do ano de 2019, em Wuhan, na China e rapidamente se espalhou pelo mundo, passando a ser considerada pela Organização Mundial da Saúde – OMS – como pandemia (TEODORO *et al.*, 2020).

A crise pandêmica causada pelo novo Corona vírus forçou governos do mundo inteiro a adotar medidas restritivas de forma a tentar conter o avanço da doença, impondo restrições à circulação de pessoas. Num período em que o distanciamento social é a melhor forma de combater a circulação do vírus, evitando aglomerações que propaguem mais facilmente a doença, os setores de entretenimento, lazer, cultura e artes foram os mais afetados.

Os artistas perderam suas rendas, dependendo apenas do auxílio emergencial estabelecido pelo Governo Federal ou recorrendo a empregos alternativos. Uma das iniciativas do poder público municipal de ajuda àqueles foi de utilizar os tapumes que fecham as obras de reforma da Praça da Matriz para serem quadros de exposição das artes de alguns desses artistas montes-clarenses.

A iniciativa da Prefeitura de Montes Claros por meio das Secretarias de Cultura e Meio Ambiente foi chamada “Matriz das Intervenções” e reuniu cerca de 50 artistas locais que utilizaram os tapumes da Matriz como painéis para expor suas artes: desenhos, poemas, grafites e pinturas (Figura 16). Para ajudar os artistas participantes do projeto, cada um recebeu uma “contribuição simbólica” de R\$ 200,00 (RIBEIRO, 2020). O projeto também fez parte das comemorações do aniversário de 163 anos da cidade e foi uma forma de levar arte à população enquanto a Praça se encontra fechada para circulação, devido às obras de reforma, e divulgar os artistas parados em razão da pandemia.

Figura 16: Vista de uma das laterais da Praça da Matriz, fechada para obras de reforma com os tapumes decorados pelos artistas locais.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

Beiguelman (2020) comenta sobre o espaço público ter sido a primeira “vítima fatal” devido às medidas de precaução que priorizam o isolamento e por esse ser lugar de encontros, de aglomerações. Cinemas, bares, restaurantes, circos, museus e teatros foram fechados e shows e apresentações de espetáculos cancelados (TEODORO *et al.*, 2020). Os espaços de propagação de arte e cultura se tornam, neste momento, locais que devem ser evitados para conter aglomerações.

Diante disso, novas alternativas foram buscadas por artistas, empresas e outros setores como forma de os artistas exporem suas artes e a população continuar a ter acesso às formas de entretenimento e cultura. As mídias sociais digitais têm sido o principal meio pelo qual se faz e consome as artes e culturas no período atual. Shows são realizados por meio de *lives* (transmissões *on-line*) de *Instagram*, *Facebook* e *YouTube*; museus e casas de cultura realizam mostras e exposições digitais; festivais de dança ou espetáculos teatrais gravados são exibidos agora por meio das redes sociais (SOUSA JÚNIOR *et al.*, 2020).

Em Montes Claros não foi diferente. Com os museus fechados, a impossibilidade de realização de exposições ou mesmo das tradicionais Festas de Agosto, o recurso buscado foi a realização de forma virtual desses espetáculos.

O MRNM, fechado em conformidade com os decretos estabelecidos para contenção das aglomerações, realiza desde então, por meio de suas páginas virtuais, exposições com artistas locais e regionais, dando continuidade aos trabalhos que propõe resgatar e manter na cidade (Figura 17).

Por meio das redes sociais do MRNM, *Facebook* e *Instagram*, são expostos fotos e vídeos dos trabalhos dos artistas que contam sua história e explicam sobre suas artes de maneira didática e acessível (Figura 18). São ainda exibidos documentários, realizadas oficinas, palestras, mesas de debates e realizados clubes de leitura por meio de encontros nas redes virtuais.

Figura 17: Divulgações de algumas das exposições, com programação e enquetes realizadas pelo MRNM em 2020.



Fonte: *Facebook* do MRNM, disponível em <https://www.facebook.com/media/set/?vanity=664312950333021&set=a.666555503442099>.
Compilação da autora, 2021.

Figura 18: Divulgações de algumas das exposições realizadas pelo MRNM em 2020.



Fonte: *Facebook* do MRNM, disponível em <https://www.facebook.com/media/set/?vanity=664312950333021&set=a.666555503442099>.
Compilação da autora, 2021.

Dessa forma, o MRNM continua valorizando os artistas regionais, dando espaço para a divulgação de seus trabalhos e levando para a população lazer, cultura e conhecimento por meio de suas exposições virtuais.

Em agosto de 2020, numa iniciativa dos artistas locais que se juntaram e realizaram na cidade o Festival Agosto Vivo, cujo propósito é que esse leve “nossa

tradição, em segurança, para a casa das pessoas e reafirme a importância da cultura para Montes Claros! ” (FESTIVAL AGOSTO VIVO, 2020).

Músicos, bandas, escritores da cidade transmitiram seus shows por meio de *lives* nas redes sociais durante o período de 19 a 22 do mês de agosto de 2020. Foram transmitidos, também, cortejos com alguns dos grupos de catopês, marujos e caboclinhos, tradicionais das Festas de Agosto (Figura 19).

Documentários sobre as festas da cidade, missas, palestras, oficinas e exposições de fotografia e pintura que retratam os grupos tradicionais foram transmitidos da mesma forma pelas plataformas digitais, durante os dias de sua realização (Figura 20).

Figura 19: Grupo de marujos nas *lives* do Festival Agosto Vivo, em 2020.



Fonte: Reprodução *YouTube*, 2020.

Figura 20: Programação musical e de mesas de debate realizadas durante o Festival Agosto Vivo em 2020.



Fonte: Facebook do Festival Agosto Vivo, disponível em <<https://www.facebook.com/agostovivo/photos>>. Compilação da autora, 2021.

Nessas exposições virtuais, foi aberta a participação popular por meio de enquetes, formulários, bate-papos realizados durante as oficinas e apresentações. Assim, apesar do distanciamento físico imposto pela crise pandêmica, a população pôde fazer parte não apenas assistindo, mas também comentando sobre as apresentações e mantendo diálogo com os outros participantes.

Em Montes Claros, na (re)funcionalização da área de estudo, as atividades socioeconômicas e culturais foram muito afetadas pela pandemia. O espaço virtual se tornou uma forma de, neste momento de distanciamento social, movimentar o cenário do lazer e cultura, promovendo a transmissão de entretenimento para a população, possibilitando vivenciar o distanciamento social, mas, ainda assim, ter acesso às culturas e artes nesse novo “normal” da sociedade, inclusive levando a aplicação dos questionários por meio do ambiente virtual, em que foi possível ter contato com os entrevistados, conforme apontado nos procedimentos metodológicos.

3.3 – Uma leitura da percepção sobre o patrimônio cultural de Montes Claros

Serão analisados os dados dos questionários combinando com a literatura apresentada, avaliando os resultados para uma melhor compreensão sobre a identificação da população com o patrimônio cultural da cidade.

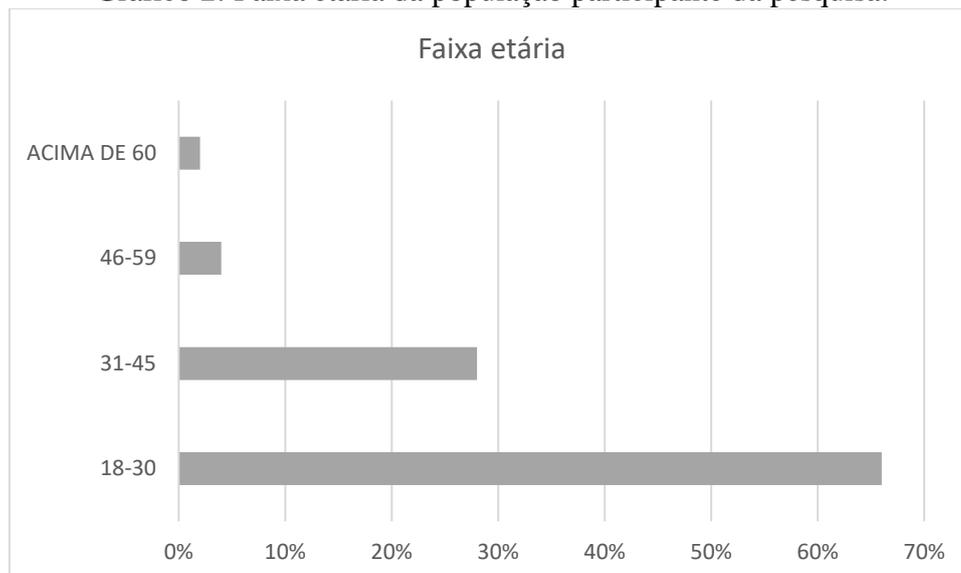
Os questionários foram divididos em duas categorias, a primeira é a população em geral, cujo questionário objetiva tentar estabelecer a relação da sociedade com o patrimônio da cidade, e a segunda é a gestão municipal responsável pela área cultural e patrimonial da cidade.

3.3.1 – A percepção da população acerca do patrimônio cultural da área central de Montes Claros

O questionário com perguntas estruturadas e semiestruturadas, voltadas para a população, foi aplicado entre os meses de dezembro de 2020 e janeiro de 2021. O questionário foi composto de 14 questões, sendo as três primeiras sobre dados do participante: gênero, faixa etária e escolaridade. A partir da quarta questão o objetivo foi levantar informações sobre como o entrevistado percebe a questão cultural na cidade e como ele se envolve nesse processo.

Dentre os participantes do questionário, 75% são do gênero feminino e 25% do gênero masculino. A concentração maior foi na faixa etária (Gráfico 2) entre 18-30 anos (67%), seguida de participantes entre 31-45 anos (27%). A pouca participação de indivíduos entre 46-59 (4%) anos ou acima de 60 anos (2%) pode ser explicada, mas não deve ser tida como certeza, pelo método de aplicação da pesquisa. Nas redes sociais, a presença mais significativa é da parcela mais jovem da população.

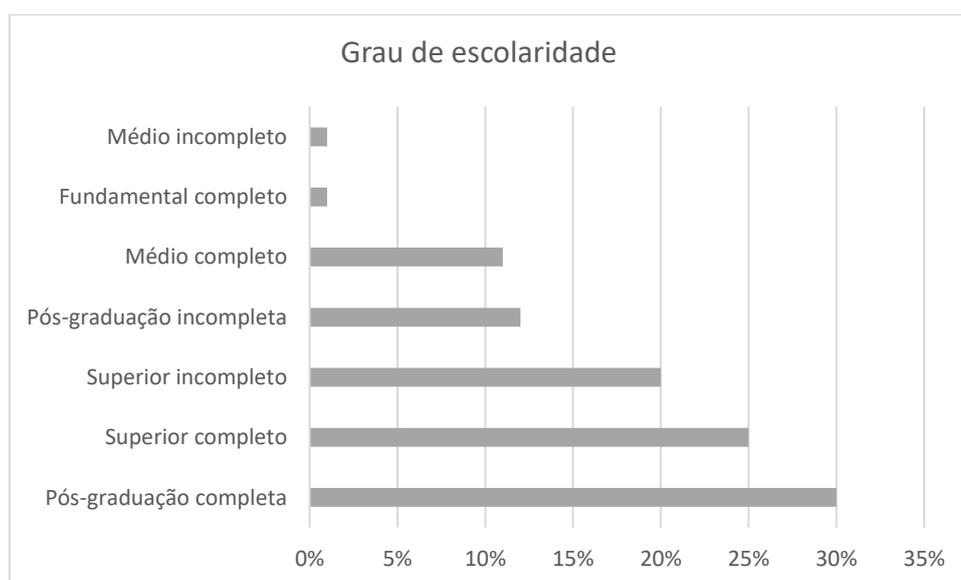
Gráfico 2: Faixa etária da população participante da pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora, 2021.

Quanto à escolaridade (Gráfico 3), houve participação de quase todos os níveis escolares, sendo a maior participação dos com pós-graduação completa (30%) e ensino superior completo (25%). Os participantes com menor grau de escolaridade possuem ensino médio completo (11%), médio incompleto (1%) e fundamental completo (1%). Percebe-se que as redes sociais abarcam pessoas de todos os níveis de escolaridade, alguns mais, outros menos. Mas é certo que essas são uma ferramenta presente na vida de grande parte da população.

Gráfico 3: Grau de escolaridade dos participantes da pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora, 2021.

Partindo para os questionamentos quanto à participação nos eventos culturais (Gráfico 4), visitas aos locais de realização das atividades culturais no centro histórico da cidade, percebe-se uma divisão quase por igual entre os que participam frequentemente (46%) e os que participam raramente (42%). A disparidade é maior apenas se comparado aos que não participam de forma alguma dos eventos/atividades realizados (12%). Esse número é justificado entre aqueles participantes que não se interessam de alguma forma pelos eventos culturais, em conhecer a história da cidade ou sobre o seu patrimônio. Não foi analisada relação direta entre o nível de escolaridade e essa busca pelos eventos culturais.

Gráfico 4: Participação nos eventos/atividades culturais.



Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora, 2021.

Considerando a concentração das atividades/eventos culturais, sobretudo, na área central da cidade, a ausência de maior participação da população pode ser explicada por fatores como: residirem em local distante do evento, mobilidade, horários de realização, preço dos ingressos, se apresentações pagas, ou até mesmo divulgação e alcance dessa divulgação.

Apesar de o Centro ser abastecido com grande fluxo de veículos, com todos os tipos de transportes e por ser de fácil acesso para todas as demais regiões da cidade, mesmo assim, grande parcela da população depende do transporte público, e a quantidade e horários desses podem influenciar na escolha das pessoas em participar ou não de alguma atividade.

Foram elencados alguns dos eventos de caráter cultural e solicitado aos participantes indicarem aqueles que eles mais frequentam (Gráfico 5). Nesta pergunta, foi deixada a opção de o respondente poder marcar uma ou mais alternativas referentes aos eventos de que participa. As feiras livres são a atividade mais procurada, pois 77% dos participantes frequentam alguma feira. Os eventos musicais vêm logo em seguida, sendo frequentados por 58% dos respondentes.

As feiras livres da cidade acontecem em diversos bairros, facilitando o acesso da população, em dias e horários variados. Acontecem feiras nos bairros São José, Morada do Parque, Planalto, Village do Lago, Esplanada, Maracanã, Edgar Pereira, Delfino Magalhães e Major Prates (MONTES CLAROS, 2019), além da tradicional feira de artesanato da Matriz (Figura 21), que acontece nas manhãs de domingo, e a feira agropecuária mensal, no casarão do Solar dos Sertões (Figuras 22 e 23), iniciativa do CAA (CAA, 2006).

Os eventos de dança e gastronomia vêm logo em seguida como os mais frequentados, com 52% e 48% de participação dos pesquisados, respectivamente (Gráfico 5). No cenário gastronômico, destaca-se o Festival Nacional do Pequi que, nas palavras de Santana (2020), é “um acontecimento já tradicional na cidade, e que, como o nome diz, celebra o fruto mais amado do nosso cerrado e um dos maiores símbolos da nossa região”.

Gráfico 5: Eventos mais frequentados pelos respondentes.



Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora, 2021.

Figura 21: Feira de Natal da Matriz. Durante o ano, a feira ocorre aos domingos; na semana de Natal, durante todos os dias.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Figura 22: Solar dos Oliveira nos anos de 1980.



Fonte: EU AMO Montes Claros, disponível em <https://www.facebook.com/euamomoc/photos/?ref=page_internal>, 2020.

Figura 23: Solar dos Oliveira, atual Solar dos Sertões, sede do CAA e local onde acontece a feira mensal agroecológica.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

Na dança, a cidade conta com grupos folclóricos tradicionais – Banzé, Fitas, Saruê e Zabelê –, que representam a cultura da região e nacional e apresentam suas coreografias em festivais, especialmente o Festival Folclórico, que ocorre junto com as Festas de Agosto (MONTES CLAROS, 2015). Além disso, a cidade conta com escolas e grupos de balé, jazz, danças de salão, dança contemporânea e outros estilos.

Quando perguntados sobre o que mais os atrai a participar ou visitar um evento ou edifício cultural (Gráfico 6), a culinária e a história do local foram os principais motivos apontados, com 64% e 63% dos participantes, respectivamente. Também nesta questão foi deixada a opção de marcar uma ou mais alternativa de resposta.

Outro motivo que leva à participação da população são os artistas apresentados, correspondendo a 62% dos respondentes. A divulgação do evento, os preços de ingressos em caso de apresentações pagas e a distância percorrida até o local de apresentação correspondem a 44%, 28% e 15% das respostas, respectivamente (Gráfico 6).

Gráfico 6: Motivos de participação nos eventos/locais culturais.



Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora, 2021.

Esses números, apesar de não serem os mais marcantes nas respostas, evidenciam a necessidade de um melhor gerenciamento da questão cultural na cidade, como descentralizar os eventos, os espaços culturais; divulgar com mais afinco os espetáculos que vão acontecer; oferecer incentivos para que a população participe. Cultura e arte são aspectos importantes para o desenvolvimento humano, para a boa convivência em sociedade, como já foi apontado no primeiro capítulo.

Foi perguntado aos pesquisados quais eventos ou espaços culturais eles consideram como característica/símbolo da cidade. As Festas de Agosto – ou Catopês (Figura 24) – foram unanimidade nas respostas. As Festas de Agosto são, sem dúvida, “a mais tradicional manifestação cultural de Montes Claros” (MONTES CLAROS, 2015, p.65). A população reconhece a importância desse festejo que faz parte da identidade montes-clarense. Está enraizada em sua história, em seus costumes, em seu povo.

A Festa do Pequi, a Expomontes e os eventos que ocorrem no Centro Cultural ou no Corredor Cultural, como o Psiu Poético, Janelas da Matriz, mostras de teatro e cinema e o extinto Som na Praça, foram outras festividades presentes nas respostas.

Figura 24: Concentração na Praça da Matriz de um dos grupos de Catopês que participam das Festas de Agosto.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

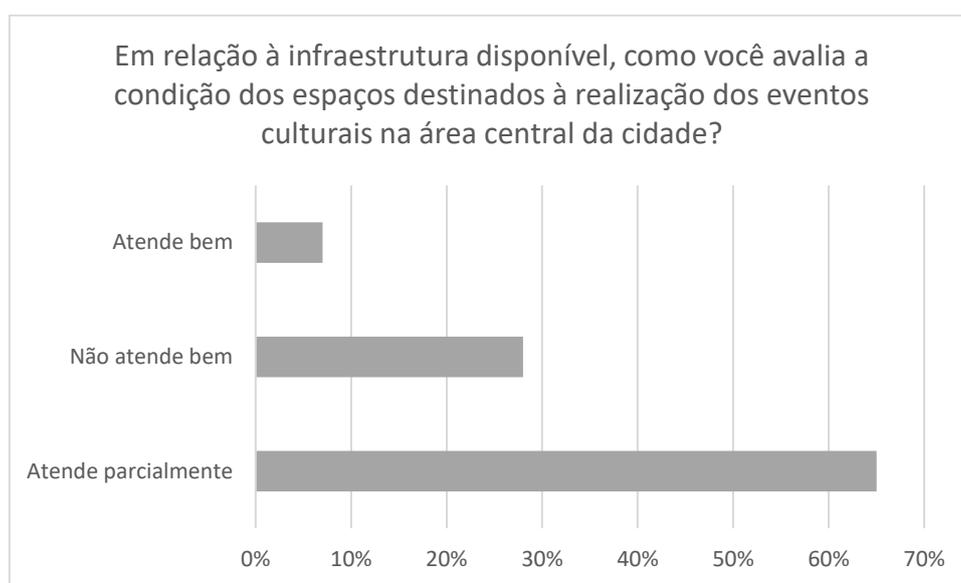
Quanto aos bens imóveis, o Conjunto Urbanístico da Matriz foi o mais citado em algumas respostas, pegando apenas um ou outro prédio individualmente; em outras, citando o conjunto histórico todo. A Igreja da Matriz, o Solar dos Sertões, o Centro Cultural e o Museu Regional do Norte de Minas foram os mais citados individualmente. Outras respostas contemplam a Praça da Matriz e o Corredor Cultural como o conjunto que são.

Fora desse núcleo central, foram citados: o Mercado Municipal, a Igreja do Morrinhos, o Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernandez, as Praças da Catedral e dos Jatobás, os parques municipais e a Lagoa Interlagos, a popular Lagoa da Pampulha. Essas respostas demonstram que a população vê como símbolo da cidade não apenas o núcleo histórico. Percebe-se que há uma relação de aproximação com outros elementos que também são importantes para a cidade e sua gente.

Em relação ao grau de satisfação quanto à infraestrutura dos locais disponíveis para atividades culturais, museus, centros culturais e galerias existentes no Centro (Gráfico 7), 65% dos respondentes avaliaram as condições como atendendo apenas

parcialmente as necessidades exigidas para a boa realização dos eventos. Outros 28% consideram que a infraestrutura disponível não atende bem à demanda dos eventos/espacos do público que participa e apenas 7% estão satisfeitos com as condições disponíveis atualmente.

Gráfico 7: Grau de satisfação quanto à infraestrutura dos espaços culturais.

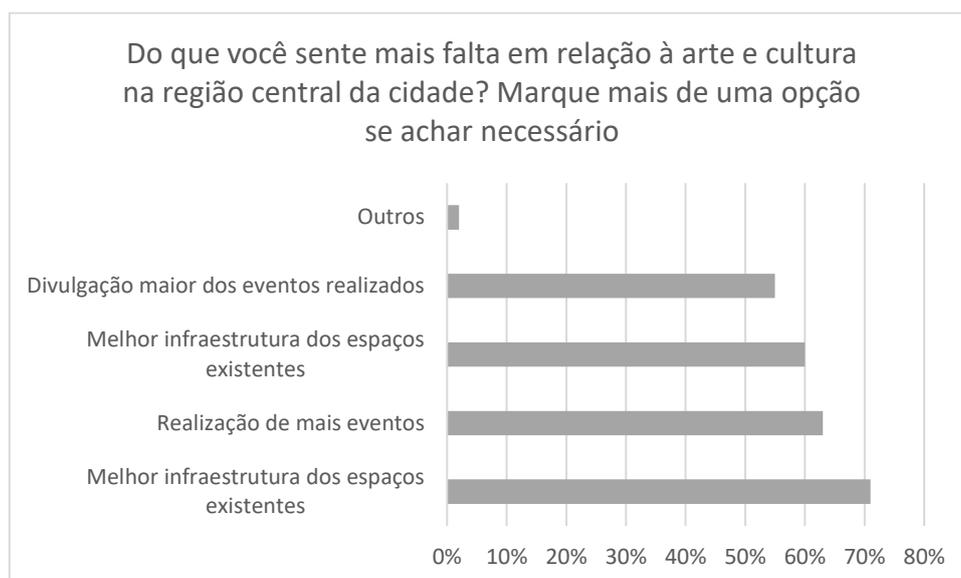


Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora, 2021.

Uma questão apontada nas respostas foi quanto à conexão dos espaços durante a realização das festas, sobretudo as Festas de Agosto, que acontecem no entorno da Praça da Matriz e Corredor Cultural, com palcos posicionados em diferentes pontos. Os questionados apontam a falta de conexão entre os pontos, gerando aglomerações de grupos diferentes em cada um deles. Outra questão importante foi quanto ao posicionamento do palco principal, que fica na esquina da rua que leva da Praça da Matriz ao Corredor Cultural.

Foi então perguntado do que eles sentem falta no aspecto dos eventos de arte e cultura em geral da região central (Gráfico 8), podendo apontar mais de uma opção de resposta de acordo com aquilo que percebem. A maioria das respostas, 71% delas, assinalou a questão da infraestrutura dos locais que já existem e dos eventos que já são realizados, como apontado na questão anterior.

Gráfico 8: O que pode ser melhorado em relação à arte e cultura da cidade.



Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora, 2021.

A quantidade de eventos realizados também foi um ponto importante apontado pelos respondentes, totalizando 63% das respostas. Pode haver uma relação entre essa falta com a qualidade e alcance das divulgações desses, já que a divulgação também foi apontada como um ponto falho na questão cultural da cidade, com 55% dos respondentes concordando nesse aspecto.

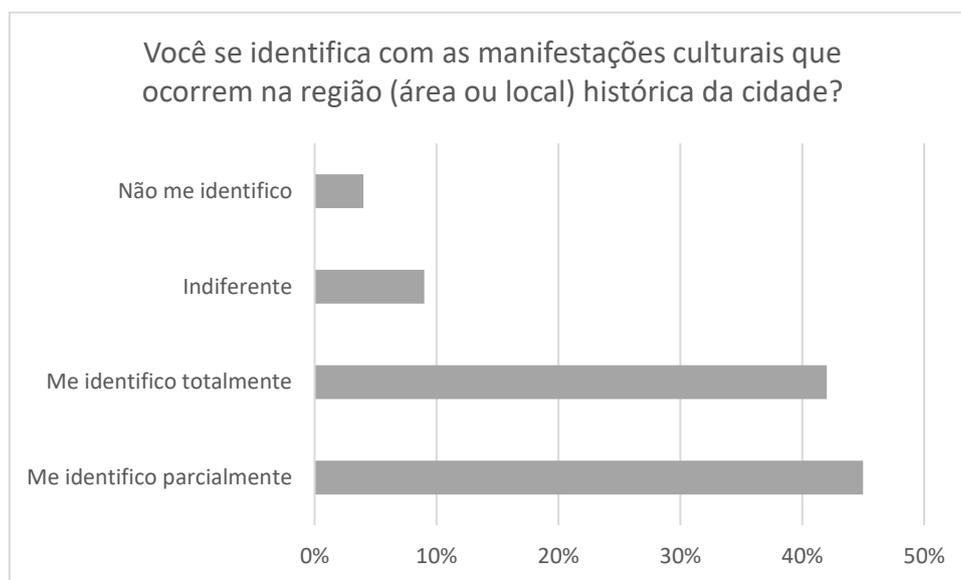
Os locais de apresentação também receberam uma atenção maior das respostas. 60% dos pesquisados consideram que deveria haver mais locais destinados à realização de atividades culturais.

O Centro Cultural Hermes de Paula é referência não só para a cidade como também para a região do Norte de Minas. O Centro Cultural é o espaço onde os artistas da cidade, da região ou de outros lugares podem mostrar sua arte, levando a oportunidade de a população montes-clarense ter acesso ao lazer cultural (MONTES CLAROS, 2015). O Centro Cultural é palco de apresentações musicais, teatrais, de dança, poesia e exposições artísticas diversas, como pinturas, fotografias e esculturas, dos artistas locais ou regionais.

Quanto à relação de identidade entre a população e os objetos culturais símbolos da cidade (Gráfico 9), percebe-se que há uma aproximação dos indivíduos com as manifestações tradicionais, alguns se identificando apenas em alguns aspectos (45%), outros se identificando totalmente (43%), mas não deixa de ser uma forma de se enxergar na cultura da cidade.

Gaeta (2010) sugere que a busca da identidade pressupõe o apego sentimental de um indivíduo com o meio, além da paixão pela arte, a própria história local. São valores que despertam a memória afetiva da população local e que levam à busca pela preservação desses símbolos.

Gráfico 9: Relação de identidade entre a população e a cultura da cidade.

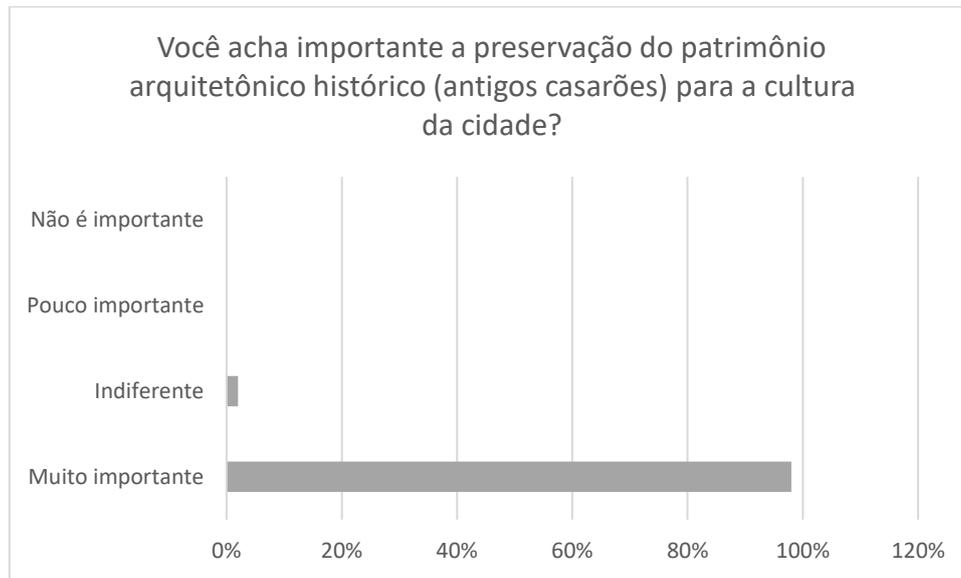


Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora, 2021.

A relação de afetividade entre o homem e os lugares de memória é construída no cotidiano, nos pequenos gestos que dão vida, sentimento, realçam a sua cultura (REIS, 2011). Ainda segundo a autora, Montes Claros é um lugar de memória, expressa nos seus edifícios históricos, nos documentos e arquivos que dizem quem é o povo que aqui vive.

Seguindo o tema abordado, perguntou-se o que os participantes da pesquisa pensam sobre a preservação do patrimônio histórico arquitetônico da cidade (Gráfico 10). Foi quase unanimidade entre os participantes considerar muito importante a preservação do patrimônio histórico arquitetônico montes-clarense (98%). Apenas 2% veem com indiferença essa preservação.

Gráfico 10: O que os pesquisados acham da preservação do patrimônio arquitetônico da cidade.



Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora, 2021.

Os benefícios da preservação e recuperação dos bens históricos para uma cidade vão além de uma mera questão estética da paisagem urbana. Valiati (2009) fala dos benefícios gerados pelos equipamentos históricos e culturais em termos de melhoria da segurança pública, do ambiente urbano, da sustentabilidade, do valor cultural que é herança para gerações futuras e mesmo do valor histórico e simbólico gerado no local.

Estudiosos apontam, entretanto, o cuidado que se deve ter ao tratar das recuperações, reformas, reabilitações ou restaurações dos monumentos históricos. Os profissionais responsáveis (arquitetos, historiadores, engenheiros, urbanistas) devem estar atentos aos processos de intervenção, buscando respeitar e preservar ao máximo as características originais da edificação, e seguir com fidelidade a essência material, evitando restaurações que sejam apenas uma máscara visual sobre a história do elemento (ALVES; SOUSA DE DEUS, 2020).

Sobre o patrimônio imaterial da cidade (Gráfico 11), também 98% dos participantes consideram a preservação desses bens como sendo muito importantes. Os 2% dos pesquisados veem com indiferença a preservação do patrimônio imaterial montes-clarense.

Gráfico 11: O que os pesquisados acham da preservação do patrimônio imaterial da cidade.



Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora, 2021.

Batista e Mendes (2017) ressaltam as expressões culturais imateriais como formas de expressar valores e ideias entre indivíduos ou grupos, o que reforça os laços de convivência e promove a boa relação entre os povos apesar de suas diversidades.

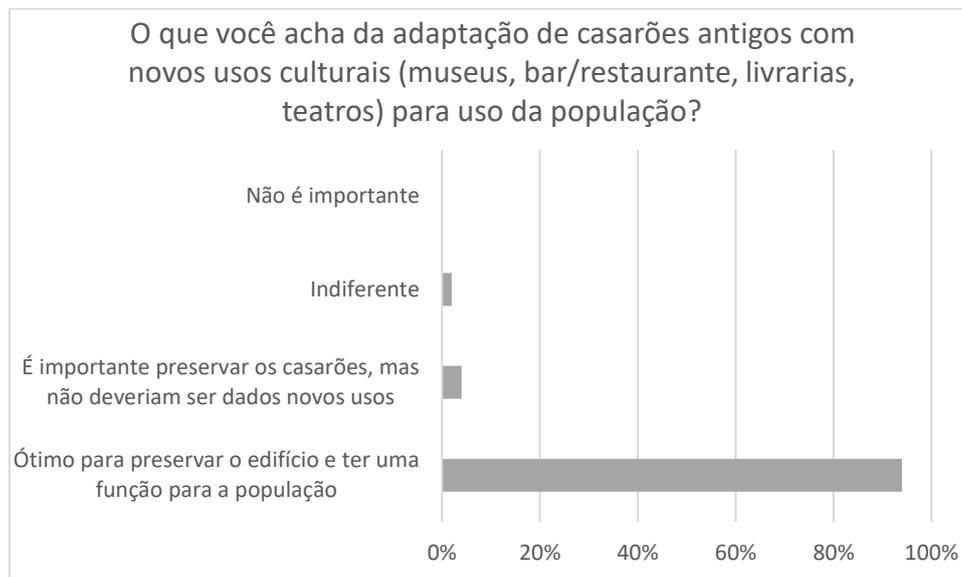
A UNESCO reforça essa ideia e explica:

Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003, s/p.).

No contexto das novas funções dadas ao patrimônio arquitetônico, segundo Scarlato (2013), a essência das relações que contextualizam a vida urbana nas cidades está justamente enraizada nesse patrimônio ressignificado, reutilizado.

Foi questionado aos participantes da pesquisa como eles enxergam as transformações do patrimônio material, traduzidas nas novas utilizações que passam a ter os edifícios históricos (Gráfico 12). Entre as repostas, 94% são de pessoas que consideram a (re)funcionalização dos edifícios históricos uma ótima forma de preservar o patrimônio arquitetônico e ao mesmo tempo trazer benefícios para a população por meio dos novos usos a que são destinados, sendo eles comerciais, institucionais ou voltados para atividades de caráter cultural.

Gráfico 12: Qual a opinião da população sobre os novos usos dados aos edifícios históricos.



Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora, 2021.

Uma parcela dos participantes, 4%, acha que é importante a preservação dos edifícios históricos, mas discordam quanto a dar uma nova utilização para eles; ainda, 2% é indiferente quanto à preservação por meio de novas funções.

Além das mudanças da estrutura física do prédio, que deve ser avaliada, recuperada e oferecida de acordo com as exigências de público a serem atendidas, Valiati (2009) ressalta que os benefícios da reabilitação do patrimônio arquitetônico histórico por meio dos valores culturais são muito maiores. O autor destaca a qualidade estética da área beneficiada, a valorização capital do equipamento, os valores culturais e simbólicos aos bens e atividades ali reunidos, bem como melhorias no espaço urbano.

As transformações do espaço ao longo do tempo são inevitáveis, mas considerar a dimensão social, os valores de uso pela população e levar em conta que esses indivíduos são parte importante na tomada de decisões é essencial no momento de definir a que uso será destinado tal equipamento urbano (HIDALGO, 2010).

Corroborando a ideia anterior, segue este raciocínio:

Podríamos decir que el patrimonio en su origen, poseen un significado inicial vinculado principalmente a su función, pero éste a lo largo de la vida del mismo puede ir cambiando, ser enriquecido y construido con el cruce de diversas miradas; e incluso es factible que se pierda con el transcurso del tiempo. Estas

particularidades son las que transforman el significado inicial en significado cultural (MANZINI, 2011, p.28).⁹

Os processos de requalificação urbana, segundo Trindade Júnior (2013), expressam as novas funcionalidades dadas aos edifícios antigos como fundamentais para o bom funcionamento das intervenções urbanas realizadas. A ocupação de antigos casarões por bares e restaurantes formam um complexo de lazer, turismo, entretenimento e cultura por meio das intervenções realizadas.

Os novos usos a que são destinados os edifícios históricos em Montes Claros faz com que eles sejam revalorizados no contexto urbano, sendo reformados, recuperados e recebida uma função importante para a sociedade. Passam a ser mais do que apenas uma construção antiga, mas um objeto funcional no meio urbano. Como ressalta Pérez (2018, p.33): “La conservación de los monumentos se beneficia siempre con la dedicación de éstos a un fin útil a la sociedad”¹⁰.

Considerando a perspectiva de que os lugares do espaço urbano são lembranças dos fatos passados, referências da vida da cidade e da comunidade (SORIANO, 2006), perguntou-se aos participantes da pesquisa o quanto eles conhecem sobre a história do patrimônio arquitetônico do Centro Histórico (Gráfico 13).

Dos questionados, 71% conhecem a história dos antigos casarões da cidade, seja estudando o conjunto urbanístico como um todo (14%), ou apenas parcialmente, de um ou outro edifício histórico (57%). Os outros 29% relatam não conhecerem a história por trás das edificações, apesar de reconhecerem a importância deles para a cidade e para sua população.

Os lugares de memória expressam temporalidades da vida coletiva, representam identidades individuais e de grupos, refletem experiências cotidianas e ajudam a construir parâmetros de ações presentes baseadas nos sentidos trazidos do passado (CASTRO; MAGALHÃES, 2020).

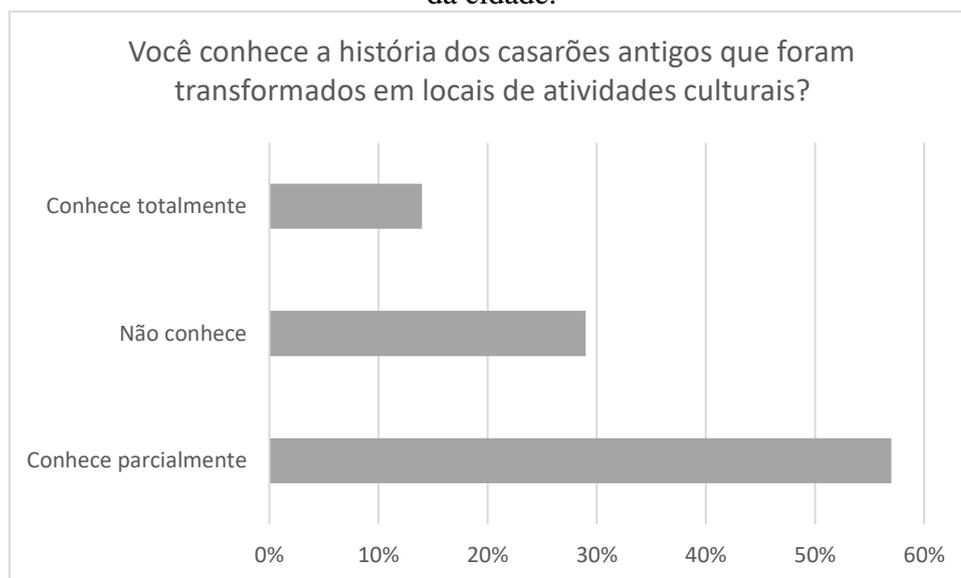
Yunes (2010) instrui sobre a presença de museus e outros espaços culturais principalmente nos centros históricos como sendo uma consequência justamente do valor patrimonial e da disponibilidade desses espaços, geralmente públicos. O autor relata sobre

⁹ Em tradução livre da autora: Poderíamos dizer que o patrimônio, na sua origem, tem um significado inicial ligado principalmente à sua função, mas ao longo da sua vida pode mudar, ser enriquecido e construído com o cruzamento de diferentes olhares; e é até possível que se perca com o tempo. São essas particularidades que transformam o significado inicial em significado cultural.

¹⁰ Em tradução livre da autora: A conservação dos monumentos se beneficia sempre com a destinação desses a um fim útil para a sociedade.

os equipamentos culturais estarem instalados em antigas residências, palácios, sedes de instituições públicas ou solares como uma opção para unir o significado histórico do centro fundador das cidades, e uma forma de dar um retorno para a população, na forma de um equipamento que vai trazer benefícios educativos, econômicos, culturais e sociais.

Gráfico 13: O quanto a população conhece a história do patrimônio arquitetônico da cidade.



Fonte: Dados da pesquisa. Organização da autora, 2021.

Para realizar intervenções sobre a história arquitetônica, deve-se considerar que ela chega até o presente já tendo passado por sucessivas intervenções políticas ou socioculturais; considerar, também, os processos constantes de ida e vinda da memória do homem, a vida cotidiana e as atividades realizadas (GUILLEN; ROSALES, 2017; ALVES; SOUSA DE DEUS, 2020).

As propostas de revitalização ou requalificação urbana devem ser pensadas pela perspectiva de redefinição de toponímias, reinventando os usos e apresentando os espaços com qualidade melhorada, que vão adquirir novas funções e novos territórios, palco de relações que não são mais aquelas que antes se faziam presentes (TRINDADE JÚNIOR, 2013).

Quando um povo conhece sua história, eles se reconhecem como indivíduos e como comunidade, assim, devem-se observar suas ações para não repetir erros do passado ou seguir os caminhos que não deram certo. A análise dos dados obtidos com os questionários permitiu notar que a população montes-clarense conhece seu patrimônio cultural material e imaterial, seja em grau de conhecimento maior ou menor, mas existe

a noção de sua presença. Notou-se, também, a relação de identidade das pessoas para com a cultura local, na presença das festas tradicionais e na história dos edifícios que marcam a origem da cidade.

É importante esse reconhecimento de seu patrimônio como forma de reconhecer sua própria identidade, a história da cidade, da sociedade, uma vez que permite entender o passado, colocar em prática as ações de preservação no presente para garantir a perpetuação da memória social para as gerações futuras.

3.3.2 – Posição da gestão municipal frente ao patrimônio da cidade

Para entender o papel do município nas questões culturais, quais os incentivos atuais para a cultura da cidade e quais os projetos futuros, foi elaborado um roteiro com perguntas semiestruturadas para ser aplicado para os responsáveis pelo setor cultural da cidade. A entrevista foi realizada de forma *on-line* com Maria¹¹, Gerente do Setor de Preservação e Promoção do Patrimônio Cultural de Montes Claros, da Secretaria Municipal de Cultura. A realização da pesquisa com um gestor responsável pelo setor cultural da cidade intenta buscar entender os planos e projetos municipais em relação a esse setor, tendo, na pessoa da gerente, as informações necessárias para responder aos questionamentos sobre o tema.

No primeiro questionamento, perguntou-se o que o poder público municipal tem feito na realização dos eventos culturais da cidade e na busca da melhoria deles. A gerente relata que os eventos de cunho cultural são promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

A responsável pelo setor cultural cita as Festas de Agosto como a mais importante manifestação cultural, popular e tradicional do município, e relata uma versão histórica de origem da festividade, que se deu em 1839, quando um senhor da comunidade solicitou licença de sua freguesia para recolher esmolas para a realização de uma festa em homenagem à Nossa Senhora do Rosário e ao Divino Espírito Santo, posteriormente, homenageando também a São Benedito. Segundo a gestora, a Prefeitura Municipal apoia financeiramente os grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos, juntamente com algumas ONGs responsáveis pelos grupos.

¹¹ Para preservar a identidade do entrevistado, o nome utilizado é fictício.

A responsável pelo setor conta que

Paralelamente às Festas de Agosto de Montes Claros, a Prefeitura de Montes Claros, por meio da Secretaria de Cultura, realiza o Festival Folclórico de Montes Claros, com palanque, som e iluminação na Praça Dr. Chaves, onde são realizados shows e espetáculos musicais, dentre outros, noite adentro, e onde são instaladas barracas com comidas e bebidas típicas (MARIA, 2020, informação escrita).

A gestora fala sobre a Festa Nacional do Pequi como um evento de grande importância cultural para a cidade. Outros eventos, como a festa de virada de ano, o *Réveillon* da Lagoa, também são de responsabilidade de realização da Secretaria de Cultura.

Foi questionado quais são as medidas da gestão municipal para preservação dos bens imóveis. A gerente comenta sobre as leis municipais que definem quais são os elementos a serem contemplados e orientam quanto às medidas de preservação desse patrimônio.

Na cidade, a primeira lei de proteção ao patrimônio cultural é do ano de 1985, o Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Montes Claros – IPAC, realizado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG, e contempla áreas de história, arquitetura, bens móveis, artes aplicadas, espeleologia e arqueologia.

A gerente comenta sobre a criação, posteriormente, do COMPHAC, Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Montes Claros, por meio da Lei nº 2.705, de 22 de abril de 1999. O Conselho foi uma iniciativa de Simeão Ribeiro Pires, juntamente com Arthur Jardim de Castro Gomes e do historiador Virgílio Abreu de Paula.

Entre outras atribuições, compete ao COMPHAC:

I - propor o tombamento dos bens culturais, históricos, naturais e artísticos, de propriedade pública ou particular, existentes no município, que, dotados de valor cultural, histórico, estético, arquitetônico, natural, filosófico ou científico, justifiquem o interesse público na sua preservação;

[...]

V - propor planos de execução de serviços e obras ligados à proteção, conservação ou recuperação de bens, definidos no inciso I do artigo 4º desta Lei, sempre que o orçamento do município permitir;

VI - exercer ações de fiscalização técnica sobre os bens tombados pelo município;

[...]

IX - promover e estimular a realização de ações educativas, de identificação, valorização e proteção dos bens culturais, junto à sociedade e a instituições de natureza pública ou privada; (MONTES CLAROS, 1999, s/p.).

A gerente lista algumas das edificações que atualmente estão passando por restaurações ou por processos para serem adquiridas pelo município para então serem restauradas. O Sobrado dos Teles de Menezes (Figuras 25, 26 e 27), atual Sobrado do PROCON, situado na Rua Justino Câmara, nº 93, está passando por restauração liderada por empresa especializada, que também foi responsável pelas obras do Sobrado dos Maurício-Versiani e do casarão da FAFIL (Figuras 28 e 29); o Sobrado dos Gomes, na Rua Justino Câmara, nº 115, está em fase final de aquisição e receberá o Museu Municipal da Imagem e do Som Pró-Memória de Montes Claros.

Alguns benefícios fiscais também são apontados pela gestora, como a isenção de pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, aos proprietários de bens tombados, desde que eles zelem pela sua conservação. A entrevistada destaca que são os proprietários das edificações tombadas os responsáveis pela sua conservação, obras de intervenção e restauração, mas que muitos não conseguem ter os recursos necessários para manter essa preservação, levando à busca pela venda do imóvel ou até ao abandono desse.

Figura 25: O Casarão dos Teles de Menezes em segundo plano, em foto do ano de 1950.



Fonte: Maria das Dores Guimarães Gomes, disponível em <<https://www.facebook.com/dorzinhabaleiro/photos>>, 2017.

Figura 26: O casarão dos Teles de Menezes antes do processo de restauração que foi iniciado em 2020.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Figura 27: Processo de restauração iniciado no casarão Teles de Menezes, atual Sede do PROCON.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

Figura 28: O antigo Casarão da FAFIL, sem data.



Fonte: Maria das Dores Guimarães Gomes, disponível em <<https://www.facebook.com/dorzinhaleiro/photos>>, 2014.

Figura 29: O Casarão da FAFIL após restauração, atualmente sede do MRNM.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

A Igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São José (Figura 30), desde a sua construção em 1769, já passou por diversas reformas e descaracterizações, tendo a reforma de 1940 alterado o seu estilo arquitetônico e, em 1999, outros elementos, inclusive sua pintura, foram descaracterizados (PRATES *et al.*, 2015).

Uma mais recente obra de restauração da Igreja Matriz é comentada pela responsável (Figura 31). Os recursos para as obras provêm da Arquidiocese de Montes Claros e dos próprios fiéis. A gerente cita outras construções religiosas da cidade que também passaram por reformas, ainda que essas não se encontrem na área de estudo delimitada, mas que são símbolos importantes e tombados pelo município. A Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida, a Capela Nosso Senhor do Bonfim e a Igreja do Bairro Morrinhos também passaram por reformas financiadas pela Arquidiocese, contribuições de fiéis e recursos provindos de eventos beneficentes, como feijoadas e rifas.

Figura 30: A Igreja da Matriz antes das reformas que a descaracterizaram, sem data.



Fonte: IHGMC, disponível em <https://www.ihgmc.art.br/revista_volume11.html>, 2006.

Figura 31: Igreja da Matriz após últimas reformas.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

Um ponto levantado pela gerente foi da população cobrando da Prefeitura Municipal a reforma do antigo prédio do Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernandez. No entanto, a responsabilidade de restauração do prédio, nesse caso, compete ao Estado e não ao Município.

Gaeta (2010) comenta sobre as competências municipais do patrimônio local em questão. Para o autor, a autonomia municipal é que define as prioridades de preservação, identificando os objetos cabíveis de tombamento e na criação de leis específicas que orientam quanto às atribuições necessárias. Cabe ao município se apossar de sua história, reconhecer seus valores, tomando para si a responsabilidade de tombamento local, deixando ao estado os bens de interesse supra municipal (GAETA, 2010).

Segundo a gerente, alguns prédios particulares, mas tombados pelo Decreto Municipal, já passaram ou vão passar por reformas financiadas pelos seus proprietários com apoio de empresas locais e serão destinados a usos de caráter cultural. São eles:

- a) Sobrado dos Mendes, situado na Praça Doutor Chaves, nº18/22, que receberá o Museu da Telefonia de Montes Claros;
- b) Palácio de Santa Cruz, o Palácio Episcopal, situado na Praça Doutor Chaves, nº 52;
- c) A Cachaçaria de Durães, na Rua Justino Câmara, nº 69, reformada pelo proprietário e atualmente é a Casa do Mandato (Figuras 32 e 33);
- d) O Solar dos Sertões, na Praça Doutor Chaves, nº 152, que está em fase final de restauração pelo CAA.

Figura 32: Antiga Cachaçaria de Durães, sem data.



Fonte: Maria das Dores Guimarães Gomes, disponível em <https://www.facebook.com/dorzinhabaleeiro/photos>, 2021.

Figura 33: Antiga Cachaçaria de Durães, atual Casa do Mandato.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

Quanto aos desafios enfrentados pelo município em relação à proteção do patrimônio cultural, a gestora diz que há problemas e dificuldades de todas as ordens, complexas ou específicas, desde as solicitações de tombamento até as análises, avaliações e deliberações do COMPHAC.

A gestora fala ainda sobre a abrangência do patrimônio cultural, os bens móveis e imóveis, manifestações culturais, cultos e tradições que têm importância histórica, artística, cultural e ancestral, de valor único para a comunidade. Referindo-se à população, a responsável pela Preservação e Promoção do Patrimônio Cultural faz o seguinte apontamento:

É obrigação de todas as pessoas da comunidade, de toda a população da cidade ou município, incluídas empresas em geral (grandes, médias, pequenas...), entidades, instituições, ajudar a preservar, resgatar, restaurar, manter, transmitir e deixar todo esse rico legado às gerações futuras!... (MARIA, 2020, informação escrita).

E ainda: “Somente com o conhecimento e sinais do passado preservados se faz com sabedoria e segurança o presente, com o olhar claro e consciente voltado ao futuro!... O passado sempre presente, para que o porvir possa ser pleno!!” (MARIA, 2020, informação escrita). A compreensão da identidade cultural da cidade é determinada pela salvaguarda do seu patrimônio cultural, garantindo sua manutenção, promoção e

valorização contínua, respeitando seu passado e garantindo às futuras gerações a compreensão de sua comunidade.

Quando perguntada sobre o quanto acha importante a preservação do patrimônio arquitetônico histórico da cidade, a gerente considera que é de extrema importância. Nas palavras dela:

Os antigos sobrados e casarões, casas de feições tradicionais, de modo especial os localizados no Centro ou Núcleo Histórico da cidade, formado pela Praça Dr. Chaves, chamada popularmente de Praça da Matriz, e ruas adjacentes, “contam”, por si só, a história da cidade, por se situarem em seu Berço Histórico, nascedouro, parte mais que importante, imprescindível, para a Identidade Cultural do Município!... (MARIA, 2020, informação escrita).

A gestora comenta sobre as edificações de estilos tradicionais inventariadas pelo Estado, por meio do IEPHA, ou pelo Município, pela empresa especializada em patrimônio histórico. Tais edificações estão listadas no Inventário como Tombamento Prévio, não podendo ser demolidas ou sofrer qualquer tipo de descaracterização.

Sobre as novas funções a que são destinados os edifícios históricos restaurados, a gerente é da opinião de que esse é um ótimo meio para preservar o edifício e ao mesmo tempo devolver algo funcional para a população.

A adaptação de antigas edificações – incluídos sobrados, casarões, casas de feições tradicionais – para novos usos culturais, como museus, barzinhos culturais, livrarias (de modo especial que pudessem disponibilizar, para venda, livros de cunho histórico, de historiadores do passado e do presente), teatro etc., é mais do que importante, é natural (MARIA, 2020, informação escrita).

A gerente comenta sobre alguns exemplos já presentes na cidade, como o Sobrado dos Maurício-Versiani, que desde 2012 funciona como sede da Secretaria de Cultura; o Sobrado da FAFIL, hoje Museu Regional do Norte de Minas; o Sobrado dos Gomes (Sobradinho), que atualmente é a Copiadora e Encadernadora Montes Claros (Figuras 34 e 35) e que, posteriormente, será o Museu da Imagem e do Som Pró-Memória de Montes Claros; o prédio da antiga Cachaçaria de Durães, que hoje é a Casa do Mandato; o Sobrado de Dulce Sarmiento, localizado no Corredor Cultural, que já foi pensão, residência da pianista Dulce Sarmiento e, desde 2017, quando foi adquirido pelo Município, é sede do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros – IHGMC (Figuras 36 e 37).

Figura 34: Foto antiga da Rua Justino Câmara, sem data, mostrando o Sobrado dos Gomes (ao meio) e o Sobrado do Teles de Menezes (ao fundo).



Fonte: Maria das Dores Guimarães Gomes, disponível em <<https://www.facebook.com/dorzinhabaleeiro/photos>>, 2013.

Figura 35: Sobrado dos Gomes, atual Encadernadora Montes Claros e futura sede do Museu da Imagem e do Som Pró-Memória de Montes Claros.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

Figura 36: Antigo Sobrado de Dulce Sarmento, sem data.



Fonte: IHGMC, disponível em < http://www.ihgmg.art.br/revista_volume18.htm>, 2017.

Figura 37: Antigo Sobrado de Dulce Sarmento, atual prédio do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Em referência à legislação municipal que regula e orienta a preservação do patrimônio da cidade, a gestora diz que ela é fundamental no sentido de preservar o patrimônio e impedir descaracterizações, demolições ou impactos gerados pela modernização da cidade. A gerente comenta que as diretrizes estão na Resolução nº 001

do COMPHAC, assinada pelo arquiteto Aliomar Veloso de Assis, a quem cabe autoria do projeto original do Corredor Cultural.

Além do patrimônio arquitetônico, a gerente cita a preservação do patrimônio ambiental tombado na cidade: o Morro Dois Irmãos, símbolo da cidade, inserido inclusive na bandeira e brasão municipais; e a Serra dos Montes Claros, popularmente conhecida por Serra do Mel. Esses bens naturais tombados pelos Decretos municipais estão sempre passando por vistorias e fiscalizações que impedem sua destruição ou construções que possam ser feitas na sua área de preservação.

Por fim, foi questionado sobre os planos e projetos da atual administração para os espaços existentes e para o setor de cultura da cidade. A gestora cita a aquisição do Sobrado Teles de Menezes, o Sobrado do PROCON, que já está em fase de restauração; a restauração do Sobrado dos Gomes para implantação do Museu da Imagem e do Som, em fase final de negociação; a recuperação e revitalização da Praça Doutor Chaves, que já está em fase de obras desde 2020, mas paradas devido à crise pandêmica; reformas do Centro Cultural Hermes de Paula, do Mercado Municipal e da Casa do Artesão, na Rua Andradita, nº 681.

Nas palavras da gerente: “Muitos outros espaços culturais mais!... Para o setor de Cultura, estão previstas ações culturais propriamente ditas, que realmente engrandecem ainda mais a sua magnífica cultura!” (MARIA, 2020, informação escrita).

É de fundamental importância a atuação da administração municipal sobre os patrimônios culturais material e imaterial da cidade, dessa forma, protege seus bens patrimoniais e contribui para o desenvolvimento social, econômico e cultural dessa urbe. As políticas de preservação, a criação de leis, estabelecimento de decretos e diretrizes de proteção, bem como os benefícios fiscais atribuídos aos proprietários são ações que garantem a salvaguarda desse patrimônio.

A entrevista realizada com a gerente responsável pelo setor de Preservação e Promoção do Patrimônio Cultural de Montes Claros permitiu conhecer um pouco sobre o que a gestão municipal já realizou até o momento, quais projetos estão sendo desenvolvidos atualmente e quais os planos para o futuro do patrimônio cultural e arquitetônico da cidade.

É importante que os responsáveis pela gestão municipal reconheçam o patrimônio da cidade e trabalhem com ações que garantam sua preservação e proteção. Cabe ainda ao Município garantir o acesso da população a esses bens, desenvolvendo políticas para levar educação cultural a todos os setores e classes da sociedade, garantindo que a própria

população reconheça a importância dos bens culturais e ela mesma tenha consciência da importância de sua história e sua proteção.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades estão em constante transformação, acompanhando o desenvolvimento econômico, humano e cultural. Por meio das dinâmicas sociais, econômicas e culturais, a tradição que compõe a história de um lugar possui fatores que contribuem vigorosamente na organização espacial urbana. Os espaços, territórios, paisagens e lugares são constantemente reinventados e, sobretudo, adaptados, para a época e a sociedade, essa última sendo agente diretamente das mudanças.

Essas transformações e reestruturações espaciais urbanas conduzem a uma nova composição dos centros urbanos, originando disso, também, as descentralizações e novos centros dentro do espaço urbano. Mudam-se as relações entre um centro e outro, e esses com a sociedade, formando uma cadeia de espaços complementares, com alguns locais possuindo funções mais específicas e definidas.

Nesse contexto, surgem as estratégias de *City Marketing* como instrumento de promoção da cidade. Baseados na criação de cenários que valorizem a imagem física da cidade, os administradores utilizam os planos de *City Marketing* e destacam os elementos históricos e simbólicos locais, promovendo ao público a sensação de encantamento ao usufruir de espaços tradicionais do povo e comuns a ele. Ao propor a reformulação desses espaços, a administração pública atua, principalmente, na estrutura arquitetônica e urbana do espaço, voltando seus projetos para as formas de apropriação do espaço público por sua sociedade, por meio da valorização dos elementos, especialmente os culturais, que os integram.

Ao considerar os centros históricos como núcleo de surgimento das cidades, este estudo se propôs a avaliar o papel deles nas dinâmicas culturais da cidade, por meio de sua reinvenção em objetos de valor cultural que carregam e perpetuam a história e memória de uma sociedade.

A análise sobre o espaço urbano proposta nesta pesquisa, que parte da perspectiva do patrimônio histórico cultural, permite avaliar os aspectos relevantes para o urbanismo da cidade, dentre eles o uso e ocupação do solo, a especulação imobiliária, questões relacionadas à infraestrutura, saúde, segurança, áreas de geração de polos de viagem etc. Ainda assim, pôde-se associar o desenvolvimento de áreas culturais por meio do patrimônio arquitetônico histórico presente no espaço urbano, devido à própria infraestrutura já existente mas também por esses se destacarem como locais de

importância histórica, cultural, social, econômica, política e imobiliária no contexto urbano.

O propósito da execução deste estudo foi identificar o valor simbólico do patrimônio arquitetônico e cultural para a sociedade, em vistas da reconversão de edifícios históricos em meios de atividades culturais ou de outros usos funcionais, e por meio de qual modo esses elementos (re)funcionalizados influem no processo de reabilitação dos centros urbanos a partir das novas práticas de consumo, ou práticas culturais, desenvolvidas no local.

A análise espacial fez-se necessária para interpretar o modo como a população montes-clarense usufrui do entorno do Corredor Cultural e da Praça da Matriz, e como a (re)funcionalização age como integração entre os processos históricos e o presente. Dessa maneira, tal ação reformuladora mostrou-se essencial à manutenção de patrimônios arquitetônicos históricos de uma cidade, em especial Montes Claros, objeto principal desta pesquisa. Os prédios listados, antes em situação de degradação devido ao abandono, são restaurados e recompõem a paisagem urbana, trazendo usos funcionais para a sociedade montes-clarense.

Em tempos de pandemia, em que os edifícios se encontram fechados para visitação do público e os eventos são realizados por meio de *lives*, os meios de análise qualitativa foram empregados de maneira remota, por meio de questionários aplicados de forma *on-line*. Os resultados foram satisfatórios e espelharam o objetivo desejado, que era captar o pensamento coletivo a respeito da cultura local.

Ademais, com a pandemia da COVID-19, observou-se também o fenômeno de fechamento de prédios públicos que abarcam o lazer e cultura da população montes-clarense, que ficou restrita aos eventos transmitidos via internet e, dessa maneira, não se perdeu a continuidade das festas tradicionais, como as Festas de Agosto. O desenvolvimento tecnológico favoreceu a manutenção da cultura da cidade, um ponto positivo em meio às dificuldades promovidas pela pandemia.

O resgate do sentimento de identificação com a cultura local se mostrou importante nos resultados dos questionários aplicados, visto que a maioria da população local se identifica com a cultura apresentada na cidade. Os questionados acreditam que a cultura é um fator de extrema importância e deve ser preservada. A metodologia aplicada foi capaz de mapear, ainda, o grau de conhecimento da população com relação à história dos patrimônios arquitetônicos, mostrando que, ainda que parcialmente, tem-se um conhecimento sobre suas histórias.

Tendo em vista os resultados das análises, também foi possível identificar o nível de preocupação dos órgãos de gestão pública, na esfera municipal, com relação à preservação dos patrimônios arquitetônicos históricos. A realização de eventos culturais que promovem a cultura local é de interesse dos gestores que, além disso, buscam se atentar às leis de preservação do patrimônio público como um todo, inclusive do Centro Histórico.

Apesar do reconhecimento demonstrado pela população quanto ao seu patrimônio e da legislação existente que visa garantir a proteção patrimonial, ficou evidente que os instrumentos urbanísticos de preservação ainda são insuficientes, visto a grande necessidade de reformas, manutenção, valor imobiliário agregado ao edifício e outros fatores que interferem na salvaguarda dos bens culturais.

O interesse governamental em restaurar o patrimônio público e a vontade da população em se aprofundar em suas raízes são agentes de formação de uma nova consciência (re)funcionalizadora. É de fundamental importância que essa equação seja replicada e alimentada, com o fortalecimento conjunto entre Estado e Povo.

Embora o estudo não aborde todos os índices possíveis que envolvem a configuração e (re)funcionalização do patrimônio arquitetônico urbano, os critérios aqui abordados demonstram a sua importância social, cultural e econômica. Com isso, apresenta-se aqui um primeiro passo, cuja intenção é contribuir para o debate sobre o patrimônio cultural de Montes Claros e que possibilite a criação de mecanismos e ferramentas de planejamento urbano voltados para a educação e urbanismo cultural do município.

Compreender a relação entre o espaço físico e o sentimento de pertencimento ao lugar que a sociedade desenvolve é fator crucial para reescrever novas formas de se utilizarem patrimônios arquitetônicos como um centro histórico, de modo que eles continuem sendo de suma importância para a memória coletiva. Sociedade e espaço caminham juntos para construir uma cidade em todas as suas acepções, que trazem consigo a cultura e a história de um lugar e de suas pessoas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MONTES CLAROS - ACI/MOC. **Montes Claros: potencialidades**. Montes Claros: Unimontes, 2008. 88p.

ALVES, Rahyan De Carvalho; SOUZA DE DEUS, José Antônio. Memória, afeição ao lugar e política: um olhar sobre o patrimônio em seus enredos derivados da geograficidade humana. **Revista Cerrados**, v. 18, n. 01, p. 352-372, 30 jun. 2020.

ARRUDA, Jerúsia. Casarão da Fafil será transformado em museu histórico. **Jornal O Norte**, Montes Claros, 13 de julho de 2007. Disponível em < <https://onorte.net/cultura/casar%C3%A3o-da-fafil-ser%C3%A1-transformado-em-museu-hist%C3%B3rico-1.524508>>. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

ARRUDA, Jerúsia. Arte fazendo história: Festa Nacional do Pequi volta a movimentar o cenário cultural montesclarenses. **Jornal O Norte**, Montes Claros, 17 de outubro de 2007. Disponível em < <https://onorte.net/cultura/arte-fazendo-hist%C3%B3ria-festa-nacional-do-pequi-volta-a-movimentar-o-cen%C3%A1rio-cultural-montes-clarenses-1.526490>>. Acesso em: 25 de outubro de 2020.

BATISTA, Danillo Lisboa; MENDES, Paula Graziela. Encontro com a diversidade cultural e a constituição da ética: a experiência do Grupo Fitás. **Revista Intercâmbio**, v. 8, p. 148-162, 2017.

BEIGUELMAN, Giselle. **Coronavida: pandemia, cidade e cultura urbana**. São Paulo: ECidade, v.8, 2020. 44p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019. 577 p.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 102 p.

CALDEIRA, Altino Barbosa. (Org.). **A paisagem cultural de Montes Claros e região**. Montes Claros: Unimontes, 2016. 268 p.

CAMPOS, Arturo Balandrano; VALERO PIÉ, Valeria; ZICCARDI, Alicia. **Conservación y desarrollo sustentable en Centros Históricos**. 1. ed. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2016. 340 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007. 123 p.

CARSALADE, Flávio de Lemos. A ética das intervenções. In: MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; ARAÚJO, Guilherme Maciel; ASKAR, Jorge Abdo. (Org.) **Mestres e conselheiros: manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: IEDS, 2009, p. 76-90.

CASTRO, Bernadete Aparecida Caprioglio de; MAGALHÃES, Beatriz. Lugares de memória - narrativas, itinerário e patrimônio cultural. **PatryTer**, v. 3, n. 6, p. 121-134, 2020.

CARTA DE VENEZA. *In*: II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos. Veneza, maio de 1964. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 29 de maio de 2020.

CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS - CAA. CAA/NM dá prosseguimento à restauração do Solar dos Sertões. **CAA**, 02 de dezembro de 2006. Disponível em < <https://www.caa.org.br/biblioteca/noticia/caanm-da-prosseguimento-restauracao-do-solar-dos-sertoos>>. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2014. 307 p.

CHUVA, Márcia; LAVINAS, Laís Villela. O Programa de Cidades Históricas (PCH) no âmbito das políticas culturais dos anos 1970: cultura, planejamento e nacional desenvolvimentismo. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 75-98, 2016.

COELHO, Teixeira. (Org.). **A Cultura pela Cidade**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008. 190 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. Quem produz o espaço urbano? *In*: CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4.ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. Monumentos, política e espaço. *Scripta Nova*. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona, v. 9, n. 183, p. 181-204, 2005.

CORREDOR Cultural Padre Dudu pode virar pólo de investimentos em artes, lazer e turismo. **Minas News**, Norte de Minas, 20 de março de 2012. Disponível em <<https://www.minasnews.com/site/noticia/1271/montes-claros/norte-de-minas/corredor-cultural-padre-dudu-pode- virar-polo-de-investimentos-em-artes-lazer-e-turismo.html>>. Acesso em: 31 de outubro de 2020.

COTRIM, Dário Teixeira. Sobradão dos Versiani-Maurício. **Gazeta Norte Mineira**, Montes Claros, 26 de novembro de 2006. Disponível em < <https://www.gazetanortemineira.com.br/noticias/opiniao/sobrado-dos-versiani-mauricio>>. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

DENATRAN. **Frota de Veículos 2020**. Disponível em <<<https://infraestrutura.gov.br/component/content/article/115-portal-denatran/9484-frota-de-ve%C3%ADculos-2020.html>>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2020.

DOS SANTOS, Cilícia Dias. A formação e produção do espaço urbano: discussões preliminares acerca da importância das cidades médias para o crescimento da rede

urbana brasileira. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v.5, n. 1, p. 177-190, 2009.

FESTIVAL AGOSTO VIVO, 2020. Disponível em <<https://www.facebook.com/agostovivo>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2021.

FRANÇA, Iara Soares de. **A cidade Média e suas Centralidades**: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 2007. 283 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

FRANÇA, Iara Soares de; SOARES, Beatriz Ribeiro. Expressões de novas centralidades no espaço intra-urbano: a área central e o subcentro Major Prates em Montes Claros/MG. **Revista Cerrados**, v. 5, n. 01, p. 11-28, 2007.

GAETA, Antonio Carlos. Abordagem do patrimônio histórico de bens culturais arquitetônicos nos planos diretores de pequenos municípios. **Histórica**, v. 43, p. 1-17, 2010.

GOMES, Fernanda Silva. **Discursos contemporâneos sobre Montes Claros: (Re) estruturação urbana e novas articulações urbano-regionais**. 2007. 181p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

GÓMEZ, Manuel Marchena; RUBIO, Fernando Repiso. Turismo cultural: el caso de Sevilla. **Cuadernos de turismo**, n. 4, p. 33-50, 1999.

GUERREIRO, Maria Rosália. A Lógica Territorial na Gênese e Formação das Cidades Brasileiras; O Caso de Ouro Preto. **Urbanismo de origem portuguesa**, v. 3, p. 2-15, 2000.

GUILLEN, David Jiménez; ROSALES, Carlos Alberto Fonseca. **La ciudad, el patrimonio y su conservación como como medio de salvaguarda para el Centro Histórico de la Ciudad de Yuriria, Guanajuato**. 2017. Disponível em <https://www.academia.edu/34271189/La_ciudad_el_patrimonio_y_su_conservacion_Centro_Historico_de_la_Ciudad_de_Yuriria>. Acesso em: 19 de maio de 2020.

HIDALGO, Rodrigo. Los centros históricos y el desarrollo inmobiliario: las contradicciones de un negocio exitoso en Santiago de Chile. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 14, n. 331, p. 1-17, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

IPAC/MOC/MG. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais**. Montes Claros- Minas Gerais, 1985.

IPHAN. Patrimônio material. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>>. Acesso em 29 de maio de 2020.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. 510 p.

LEITE, Ana Caroline Guerhardt; Espíndula, Lidiane. A correlação de políticas públicas urbanas com o patrimônio histórico e natural: o caso de Manhumirim/MG. **Pensar Acadêmico**, Manhuaçu, v. 18, n. 3, p. 666-697, 2020.

LEITE, Marcos Esdras. **Geotecnologias aplicadas ao mapeamento do uso do solo urbano e da dinâmica da favela em cidade média: o caso de Montes Claros/MG**. 2011. 288 f. Tese (Doutorado em geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

LEITE, Marcos Esdras; PEREIRA, Anete Marília. Expansão territorial e os espaços de pobreza na cidade de Montes Claros. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2005.

LEMONS JÚNIOR, Clésio Barbosa; BORTOLOZZI, Arlêude. Patrimônio cultural em território urbano contemporâneo: o caso do Circuito Cultural Praça da Liberdade–Belo Horizonte (MG). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 2, p. 97-115, 2014.

MARIA. Entrevista com a administração responsável pelo setor cultural de Montes Claros- MG. Dezembro, 2020. Entrevistador: Paula Graziela Mendes. Montes Claros, 2020. As questões da entrevista encontram-se no Apêndice II desta dissertação.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.

MARTÍNEZ, I.; PERCARA, M. L. Patrimonio y paisaje urbanos en Argentina: caso del Barrio Candiotti Sul en Santa Fé (2001-2013). **PatryTer**, v. 1, n. 2, 2018.

MASCARENHAS DE JESUS, Gilmar Mascarenhas. Modernidade Urbana e Flexibilidade Tropical: as feiras livres na Cidade do Rio de Janeiro (1904-1934). **Geo UERJ**, 2, p. 29-42, 1997.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Políticas públicas e gestão do patrimônio histórico. **História em Revista**, v. 10, p. 1-11, 2004.

MEURER, Ênio de Jesus *et al.* **Administração do trânsito. Polos geradores de tráfego**. Curso tecnologia em gestão de trânsito, Universidade do Planalto Catarinense, 2005.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Cultura. **Praça da Liberdade: circuito cultural, arte e conhecimento**. Belo Horizonte: Secretaria do Estado de Cultura, Governo do Estado de Minas Gerais, 2012.

MONTES CLAROS, 1999. Lei nº 2.705, de 22 de abril de 1999. **Dispõe sobre a Política Cultural do Município de Montes Claros e dá outras providências**. Montes Claros, 1999. Disponível em <<https://portal.montesclaros.mg.gov.br/lei/lei-n-2705-de-22-de-abril-de-1999>>. Acesso em 13 de dezembro de 2020.

MONTES CLAROS, Prefeitura. **Montes Claros: Arte, tradição e fé.** Prefeitura de Montes Claros, 2015. 193 p.

MONTES CLAROS, 2016. **Diário Oficial Eletrônico do Município de Montes Claros.** Ano 4, n. 622, 2016.

MONTES CLAROS. Montes Claros. **Praça dos Jatobás em Montes Claros poderá ganhar feira livre.** Jornal Montes Claros, 30 de março de 2019. Disponível em <<https://jornalmontesclaros.com.br/2019/03/30/montes-claros-praca-dos-jatobas-em-montes-claros-podera-ganhar-feira-livre/>>. Acesso em 27 de dezembro 2019.

NIMER, Edmon; BRANDÃO, Ana Maria P. M. **Balanço hídrico e clima da região dos cerrados.** Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1989. 166 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA- UNESCO. In: Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Paris, 2003. Disponível em <<https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Brazil-PDF.pdf>>. Acesso em: 17 de outubro de 2020.

PACELLI, Shirley. A Cultura Viva das Festas de Agosto. **O Tempo**, Montes Claros, 13 de agosto de 2019. Disponível em <<https://www.otempo.com.br/turismo/a-cultura-viva-das-festas-de-agosto-1.2221636>>. Acesso em: 25 de outubro de 2020.

PÁRAMO, Pablo. Aprendizaje situado: creación y modificación de prácticas sociales en el espacio público urbano. **Psicologia & Sociedade**, v.22, n. 1, p. 130-138, 2010.

PATRIMÔNIO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/patrimonio/>>. Acesso em: 26 de outubro de 2020.

PAULSEN, Leandro; MELO, José Eduardo Soares de. **Impostos: Federais, Estaduais e Municipais.** 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013. 424 p.

PAZ, Lúgia. Patrimônio, turismo e cultura no consumo do espaço urbano. In: Simpósio A Rua de Todos, Lisboa, 2011. **Proceedings...** Lisboa, 2011, p. 1-14.

PEREIRA, Andréia. Montes Claros, a cidade que fez e faz cultura. **Prefeitura de Montes Claros: Balanço de Gestão**, Montes Claros, 14 de dezembro de 2012. Disponível em <http://www.montesclaros.mg.gov.br/agencia_noticias/2012/dez-12/not_14_12_12_3790.php>. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais.** 2007. 351 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves; LESSA, Simone Narciso. O primeiro centenário da infraestrutura ferroviária no Norte de Minas Gerais: processo de implantação, auge, crise e concessão. **Revista Cerrados**, v. 10, n. 1, p. 128-145, 2012.

PÉREZ, Francisco José Casado. El valor en la conservación-restauración de bienes culturales inmueble. **Revista Historia y Conservación del Patrimonio Edificado**, v.1, n.1, p. 23-46, 2018.

RAMOS, Luciene Borges. **O centro cultural como equipamento disseminador de informação**: Um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto. 2007. 243 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

REIS, Filomena Luciene Cordeiro. Montes Claros, MG - Lugar de memória: uma cidade, um mercado e os arquivos. In: Simpósio Nacional De História - ANPUH, 26, 2011. **Anais...** São Paulo, 2011.

REIS, Filomena Luciene Cordeiro; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Gestão de políticas públicas de cultura: o Poder Legislativo e as leis de proteção ao patrimônio cultural em Montes Claros, Minas Gerais. **Revista Caminhos da História**, v. 18, n. 1, p. 27-50, 2013.

RIBEIRO, Luiz. **Tapumes de obra na Praça da Matriz de Montes Claros ganham pinturas e poemas**. Estado de Minas, 23 de junho de 2020. Disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/06/23/interna_gerais,1159226/tapumes-obra-praca-da-matriz-de-montes-claros-ganham-pinturas-e-poemas.shtml>. Acesso em 26 de março de 2021.

RYPKEMA, Donovan; CHEONG, Caroline; MASON, Randall. **Measuring economic impacts of historic preservation**. A Report to the Advisory Council on Historic Preservation, Washington, DC, 2011. 83 p.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Paisagem e geografia. **Finisterra**, v. 36, n. 72, p. 37-53 2001.

SANTANA, Rubens. Festa Nacional do Pequi 2020 - **Está chegando o maior evento artístico-gastronômico do Norte de Minas**. ASCOM, Portal Montes Claros, 22 de janeiro de 2020. Disponível em <<https://portal.montesclaros.mg.gov.br/noticia/cultura/festa-nacional-do-pequi-2020-esta-chegando-o-maior-evento-artistico-gastronomico-do-norte-de-minas>>. Acesso em: 09 de janeiro de 2021.

SANTOS, Milton. **A cidade como centro de região**: definições e métodos de avaliação da centralidade. Salvador: Livraria Progresso Ed., 1959.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos; SOUTO, Karine Gomes dos Santos. O Desenvolvimento no Norte de Minas na Perspectiva da SUDENE. **Revista do Desenvolvimento Social**, n. 12, v. 1, p. 69-78, 2014.

SILVA, Baddyo Karppeggyane Santana Pereira da; FRANCISCHINI, Isadora Arraes Bortoli; PINHEIRO, Ana Lucia Da Fonseca Bragança. Análise do desempenho de medidas mitigatórias ou compensatórias dos impactos decorrentes dos polos geradores de tráfego. **Revista Mackenzie de Engenharia e Computação**, v. 17, n. 1, 2017.

SORIANO, Ana Gabriela Wanderley. **O espaço público e a cidade contemporânea: as praças de Salvador entre o discurso e a intervenção**. 2006. 184 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

SOUSA JÚNIOR, João Henriques de; RIBEIRO, Letícia Virgínia Henriques Alves de Sousa; SANTOS, Weverson Soares; SOARES, João Coelho; RAASCH, Michele. “# Fique em Casa e Cante Comigo”: Estratégia de Entretenimento Musical Durante a Pandemia de Covid-19 no Brasil. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 4, p. 72-85, 2020.

SOUZA, Mônica Maria Martins de. Vivências Nômades e a Incomunicação nas Organizações. **Nhengatu-Revista iberoamericana para Comunicação e Cultura Contra Hegemônicas**, n. 2, p. 1-17, 2013.

TEODORO, Ana Paula Evaristo Guizarde; BRITO, Gustavo André Pereira de; CAMARGO, Laura Alice Rinaldi; SILVA, Marcos Ruiz da; BRAMANTE, Antônio Carlos. A Dimensão Tempo na Gestão das Experiências de Lazer em Período de Pandemia da Covid-19 no Brasil. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 126–162, 2020.

VALIATI, Leandro. **Valor, espaço e cultura: a dimensão não-quantitativa da valoração econômica na reabilitação dos centros urbanos**. 2009. 115 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

VELOSO, Clarissa dos Santos; ANDRADE, Luciana Teixeira de. Circuito cultural Praça da liberdade: turismo e narrativas museológicas. **RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 5, p. 5-17, 2015.

VIEIRA FILHO, Dalmo; GUIA, George Alex da. Desenvolvimento urbanos em centros históricos protegidos: do sítio degradado ao lugar de oportunidades. **Boletim regional, urbano e ambiental**, n. 6, p.41-49, 2011.

YUNES, Gilberto Sarkis. Os novos museus e espaços culturais e as antigas centralidades: Instrumentos de unificação e valoração de fragmentos urbanos. In: Simpósio Enanparq, 1, 2010, Rio de Janeiro. **Trabalhos completos...** Rio de Janeiro, 2010.

APÊNDICE I

QUESTIONÁRIO PARA APLICAÇÃO AOS PARTICIPANTES/FREQUENTADORES DAS ATIVIDADES CULTURAIS DE MONTES CLAROS- MG Número do parecer de aprovação pelo CEP: 4.332.504	
<p>Esta pesquisa faz parte de um estudo do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unimontes. O objetivo é analisar as dinâmicas sociais urbanas ocorridas no entorno do Corredor Cultural e Praça da Matriz e evidenciar o sentido que a população atribui à preservação do patrimônio arquitetônico da cidade.</p> <p>IMPORTANTE: Todas as informações aqui declaradas serão CONFIDENCIAIS, utilizadas somente para fins acadêmicos.</p> <p>Qualquer dúvida, entrar em contato com Paula: mocpaulagm@hotmail.com</p>	
1. Gênero <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Outro _____ <input type="checkbox"/> Prefiro não responder	2. Faixa etária <input type="checkbox"/> Menor de 17 anos <input type="checkbox"/> 18-30 <input type="checkbox"/> 31-45 <input type="checkbox"/> 46-59 <input type="checkbox"/> Acima de 60
3. Escolaridade <input type="checkbox"/> Sem instrução <input type="checkbox"/> Fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Médio incompleto <input type="checkbox"/> Superior incompleto <input type="checkbox"/> Pós-graduação incompleta	
<input type="checkbox"/> Fundamental completo <input type="checkbox"/> Médio completo <input type="checkbox"/> Superior completo <input type="checkbox"/> Pós-graduação completa (especialização, mestrado ou doutorado)	
4. Você participa dos eventos culturais realizados no centro histórico da cidade de Montes Claros? <input type="checkbox"/> Frequentemente <input type="checkbox"/> Raramente <input type="checkbox"/> Não Participo	5. Quais eventos ou espaços culturais você considera como característica (símbolo) importante na cidade? _____ _____ _____
6. De quais eventos realizados você costuma participar? Marque mais de uma opção se achar necessário. <input type="checkbox"/> teatro <input type="checkbox"/> shows musicais/serestas <input type="checkbox"/> apresentações de dança <input type="checkbox"/> mostras de cinema <input type="checkbox"/> Outros. Qual (ais) _____	
<input type="checkbox"/> exposições de arte <input type="checkbox"/> festivais gastronômicos <input type="checkbox"/> eventos literários <input type="checkbox"/> feiras livres	
7. O que mais te atrai a participar de um evento cultural e/ou visitar um edifício patrimonial histórico? Marque mais de uma opção se achar necessário. <input type="checkbox"/> o estilo da apresentação <input type="checkbox"/> a história do local <input type="checkbox"/> a distância a ser percorrida até o local	
<input type="checkbox"/> exposição apresentada <input type="checkbox"/> o horário/data de realização <input type="checkbox"/> preço dos ingressos/entrada	

<input type="checkbox"/> divulgação do evento <input type="checkbox"/> comidas típicas <input type="checkbox"/> Outros. Qual (ais) _____	<input type="checkbox"/> os artistas participantes
<p>8. Em relação à infraestrutura disponível, como você avalia a condição dos espaços destinados à realização dos eventos culturais na área central da cidade?</p> <input type="checkbox"/> atende satisfatoriamente <input type="checkbox"/> atende parcialmente <input type="checkbox"/> não atende bem	
<p>9. Do que você sente mais falta em relação à arte e cultura na região central da cidade? Marque mais de uma opção se achar necessário.</p> <input type="checkbox"/> mais locais para atender às apresentações <input type="checkbox"/> realização de mais eventos <input type="checkbox"/> divulgação maior dos eventos realizados <input type="checkbox"/> melhor infraestrutura dos espaços existentes	
<p>10. Você se identifica com as manifestações culturais que ocorrem na região (área ou local) histórica da cidade? Justifique</p> <input type="checkbox"/> me identifico totalmente <input type="checkbox"/> me identifico parcialmente <input type="checkbox"/> indiferente <input type="checkbox"/> não me identifico	
<p>11. Você acha importante a preservação do patrimônio arquitetônico histórico (antigos casarões) para a cultura da cidade?</p> <input type="checkbox"/> muito importante <input type="checkbox"/> pouco importante <input type="checkbox"/> indiferente <input type="checkbox"/> não é importante	
<p>12. Você acha importante a preservação do patrimônio imaterial histórico (festas tradicionais, comidas típicas, festas religiosas) para a cultura da cidade?</p> <input type="checkbox"/> muito importante <input type="checkbox"/> pouco importante <input type="checkbox"/> indiferente <input type="checkbox"/> não é importante	
<p>13. O que você acha da adaptação de casarões antigos com novos usos culturais (museus, bar/restaurante, livrarias, teatros) para uso da população? Justifique</p> <input type="checkbox"/> ótimo para preservar o edifício e ter uma função para a população <input type="checkbox"/> é importante preservar os casarões, mas não deveriam ser dados novos usos <input type="checkbox"/> indiferente <input type="checkbox"/> não é importante <p>_____</p> <p>_____</p>	
<p>14. Você conhece a história dos casarões antigos que foram transformados em locais de atividades culturais?</p> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Parcialmente	

6. No que as Leis municipais de proteção ao patrimônio podem ajudar na preservação do mesmo?

7. Quais os planos e projetos da atual administração para os atuais espaços existentes e o setor de cultura em geral da cidade?
